



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LAÍS CATARINE UMBELINO DOS SANTOS

TRILHAS PARA UMA NOVA TRILHA:

Narrativas e práticas de cuidado feministas no fortalecimento da política pública de saúde mental na Região Metropolitana do Recife

RECIFE
2024

LAÍS CATARINE UMBELINO DOS SANTOS

TRILHAS PARA UMA NOVA TRILHA:

Narrativas e práticas de cuidado feministas no fortalecimento da política pública de saúde mental na Região Metropolitana do Recife

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia. Orientadora: Dr^a Karla Galvão Adrião

RECIFE
2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Santos, Lais Catarine Umbelino Dos.

Trilhas para uma nova trilha: narrativas e práticas de cuidado feministas no fortalecimento da política pública de saúde mental na Região Metropolitana do Recife / Lais Catarine Umbelino Dos Santos. - Recife, 2024.

134f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2024.

Orientação: Karla Galvão Adrião.

Inclui anexos e apêndices.

1. Movimentos feministas; 2. Cuidado; 3. Movimentos sociais; 4. Política pública; 5. Saúde mental. I. Adrião, Karla Galvão. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

LAÍS CATARINE UMBELINO DOS SANTOS

TRILHAS PARA UMA NOVA TRILHA:

Narrativas e práticas de cuidado feminista no fortalecimento da política pública de saúde mental na Região Metropolitana do Recife

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Área de concentração: PSICOLOGIA.

Aprovada em: 23/02/2024.

BANCA EXAMINADORA

Participação via Videoconferência

Prof.^a Dr.^a Karla Galvão Adrião
(Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via Videoconferência

Prof.^a Dr.^a Raissa Barbosa Araújo
(Examinadora Externo)
Universidade Federal de São João del-Rei

Participação via Videoconferência

Prof.^a Dr.^a Jaileila de Araújo Menezes
(Examinadora interno)
Universidade Federal de Pernambuco

OBSERVAÇÃO

A defesa em epígrafe foi realizada integralmente, por videoconferência, envolvendo a Banca Examinadora e a discente, através de recursos de videoconferência, que possibilitaram realizar a discussão acadêmica sobre o objeto de estudo, com som e imagem.

AGRADECIMENTOS

“Não escrevo sobre o outro, a outra. Escrevo sobre nós.”
– Beatriz A. Martins.

Aos agradecimentos, me permito reconstruir os passos aos quais caminhei e relembrar quantas pessoas fizeram parte da minha trajetória e tornaram possível de diversas formas a materialização deste momento. Aqui, se faz presente pessoas, momentos e sentimentos que me acompanharam todos os dias, de modo a sustentar e fortalecer o caminho que escolhi percorrer e escolho diariamente construir.

Agradeço primeiramente a minha mãe e meu pai, Girlene e Josildo, que sempre estiveram ao meu lado, apoiando e incentivando cada escolha a qual fazia, que sempre cuidaram, mesmo com toda a dificuldade existente, de promover condições o mais confortável possível para que conseguisse dar conta dos desafios diários que se apresentavam, tornando a minha trajetória tanto antes de ingressar na Universidade bem como durante a permanência dela possível, nutrindo força para lutar em defesa do que acredito com comprometimento e dedicação. Obrigada por acreditarem em mim quando nem eu mesma acreditava, por não me fazer desistir e por sempre me ensinar a correr atrás dos meus objetivos, assim como vocês fazem diariamente. Se hoje estou onde estou, construindo o caminho que estou, é porque tive vocês construindo comigo!

Em memória de Maria José e Rosângela José, que me ensinaram em vida e continuam de onde estão, a persistir, a dar sempre o primeiro passo mesmo com a insegurança e com medo, me motivando a partir de suas histórias de vida e do cuidado para comigo, a seguir defendendo e lutando pelos meus ideais, com o amor, a ternura, o cuidado, o afeto, a força e sobretudo, respeito enquanto trilhas para o caminhar. Sendo as minhas maiores motivações e inspirações enquanto mulheres, juntamente com a minha mãe e outras mulheres, para continuar.

Agradeço a minhas amigas e amigos, principalmente as que trilharam esse caminho até o fim, que foram parceiras nos trabalhos e na vida, nas noites não dormidas na elaboração da dissertação compartilhada, nos medos e nas vitórias de terminar alguma etapa necessária. Agradeço nomeadamente a Anny, Karolina, Alice, Stefanny, Gabriela, Alyne, Nadriele, Evelly, Juno, Guilbert, Amanda, Mariana, Aléxya, Priscila, Estella, por todo aprendizado e acolhimento compartilhado durante o processo do mestrado. Muito obrigada pela partilha e dedicação em construir comigo diariamente, seja em chamadas para conseguir dialogar e produzir a distância, seja por mensagens de apoio e acolhimento. A vocês, minha gratidão e admiração.

Agradeço a Paulo Vinícius, meu grande parceiro no amor e na vida. Muito obrigada pela paciência, pelo acolhimento nos momentos mais vulneráveis que tive em todo esse processo, pelo apoio que você deu e as diversas formas pelas quais você me motivava a continuar, seja em presença, em palavras ou gestos. Fazendo essas palavras, também agradeço a sua mãe, Adna, por ser exemplo, por me acolher e me apoiar nesse processo. Muito obrigada por permitir ser morada durante um período tão importante e significativo para mim.

Agradeço a Professoras Dras. Jaileila Menezes, Melissa Pereira e Raissa Araújo por todo cuidado, dedicação e comprometimento com o trabalho realizado para que essa experiência pudesse acontecer da melhor forma possível diante todas as dificuldades apresentadas.

Agradeço à Karlinha (Karla Galvão Adrião), por me acompanhar de perto durante o meu processo, por acolher as minhas angústias e meus medos, por me encorajar a acolher e construir mesmo com esses sentimentos, transformando-os em ferramentas. Muito obrigada por ser Ori, ser amiga, ser companheira de luta e de pesquisa, suas contribuições foram fundamentais para concluir essa jornada e me fazer lembrar que o espaço da Universidade também pode ser respiro.

Agradeço às minhas companheiras da AColetiva/LabESHU UFPE, que me ensinaram a refazer caminhos dentro da universidade, transformando o que nos atravessa em arte e sorrisos diários. Agradeço por me impulsionar cada vez mais a me posicionar de forma crítica.

Agradeço ao Fórum de Mulheres de Pernambuco e a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, em pessoa de Bárbara e Emanuele, por toda troca, toda confiança e abertura me permitindo construir e aprender de forma tão significativa. Obrigada por toda partilha e por escreverem comigo toda essa experiência.

Agradeço à FACEPE pelo financiamento dos meus estudos no processo do mestrado e permitir a permanência e continuidade da pesquisa.

Por fim, agradeço ao Núcleo Libertando Subjetividades de Pernambuco e as parcerias firmadas, com as que permanecem, mas também com as que vieram antes para estarmos onde estamos hoje. Por proporcionar o avanço da antimanicomialidade em Pernambuco, por questionar e repensar às lógicas de saberes e práticas de cuidado, por lutar por um cuidado em liberdade, no território e intersetorial. Por me impulsionar a escrever também como um mecanismo de luta! Agradeço.

*O que cura? A água pura, o vento, a candura
Cura, a terra, broto que gera
A força bruta, a princípio desconexa
Que aos poucos encontra caminhos
Ou os rasga no chão
Feito canaletas inéditas
Caminhos que se cruzam
Enredados pelos afetos
Sempre pelos afetos
O que cura? A água pura
A terra, onde os pés tocam o chão
Que gera vida
O que cura é a vida!
O caminho é o agora
O gatilho do instante
E o que ele gera e provoca
O caminho é no agora
Que se espraia
A cura está acontecendo agora
Neste momento
Agora.*

Caminhos – Jonathan Ferr & Viviane Mosé

*A única luta que se perde
é a que se abandona
e nós nunca
Nunca abandonamos luta
Primavera – Don L*

RESUMO

As relações entre as lutas feministas e antimanicomiais se expressam na história das políticas públicas no Brasil, entrelaçando-se com os percursos dos movimentos sociais e seus processos de luta e reivindicação por direitos. A história das mulheres cis, trans e travestis e a luta antimanicomial se atravessam desde a construção sócio-histórica da loucura e suas articulações com as relações de gênero até a formação dos movimentos antimanicomiais e a estruturação dos serviços de saúde mental. Esses serviços, em grande parte, têm sido construídos e sustentados por mulheres cis, trans e travestis, seja como trabalhadoras da saúde mental, pesquisadoras ou familiares. Em meio a escancaros de desigualdades sociais, retrocessos e disputas – especialmente no contexto da pandemia da Covid-19 – a Política Pública de Saúde Mental e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) tem promovido, na prática, rupturas com a lógica manicomial pautada no controle, onde questões de gênero, raça, classe, sexualidade e território são latentes, evidenciando como o colonialismo, sobretudo o capitalismo se sustentam. Assim, esta dissertação objetivou analisar as atuações do Fórum de Mulheres de Pernambuco e da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco desde o contexto da pandemia da COVID-19, com foco nas formas de cuidado desenvolvidas por suas militantes e em como essas práticas contribuem para a articulação política e o fortalecimento das políticas públicas de saúde mental na Região Metropolitana do Recife/PE até o cenário atual estadual que ainda se apresenta através de uma política desmobilizadora no que se refere ao campo das políticas públicas, de maneira a construir redes de fortalecimento entre os movimentos feministas e antimanicomiais, como também entre os movimentos e a Academia. Ancoradas em metodologias etnográficas feministas contracoloniais, o trabalho contou com observações participantes e conversas, apontando para a realização de entrevistas narrativas com uma interlocutora de cada movimento. A entrevista narrativa se deu em dois momentos: 1) Para conhecer os movimentos, suas formas organizativas, suas principais pautas e formas de atuação desde a pandemia da COVID-19 e; 2) com o intuito de compreender se existem e como se dão os processos e práticas de cuidado, os tensionamentos e as ações desenvolvidas entre os movimentos feministas, bem como quais as estratégias traçadas desde o contexto pandêmico para operar em um cenário que impõe restrições e limitações às mobilizações e expressões políticas de esquerda. O material de campo foi trabalhado através da Análise Temática (AT), tendo como pano de fundo os saberes feministas decoloniais e pensamentos contracoloniais, trabalhando com a categoria analítica de campo feminista, desenvolvida por Karla Galvão Adrião (2008), para pensar as esferas (academia, governo, movimento) em que apresentam as diversas formas de articulações e incidências feministas. Assim, através das narrativas das interlocutoras, foi possível perceber, como os movimentos feministas têm se organizado de modo a repensar, desde o contexto pandêmico, suas articulações com o campo da saúde mental, seja no tocante às formas de incidir politicamente ou em estratégias de cuidado em saúde mental no movimento, entendendo enquanto frentes de lutas que se atravessam e que perpassam a história das pessoas que compõem esses espaços, articuladas com questões étnico-raciais, sexodissidentes e de classe, promovendo reflexões no tocante ao lugar dos movimentos feministas no campo da saúde mental, especialmente nas trincheiras da luta antimanicomial em Pernambuco.

Palavras-chave: Movimentos feministas. Cuidado. Movimentos sociais. Política Pública. Saúde mental.

ABSTRACT:

The relationships between feminist and anti-asylum struggles are expressed in the history of public policies in Brazil, intertwining with the trajectories of social movements and their processes of struggle and demands for rights. The history of cis, trans, and travesti women and the anti-asylum movement intersect from the socio-historical construction of madness and its articulations with gender relations to the formation of anti-asylum movements and the structuring of mental health services. These services have largely been built and sustained by cis, trans, and travesti women, whether as mental health workers, researchers, or family members. Amid glaring social inequalities, setbacks, and political disputes—especially in the context of the COVID-19 pandemic—the Public Mental Health Policy and the Psychosocial Care Network (RAPS) have, in practice, fostered ruptures with the asylum logic based on control, where issues of gender, race, class, sexuality, and territory remain central, highlighting how colonialism—especially capitalism—continues to sustain itself. Thus, this dissertation aimed to analyze the actions of the Fórum de Mulheres de Pernambuco and the Rede de Mulheres Negras de Pernambuco since the COVID-19 pandemic, focusing on the forms of care developed by their activists and how these practices contribute to political articulation and the strengthening of public mental health policies in the Metropolitan Region of Recife/PE. It also examines the current statewide scenario, which continues to be marked by a policy of demobilization concerning public policies, seeking to build networks of solidarity, and strengthening between feminist and anti-asylum movements, as well as between these movements and academia. Anchored in feminist counter-colonial ethnographic methodologies, this research involved participant observations and conversations, leading to the conduction of narrative interviews with one interlocutor from each movement. The narrative interview took place in two stages: (1) to understand the movements, their organizational structures, key agendas, and modes of action since the COVID-19 pandemic; and (2) to explore whether and how care processes and practices occur, the tensions and actions developed among feminist movements, and the strategies devised since the pandemic to operate in a scenario that imposes restrictions and limitations on left-wing political mobilizations and expressions. The field material was analyzed using Thematic Analysis (TA), drawing on decolonial feminist knowledge and counter-colonial perspectives. The research employed the analytical category of the feminist field, developed by Karla Galvão Adrião (2008), to examine the spheres (academia, government, and movements) in which different forms of feminist articulation and advocacy take place. Through the narratives of the interlocutors, it was possible to perceive how feminist movements have reorganized since the pandemic to rethink their articulations with the field of mental health—whether in terms of political advocacy or mental health care strategies within the movements themselves. These struggles intersect with the histories of those who compose these spaces and are articulated with issues of race, gender dissidence, and class, prompting reflections on the role of feminist movements in the field of mental health, particularly in the trenches of the anti-asylum struggle in Pernambuco.

Keywords: Feminist movements. Care. Social movements. Public Policy. Mental health.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ALEPE	Assembleia Legislativa de Pernambuco
AT	Análise Temática
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
COVID-19	CoronaVírus Disease 19
CTs	Comunidades Terapêuticas
FMPE	Fórum de Mulheres de Pernambuco
FNEM	Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas
FPDSM	Frente Pernambucana em Defesa da Saúde Mental
FARBPE	Frente Ampla pela Renda Básica de Pernambuco
GT	Grupo de Trabalho
LABESHU	Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana
LGBTQIAPN+	Lesbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e mais
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MS	Movimento Social
MSP	Movimentos Sociais Populares
OMS	Organização Mundial da Saúde
PPGpsi	Programa de Pós-Graduação em Psicologia
PL	Partido Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RD	Redução de Danos
RENFA	Rede Nacional Feminista Antiproibicionista
RENILA	Rede Nacional de Internúcleos da Luta Antimanicomial
RMNPE	Rede de Mulheres Negras de Pernambuco
RMR	Região Metropolitana do Recife
RLS	Revisão de Literatura Sistemática
RPB	Reforma Psiquiátrica Brasileira
RPPE	Reforma Psiquiátrica Pernambucana
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TS	Trabalho Supervisionado
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Mapa da Região Metropolitana do Recife – Pernambuco. Fonte: Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (FNEM)	65
Figura 2 — Capa do cordel "E se juntin lutá, no que dá?" entregues	69
Figura 3 — Cordel produzido no campo da pesquisa	70

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1 – Número das produções encontradas por descritores	38
Quadro 2 – Características das pessoas autoras das produções selecionadas.....	40
Quadro 3– Informações gerais sobre as produções científicas selecionadas.....	42
Quadro 4 - Informações gerais sobre as interlocutoras	72

SUMÁRIO

COMUM A MIM: CAMINHOS PESQUISANTES NA PSICOLOGIA.....	13
1 PORQUE ESCREVO: NOTAS SOBRE A ESCRITA ACADÊMICA.....	14
1.1 Encontros e desencontros: caminhos que apontam para discussões feministas e antimanicomiais	16
2 TRILHAS ORIGINÁRIAS: MOVIMENTOS FEMINISTAS E OS CAMINHOS QUE OS LEVAM A POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL.....	21
3 POR ONDE ANDEI: REFERENCIANDO OS CAMINHOS E CONCEITUANDO OS ESPAÇOS.....	30
3.1 Colonialidade, sistema de gênero e loucura: manicômios como dispositivo colonial	30
3.2 Movimentos sociais, feministas e antimanicomiais como ferramentas contracoloniais	33
4 ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS E A POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE MENTAL: CAMINHOS TRILHADOS NA LITERATURA.....	36
5 CAMINHOS E (DES)CAMINHOS NO FAZER PESQUISA: Itinerários ético-teórico-metodológicos	48
5.1 Cuidados éticos em Pesquisa	55
5.2 O campo da pesquisa	60
5.2.1 A região Metropolitana do Recife: caracterizando o território	64
5.2.2 Como os movimentos se apresentam nas redes	65
5.2.3 Conversas iniciais com as militantes da RMNPE e do FMPE.....	67
5.2.4 E se juntin luta, no que dá?.....	68
5.2.5 Sobre as interlocutoras	72
5.2.6 Campo feminista como caminho analítico decolonial	73
6 INSURGÊNCIAS FEMINISTAS: NARRATIVAS, ROTAS DE CUIDADO E INCIDÊNCIAS NA POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE MENTAL.....	75
6.1 Emanuele (Rede de Mulheres Negras de Pernambuco).....	76
6.2 Bárbara (Fórum de Mulheres de Pernambuco).....	82
6.2.1 Narrando a história: Fórum de Mulheres de Pernambuco	86
7 FEMINISMOS, CUIDADO E SAÚDE MENTAL: CAMPOS INTERCRUZADOS NA ACADEMIA, MILITÂNCIA E INCIDÊNCIA GOVERNAMENTAL.....	91
7.1 Movimentações feministas e a academia: encontros e (des)encontros	91
7.2 Atuações coletivas em coletivo: ações feministas, concepções e articulações em saúde mental.....	95
7.3 Políticas públicas de saúde mental na região metropolitana do recife: incidências e narrativas feministas na relação com a esfera governamental	105
8 INCONCLUSÕES E HORIZONTES	115
ANEXOS/APÊNDICES.....	128

COMUM A MIM: CAMINHOS PESQUISANTES NA PSICOLOGIA

É ser ensinada que não se deve
falar de si
Pensar distante do que toca a ti
Neutralizando teu lugar e o que se
vive.

É não se encontrar em nada que
faz
Acabar não se enxergando capaz
Por não conseguir se distanciar
cada vez mais.

É enxergar potência na realidade
do “outro” e não na minha
Pensar no distante e entender
minha realidade vazia
De coisas estranhas a mim, por
não as enxergar.

É tão comum que passa
despercebido
Acaba sem ser entendido
Como deveria ser.

É ser curiosa sobre o que um
“outro” vive
Sem nem saber o que minha
realidade exprime
Por simplesmente ignorá-la
enquanto lugar potente.

É depois de um tempo entrar em
contato com o novo
Se apaixonar de novo
Com a possibilidade de falar
sobre o que se vê com gosto.

É entrar em contato com
perspectivas que liberta
Que permite que se use de uma
fresta
Para quebrar com as bolhas
formadas na cátedra

É dentro desse encontro
Que anuncia a importância do
confronto

Com o que nos mantém presos ao
hegemônico

É fazer da zona do (des)conforto
Um lugar seguro para mim e para o
“outro”
Para anunciar questões que nos tocam

É através disso tudo
Enxergar a possibilidade de começar a
me ver (também) no mundo
Como também pessoa que vive

É compreender que podemos falar
Mesmo com toda dificuldade de se
colocar
Sobre o que nos afeta e o que
pretendemos transformar

É trazer na bagagem da pesquisa
O desconforto como ferramenta
A curiosidade não só pelo distante
Mas também pela nossa vivência

É trocar a busca pelo que me aproxima
do campo
Pelo estranhamento de cada canto
E ver a partir de outras perspectivas o
mesmo âmbito

É perceber possibilidade de estranhar
Aquilo que me parecia familiar
De reconhecer até no meu caminhar
Caminhos para se pesquisar.

1 PORQUE ESCREVO: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A ESCRITA ACADÊMICA

O poema que abre os caminhos desta dissertação, foi escrito em 2021 em uma disciplina intitulada por “Técnicas de Análise em Pesquisa Qualitativa”, ministrada no modelo remoto¹, pela docente Karla Galvão Adrião com o apoio de Marisa Dantas, estagiária à docência da disciplina – hoje minha orientadora e companheira de grupo de pesquisa, respectivamente, compondo o Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana (LabESHU) e AColetiva feminista². Sua escrita na época, convergia com as inquietações que perpassavam a minha³ trajetória na graduação em Psicologia na Universidade Federal de Pernambuco.

Lembro do frio na barriga que foi escrevê-lo, mas não só o escrever e sim entregá-lo. Provocada por questões trazidas em sala de aula acerca da produção acadêmica em pesquisa e as formas do fazer ciência na academia, esse poema nasceu de um processo de inúmeras tentativas de se permitir escrever e ao finalizar uma estrofe, apagá-lo.

Apagar por estar tomada pelo sentimento da inadequação, por não achar artístico o suficiente para se enquadrar como texto possível de ser acadêmico, por não achar que essa escrita seria aceita. Assim como neste poema, a escrita da dissertação por inúmeras vezes parecia e parece o momento em que “engolimos seco”. A sensação de engasgo que dá, eram as palavras para serem escritas. Por vezes, escritas e apagadas, escritas e retiradas para outro lugar e nunca mais voltavam para aqui, depois de paralizações, os famosos bloqueios criativos, conflitos e finalmente os respiros, a permanência destas que te encontram agora.

Durante o processo de escrita do poema, tive o prazer do encontro com Glória Anzaldúa, sendo abraçada pelo seu escrito “*Vista do Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*”, publicado na revista Estudos Feministas, em 2000, que para além do acolhimento, responde muitas das questões que apareciam para mim durante a escrita do poema, mas que antecedem a ele.

¹ Modelo de ensino adotado por Instituições de ensino no Brasil como forma de dar continuidade ao ano letivo escolar e acadêmico durante o contexto pandêmico da COVID-19.

² AColetiva feminista é um grupo de supervisão coletiva de mestrandas e doutorandas que compõe o LabESHU UFPE, coordenado pela docente Dra. Karla Galvão, tendo como principal foco a discussão e socialização dos trabalhos desenvolvidos pelas integrantes do grupo, de modo a construir coletivamente o processo de pesquisa ancorado nos processos arteterapêuticos e decoloniais.

³ Durante a escrita da dissertação opto por uma escrita em primeira pessoa do singular como condutora de um processo de resistência ancorados às epistemologias feministas que sustentam os meus referenciais teóricos, bem como no plural, quando me refiro às pesquisadoras, parceiras e às interlocutoras, por entender este trabalho enquanto coletivo.

O desconforto sentido ao escrever o poema revela não apenas o receio de escrever de outras formas e a sua validade. Revela o medo da escrita, o medo de não ser ouvida, o retorno da inferiorização e de ser colocada novamente no lugar do não-saber. Revela a carga do lugar designado para mim, uma jovem, mulher cis, branca e periférica⁴, “cria” da escola pública do Recife e a primeira pessoa da minha família a entrar em uma Universidade Federal e conseguir, até então, permanecer nela. Será que vindo desse lugar, eu poderia falar?

Como assim escrever sobre mim? Na Universidade? E é espaço para isso? Será que esse trabalho vai ser validado como tal? Escrever em primeira pessoa? Escrever sobre experiência? Minha vivência?

Esse escrito me acolheu em 2021 e continua acolhendo ao longo da escrita e presença em espaços acadêmicos. Durante o processo de análise, tomada por angústias e fantasmas da escrita acadêmica, Glória reaparece em um dos momentos de curso de extensão⁵ com finalidades analíticas decoloniais, revivendo o convite e as provocações que Glória promove quando questionada sobre os porquês de sua escrita.

Raissa evoca o trecho do escrito de Glória, que me mobilizou a pensar e repensar os modos de escrever na Universidade e para a Universidade. Glória Anzaldúa dizia:

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho

⁴ Importante enfatizar que os determinantes sociais que atravessam a minha experiência não isentam o fato da branquitude e cisgeneridade possibilitar acessos e privilégios nos espaços acadêmicos, sobretudo na Universidade Pública. O exercício de resgatar os desafios de classe e território, se faz necessário na medida em que compreendo o meu corpo enquanto território, corpo este marcado, mas que “pode” transitar através das concessões provenientes da brancura e cisheteronorma.

⁵O curso intitulado por “Ser, Saber e Poder como Eixos de Análise em Pesquisas Qualitativas Decoloniais: reflexões sobre metodologias de pesquisa sobre mulheres e política”, facilitado por Raissa Barbosa, companheira de trabalho e integrante da AColetiva/UFPE, aconteceu no Centro de Filosofia de Ciências Humanas (CFCH), em um processo de imersão de dois dias do mês de dezembro de 2023, promovendo reflexões acerca do fazer pesquisa em psicologia através de metodologias decoloniais, tecendo aprofundamentos no tocante à análise numa perspectiva fanoniana, abordada por Maldonado Torres em seus estudos. Para saber mais, acessar a tese intitulada por “MULHERES-NEGRAS e POLÍTICAS PARA MULHERES: analíticas decoloniais sobre sujeitos políticos e políticas públicas municipais em Pernambuco”, produzida por Raissa Araujo.

medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever” (Anzaldúa, 2000, p. 232).

Os encontros com as obras de autoras como Conceição Evaristo, Neusa Santos, Gilberto Velho, Spivak, bell hooks, Glória Anzaldúa, entre tantas outras, foram fundamentais para embasar e continuam a influenciar minha forma de pensar e escrever até os dias atuais. Além disso, os encontros com Karla e Marisa naquela disciplina em 2021 e no curso de extensão em 2023, promoveram ampliações de horizontes no tocante à escrita acadêmica e produção do conhecimento, mas não só isso.

Naquele momento, esses encontros potencializaram minha compreensão dos porquês que fundamentam a existência e a necessidade de resistência em minha escrita. A cada retorno, percebo os nós da garganta que prendem os dedos se desfazendo. Hoje, permito-me, com a devida licença a Glória, acrescentar à sua reflexão: Escrevo sobre o meu medo de escrever para não esquecer os motivos pelos quais escrevo. Escrevo para lembrar a mim mesma, para nos lembrar, que esse medo é intencional, é colonial. Escrevo para transformar meu medo em memória e luta.

1.1 Encontros e desencontros: caminhos que apontam para discussões feministas e antimanicomiais

Construir a psicologia foi (e continua sendo) uma tarefa difícil, sobretudo quando se trata de (re)construir os caminhos teóricos-metodológicos que se vinculem à realidade brasileira, nordestina e periférica de Recife propriamente dita. No caminho percorrido, sendo uma mulher cis, branca, bissexual e periférica, a militância antimanicomial e minhas aproximações teórico-política com o campo feminista⁶ me proporcionaram deslocamentos e inquietações no campo *psi* no tocante às fissuras encontradas na construção do campo do saber, onde me deparei com estudos de realidades nas quais não me contemplava.

A necessidade de construir um percurso alinhado a uma prática de transformação social e comprometida com outras realidades que não as burguesas, se deu a partir do ofício enquanto estagiária no Centro de Atenção Psicossocial em Camaragibe/PE, bem como na militância no Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial – Libertando Subjetividades⁷,

⁶ Explicarei mais a frente sobre a compreensão acerca do conceito de campo feminista desenvolvido por Karla Galvão.

⁷ O Núcleo estadual da Luta Antimanicomial Libertando Subjetividades, entidade de base da Rede Nacional de Internúcleos da Luta antimanicomial (RENILA) – “tem como objetivo lutar por uma sociedade sem manicômios,

trazendo através dos tensionamentos cotidianos, a construção de uma prática que visa a luta por direitos sociais e o engajamento nas políticas públicas de forma a garantir sua expansão e efetivação.

A militância me provoca constantemente a manter vivos os questionamentos dos quais compõem os porquês enquanto pesquisadora, sendo um espaço que me promove reflexões do projeto de sociedade a qual acredito e defendo, bem como quais espaços são e devem ser aliados no processo de ruptura com o capital.

Essa dinâmica ressoa de forma até que exacerbada no âmbito acadêmico, especialmente quando me aproximo de discussões acerca dos inter cruzamentos das relações étnico-raciais, de gênero, sexodissidências e de classe. Nesse contexto, o encontro com a perspectiva contracolonial e as teorias feministas decoloniais torna-se crucial, pois emergem como fundamento epistemológico e instrumento de resgate. Tais abordagens constroem trajetórias de resistência à colonialidade, apontando para alternativas em face de vivências situadas (Lugones, 2014).

Em minha experiência, as aproximações com os feminismos⁸, se deram através do LabESHU/UFPE, em 2018, quando começo a me aproximar das discussões e epistemologias feministas do Sul do globo, sobretudo dos estudos de gênero e sexodissidências, ainda na graduação, a partir do grupo de estudos sobre branquitude composto por estudantes da graduação em Psicologia na Universidade Federal de Pernambuco, estudantes da Pós-graduação em Psicologia e pesquisadoras convidadas e parceiras do LabESHU.

Os fazeres e saberes feministas chegam para mim pela via acadêmica, o que por muito tempo me fez questionar sobre ser feminista, afinal, não estaria organizada em nenhum movimento. Estar debatendo e construindo um caminho ancorado às epistemologias do sul⁹,

sempre em boa companhia: dois princípios éticos indissociáveis” (Blog da RENILA, 2009), atua em Pernambuco desde 2004, através da organização de usuárias/os, trabalhadoras/es e estudantes da saúde mental e familiares, pautando em ações cotidianas direitos sociais considerando os princípios libertários e democráticos traçados coletivamente. A saber, minha atuação no Núcleo se iniciou no ano de 2019, em que tive experiências formativas no tocante à luta antimanicomial, sobretudo no cenário político de Recife-PE.

⁸ Abordo em meu texto a escrita a partir dos “movimentos feministas” e “feminismos” e não “movimento feminista” e “feminismo”, para demarcar o entendimento da pluralidade existente neste campo, bem como a inexistência da universalidade de experiências no que se refere a opressão e reivindicação de direitos sociais relacionado a mulheridades – termo que anuncia a complexa e múltipla experiência do ser mulher, considerando questões identidade de gênero e orientação sexual, deficiência, raça, classe e geração, entendendo os diferentes modos pelos quais é possível construir experiências sociais, pessoais e coletivas (Nascimento, 2021).

⁹ As Epistemologias do Sul constituem abordagens teórico-críticas que almejam descentralizar a produção de conhecimento no âmbito global, denunciando a hegemonia epistêmica. Essas abordagens buscam criar formas de resistência, desafiando as maneiras tradicionais de construção do conhecimento e evidenciando a multiplicidade de saberes. Essa busca por descentralização visa confrontar os mecanismos de exclusão que perpetuam a lógica colonial do ser-saber-poder.

sobretudo feministas do sul global, promoveu rupturas nas concepções acerca dos movimentos feministas, que por um tempo também não me contemplava¹⁰.

A noção de campo feminista desenvolvida por Karla Galvão Adrião (2008, 2022) enquanto categoria de análise, traz à tona o entendimento que o campo teórico-político feminista não se fecha ao movimento, mas pode ser expressado em três esferas feministas: a do movimento social, a governamental e a acadêmica. Aqui, trabalho alinhada a esta perspectiva, na medida em que a minha própria experiência já indicava outras formas de articulações e fazeres feministas, seja no âmbito acadêmico ou no movimento – mesmo que não o movimento social feminista propriamente dito.

Nesse período, iniciei um trabalho supervisionado sob a coorientação da então mestranda, Karolina Oliveira¹¹. Este projeto foi produzido a partir do desdobramento de sua pesquisa, que tinha como campo-tema as discussões sobre saúde mental ancoradas por teorias feministas. Essas reflexões impulsionaram questionamentos acerca das articulações entre os feminismos e a luta antimanicomial. Como resultado dessa colaboração, desenvolvemos uma revisão de literatura sistemática, analisando as interseções entre os movimentos feministas e antimanicomiais.

A historiadora feminista Joan Scott (1999) argumenta que as vivências não devem ser um 'apêndice' à história hegemônica, especialmente no que se refere à produção do conhecimento, mas sim a origem do conhecimento. Partindo dessas aproximações teórico-metodológicas e epistêmicas, vejo a experiência como um instrumento poderoso presente no fazer científico, ultrapassando as barreiras impostas pelo sistema eurocêntrico-branco-elitista-patriarcal-racista e, sobretudo, capitalista e imperialista. Isso oportuniza uma prática que anuncie afetos e se inscreva na realidade concreta brasileira.

Os deslocamentos proporcionados pelo acesso a outras formas de pesquisa, a militância e a atuação psicológica em serviços substitutivos anunciam para mim a relevância do que estou construindo. Assim, o desejo de compreender as relações entre os movimentos feministas e as políticas de saúde mental, pensando em incidência política e as práticas de

¹⁰ O movimento feminista hegemônico, ao pautar-se em uma experiência universalizada, cishetero-branca e burguesa, produziu por muito tempo mais afastamentos no tocante a participações de mulheres negras, indígenas e periféricas, por vezes produzindo apagamentos das experiências vivenciadas por estas, ao falar e reivindicar o que hoje é reconhecimento enquanto direito social – a exemplo, o voto e o trabalho formal –, enquanto pautas partilhadas por todas as mulheres.

¹¹ Karolina Oliveira, é graduada em Psicologia e a época, cursava o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia pela UFPE. Em 2021, nos encontramos para realizar a atividade de Trabalho Supervisionado (TS), dando origem a uma parceria que se desenvolveu até os dias atuais.

cuidados feministas, soma-se às discussões desenvolvidas e às lacunas encontradas em estudos anteriores, bem como durante as ações como militante antimanicomial.

Para tanto, elaborei uma trilha composta por 8 capítulos para caminharmos nessa dissertação, que apresentam um pouco do trajeto percorrido ao longo dos 2 anos e meio do mestrado, mas também anunciam questionamentos anteriores a ele.

No primeiro capítulo, traço os caminhos que percorri para encontrar a questão de pesquisa abordada, explorando os processos relacionados à escrita acadêmica e suas implicações nas decisões ético-políticas que fundamentam epistemologicamente meu fazer em pesquisa.

Em seguida, o capítulo “Trilhas originárias: movimentos feministas e os caminhos que os levam a políticas públicas de saúde mental” abrirá os caminhos para discussões históricas acerca da relação dos movimentos feministas com as políticas públicas de saúde mental, destacando a participação e o protagonismo das mulheres na resistência e na luta por direitos sociais, especialmente no âmbito da saúde mental, apontando também de onde surge e os objetivos traçados com esta escolha.

Aprofundo ainda mais ao caminhar para o capítulo intitulado “Por onde andei: referenciando os caminhos e conceituando os espaços”, onde será discutido as correlações entre a colonialidade, o sistema de gênero e a loucura, mostrando como esses elementos se entrelaçam na produção dos manicômios como dispositivos coloniais e a relação entre os movimentos sociais, feministas e antimanicomiais. Eu os vejo como ferramentas contracoloniais, e destaco como esses dois movimentos estão intimamente relacionados, anunciando as possibilidades de conexões entre o campo feminista e o campo antimanicomial.

Apresento no 4º capítulo uma revisão sistemática da literatura, dialogando com pessoas que já contribuíram para o campo, oferecendo uma exposição do estado da arte até então, no que intitulo de “Atuação dos movimentos feministas e a política pública de saúde mental: caminhos trilhados na literatura”.

O capítulo “Caminhos e (des)caminhos no fazer pesquisa: itinerários ético-teórico-metodológicos”, por sua vez, é dedicado ao percurso metodológico da pesquisa, onde apresento os itinerários ético-político-epistemológicos que orientam o estudo e me orientam no processo do fazer em pesquisa.

No intuito de explorar um pouco mais esse caminho metodológico, me aprofundei em apresentar o ambiente onde tudo aconteceu, os instrumentos metodológico que usei e os

métodos que escolhi para analisar, apresentando como foi trilhar um caminho cheio de escolhas e considerações importantes ao longo dessa jornada.

No capítulo “Insurgências feministas: narrativas, rotas de cuidado e incidências na política pública de saúde mental”, apresento o caminho analítico, bem como as reflexões produzidas no campo da pesquisa, alinhando-me aos objetivos previamente delineados. Este primeiro capítulo que compõe o quadro analítico desdobra-se na trajetória de cada interlocutora, os intercruzamentos de sua história com a chegada os movimentos e a história contada por cada uma sobre os movimentos que compõe.

Já o “Feminismos, cuidado e saúde mental: campos intercruzados na academia, militância e incidência governamental” aborda as interseções entre a noção de campo feminista – compreendendo as esferas do movimento, governo e academia –, buscando analisar essas três dimensões à luz das discussões no campo da saúde mental. Aqui, busquei compreender as ações no âmbito da saúde mental, considerando especialmente as aproximações e distanciamentos, os desafios e estratégias de cuidado, e, por fim, a perspectiva do cuidado.

Ao finalizar a dissertação – mas não a discussão –, o capítulo “Inclusões e horizontes” destaca as reflexões elaboradas ao longo do trabalho, anunciando os caminhos para a continuidade da trilha. Este capítulo abre espaço para as inquietações que surgiram durante o processo de pesquisa, convidando à reflexão e proporcionando possibilidades para novos diálogos.

Assim, inicio esta jornada com os pés descalços, pronta para sentir cada pedacinho desse caminho investigativo. Convido a todas, todos e todes a retirarem os calçados e se permitirem sentir o percurso que vamos trilhar ao longo desta escrita.

2 TRILHAS ORIGINÁRIAS: MOVIMENTOS FEMINISTAS E OS CAMINHOS QUE OS LEVAM A POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL

O percurso sócio-histórico da América Latina é forjado pela organização e articulação entre grupos na luta por direitos sociais, manifestando-se em mobilizações contra a dominação, explorações econômicas, exclusões sociais e opressões (Gohn, 2000). Desde o período colonial, o Brasil enfrentou intensas disputas e conflitos que imprimiram marcas profundas em sua construção social, contribuindo para a formação de uma sociedade complexa e multifacetada, permeada por dinâmicas de opressão e desigualdade.

Definidas pela socióloga Maria da Glória Gohn (2011) como a "era movimentista", as décadas de 1970 a 1980 no Brasil foram marcadas por uma efervescência sociopolítica significativa, destacando-se a participação ativa de diversas categorias sociais, sobretudo a classe trabalhadora. Essa mobilização coletiva resultou em conquistas políticas e sociais, especialmente nos direitos sociais e trabalhistas, evidenciando os movimentos sociais populares (MSP) como instrumentos mobilizadores nas lutas por direitos perante o Estado.

Essa narrativa histórica, permeada por disputas e resistência, destaca-se pela interseção entre a história das construções e reivindicações de políticas públicas no Brasil e a atuação dos movimentos sociais (MS). Observa-se a conquista de avanços expressivos no que diz respeito a direitos e acessos, resultados de ações coletivas, a exemplo os direitos garantidos na Constituição Federal de 1988, frutos de articulações e pressões populares.

Neste contexto, adoto o conceito de Maria da Glória Gohn (2000, p. 13) em seus estudos sobre movimentos sociais (MS). Para ela, os MS são "ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais". Esses agentes participam ativamente da mudança sócio-histórica, a partir da conjuntura política e social que estão inseridos, traduzindo suas demandas em reivindicações orientadas por carências sociais, projetos ou utopias (Id., 1997, 2000).

O caráter das transformações geradas por esses movimentos pode ser tanto progressista quanto conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas em que se ancoram, bem como projetos políticos que se propõem a construir. A ideologia desempenha um papel crucial ao orientar a práxis de um movimento, representando o conjunto de valores e perspectivas que direcionam e justificam suas reivindicações.

Dessa maneira, tal como Maria da Glória Gohn (1997) em seu trabalho intitulado "Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos", destaca, a ideologia surge como mecanismo orientador das reivindicações dos movimentos, politizando

as demandas sociais e culturais. Essa contribuição para o desenvolvimento crítico, político e de transformação de uma sociedade é fundamental. Assim, compreendendo a organização social a partir dos interesses individuais, os movimentos sociais atuam de maneira a incorporar à sua reivindicação questões que antes seriam consideradas pessoais, transformando-as em preocupações grupais, uma vez que a noção grupal se faz presente para evidenciar as diferenças que transcendem os direitos individuais (Galvão, 2008).

O período de redemocratização brasileira foi palco para atuações de múltiplos campos teórico-políticos, a exemplo: os campos feministas, antimanicomiais, movimento dos trabalhadores, movimento negro, movimento LGBTQIAPN+, entre outros; questionando à produção do conhecimento que pautavam a construção do saber, fazer e poder vigente, aliados a uma reflexão crítica e combativa em relação às instituições sociais, resultando em avanços de políticas públicas, o que reverberou na institucionalização de múltiplas áreas, incluindo o campo da saúde (Anjos, 2019).

Sobre os movimentos feministas, as narrativas que relatam a(s) história(s) do seu surgimento, anunciam a pluralidade de correntes e vertentes existentes, evidenciando a diversidade nas agendas e atuações destes. Apesar disso, os movimentos feministas, de modo geral, se encontram em termos de agendas de luta, na busca pelo combate cisheteropatriarcado¹² capitalista, porém não apenas ela, como pauta importante. Busca o tensionamento às questões de gênero, étnico-raciais, de classe, sexualidade, geração e outros que atravessam a existência, em três eixos, sendo eles: na atuação no movimento; na reivindicação de políticas públicas, através da relação com a esfera governamental e; na academia brasileira (Galvão, 2022).

Dessa forma, possibilita uma análise multidimensional, à luz das reflexões de Françoise Vergès (2020), intelectual dos estudos pós-coloniais e ativista, que se recusa a acreditar na erradicação de apenas uma forma de opressão enquanto outras continuam operando. Sua obra destaca-se ao aprofundar a compreensão das complexidades das interseccionalidades entre sistemas de opressão, oferecendo uma visão mais profunda das dinâmicas sociais.

Essa consciência, ilustrada pela abordagem de Vergès, sinaliza o poder do movimento feminista, quando ancorado a outras frentes de resistências, de ir além ao projeto de ruptura com as dinâmicas de opressões sexistas. Nas palavras de bell hooks (2019), teórica

¹² Utilizo o termo cisheteropatriarcado para me referir à cisnormatividade, heteronormatividade e o patriarcado como estruturas que sustentam o sistema capitalista. Compreendo essas estruturas opressoras como mecanismos interligados, cujas operações se reforçam mutuamente.

feminista, em seu escrito "Teoria feminista: da margem ao centro", o movimento feminista tem a capacidade não só de libertar das amarras da opressão sexista, mas de catalisar uma transformação profunda em diversas frentes de luta pela libertação.

Na década de 1980, os movimentos feministas tiveram uma forte incidência no processo de democratização brasileira, tendo uma expansão e fortalecimento por todo o país, estando desde o seu início e, principalmente, neste período pautado em uma construção de luta popular e na redemocratização, como aponta Sueli Carneiro (2019). Essa expansão e força na atuação e construção coletiva, é possível ser vista nas propostas contempladas na Constituição de 1988, o que reitera a importância e potência das mobilizações realizadas por esses movimentos, sobretudo neste cenário (Carneiro, 2019).

Em paralelo à atuação feminista no Brasil, atravessada pela Reforma Sanitarista, tanto no cenário nacional quanto internacional, os movimentos sociais antimanicomiais brasileiros, construídos a partir da junção de diversos atores sociais e setores da sociedade lutando pela construção da reforma psiquiátrica brasileira (RPB) e contra a lógica manicomial que embasa os saberes e práticas psiquiátricos. Pode-se dizer que a RPB se constitui “como processos de respostas às práticas manicomiais” (Nogueira, 2021) através da luta por transformações concretas e simbólicas no tocante à construção de saberes e fazeres da assistência e cuidado a pessoas com transtornos mentais, tendo os direitos humanos, a autonomia e a promoção de políticas públicas de saúde mental como bandeiras ético-políticas.

No campo da saúde, sobretudo da saúde mental, a luta se constrói no rompimento com a manicomialização e antigos paradigmas associados às práticas de saúde. A atuação incide nas esferas governamentais, nas universidades, nos movimentos sociais, nos profissionais de saúde, no mercado desses serviços, nas pessoas com transtornos mentais e seus familiares, no território e no imaginário social compartilhado pelas pessoas (Brasil, 2005), se atualizando a partir dos avanços entrelaçados em desafios e conflitos existentes na vivência dos serviços, das relações e das instituições.

A participação popular juntamente com os trabalhadores da saúde construíram o movimento da luta antimanicomial na reivindicação de políticas sociais, tanto nos serviços como também nos espaços das conferências de saúde mental, conselhos de saúde entre outros ambientes de disputas referentes a saúde pública, como trazido por Paulo Amarante & Mônica Nunes (2018), o que culminou na construção e implementação dos serviços substitutivos no final da década de 1980, apontando um avanço significativo da Reforma

Psiquiátrica Brasileira.

Nas trincheiras antimanicomiais, as mulheres também se fizeram e se fazem presente:

As mulheres do movimento da luta antimanicomial, saíram do espaço privado para reivindicarem uma transformação na atenção em saúde mental. A noção de luta é incorporada. Já não lutarão em nome do filho, do esposo, do pai, da mãe ou de outros, mas em seus próprios nomes e de suas dores, saíram para reivindicar a transformação societária (Passos, 2011, p. 02).

Assim, lutar no movimento social antimanicomial e articular pautas que dizem sobre a vivência de mulheres nesse contexto, seja como usuária, familiar e/ou trabalhadora da saúde, sobretudo da saúde mental, possibilitou a construção de um fazer feminista que aproxima mulheres que se interessam por um movimento feminista “que não se encerra em si mesmo e nem buscava padronizá-las” (Pereira, 2020, p. 20) oportunizando uma prática de denúncias à violência sofridas, nos espaços dos hospitais psiquiátricos e em todos os outros que partilham de uma lógica manicomial.

Reconhecer os entrelaçamentos de raça, gênero, sexualidade, geração, classe e territorialidade como questões fundamentais no diálogo sobre a história da loucura ressalta a urgência de estabelecer conexões com outros movimentos sociais. Isso se torna essencial, uma vez que a antimanicomialidade não se constrói em uma sociedade caracterizada pela presença de estruturas capitalistas, machistas, LGBTfóbicas, racistas e patriarcais. Diante desse contexto complexo, surgem indagações pertinentes, incluindo a natureza das interseções entre os movimentos sociais feminista e antimanicomial, e em que pontos suas agendas convergem.

Diante do processo da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB), Pernambuco se destaca em iniciativas pioneiras no tocante à reforma no estado. Um marco notável foi a aprovação, já em 1994, da Lei 11.064, que estabeleceu a substituição gradual dos Hospitais Psiquiátricos por uma rede de atenção integral à saúde mental, além de regular a internação psiquiátrica involuntária e outras medidas importantes (Pernambuco, 1994). Ao longo dos anos, Pernambuco continuou avançando na consolidação de sua rede de atenção psicossocial, dois anos após, também aprovando a Lei nº 16.232/1996, que tratava da Assistência em Saúde Mental na capital.

Outras estratégias voltadas para a promoção da desinstitucionalização e a garantia dos direitos das pessoas com transtornos mentais foram adotadas, especialmente no tocante ao debate acerca da Redução de Danos (RD) e a RPB. O protagonismo pernambucano no desenvolvimento de estratégias locais, também serviram como inspirações nacionais, de

modo a produzir caminhos para uma política pública de promoção a atenção e assistência, em decorrência do fortalecimento a partir de espaços públicos organizativos e de discussões (Rameh-de-Albuquerque, 2008).

A descaracterização e as alterações na Política Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde em 2016, seguidas pela desconfiguração da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em 2017 e pelo Revogação¹³ em 2020 – que resultou na suspensão de mais de 100 portarias voltadas para a atenção em saúde mental – representam um retrocesso na política de saúde pública desde o Golpe até o Governo Bolsonaro.

Essas medidas evidenciam um claro descaso com a rede de saúde pública, promovendo o retorno à institucionalização e ao asilamento no que diz respeito ao cuidado com a saúde mental. No cenário pernambucano, o processo contrarreformista também esteve em curso. Um exemplo disso foi o fortalecimento das comunidades terapêuticas (CTs) e as organizações em prol da sua regulamentação em Pernambuco no ano de 2018.

Em 2018, o Projeto de Lei 1940/2018 foi apresentado, visando a regulamentação das CTs no estado, desencadeando o debate sobre o papel dessas comunidades nas políticas públicas estaduais, sobretudo pensando a contramão no tocante aos princípios que orientam essas instituições com relação a RAPS. Esse debate foi intensificado com a aprovação do projeto em 2019, com a lei nº 16.675, após significativas alterações (Pernambuco, 2019).

A regulamentação das Comunidades Terapêuticas (CTs) gerou críticas e questionamentos entre ativistas e profissionais de saúde mental (Passos; Pereira, 2017). Isso porque levantou questões cruciais sobre a qualidade dos cuidados oferecidos nessas instituições e a garantia dos direitos das pessoas assistidas. No atual governo de Raquel Lyra (PSDB), as alianças explícitas com fundamentalistas religiosos no processo de fortalecimento das CTs e sua regulamentação em Pernambuco representam um aspecto preocupante do processo contrarreformista em curso. Isso destaca a necessidade de vigilância e defesa dos princípios fundamentais da reforma psiquiátrica no estado.

Apesar de avanços significativos para uma prática comprometida dissociada de um projeto hospitalocêntrico e biomédico, é perceptível que a elaboração e implementação de portarias e projetos de lei ocorreu através de bastante luta e resistência política. Entendendo que essa construção de concepção de serviços de saúde, atuação e cuidado também é político,

¹³O termo 'Revogação' refere-se ao ato do governo federal, em 2020, de promover mudanças significativas nas Políticas Nacionais de Saúde Mental e a de Álcool e outras drogas, com a revogação de mais de 100 portarias que compõem a regulamentação das políticas do campo da saúde mental no Brasil. Essas portarias abrangiam diretrizes importantes para a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), incluindo financiamento de serviços, programas de cuidado e diretrizes da Reforma Psiquiátrica Brasileira.

a disputa se torna o centro do processo no percurso da Reforma Psiquiátrica Brasileira inclusive em solo pernambucano, tornando cada vez mais explícito o caminho dos ataques e retrocessos que vem sendo percorrido no cenário das lutas sociais, a fim de promover o desmonte e o sucateamento dos serviços, sobretudo do Sistema Único de Saúde (SUS).

Portanto, é de suma importância o fortalecimento da RAPS e preservar os ganhos históricos das lutas tanto das pessoas usuárias dos serviços quanto das trabalhadoras dos serviços de saúde, especialmente os de saúde mental. Devemos entender esses espaços como locais potentes para promover a autonomia, o cuidado em liberdade, a idiossincrasia das pessoas e a territorialidade nesse processo.

Assim, o interesse em pesquisar sobre a atuação dos movimentos feministas na reivindicação e fortalecimento de políticas públicas de saúde mental, desde o período da pandemia da COVID-19¹⁴, surge – para além das questões que perpassam a minha existência – a partir da urgente necessidade de traçar articulações em prol de reivindicações coletivas e de manter garantidas as políticas construídas através das lutas populares, diante um cenário que torna o trabalho cada vez mais desafiador e complexo no tocante a defesa de um projeto político e social que atenda aos preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Minha experiência enquanto militante-acadêmica-mulher(cis)-psicóloga e os (des)encontros epistemológicos que marcam a minha trajetória, me possibilitaram refletir acerca da reverberação da lógica manicomial e colonial. Para além da concretude de um hospital psiquiátrico, refletindo, por exemplo, dentro dos dispositivos substitutivos, oportunizando pensar sobre as convergências teórico-metodológicas entre os campos feministas e antimanicomiais. Esses questionamentos acompanharam e acompanham a minha trajetória não só na Psicologia, mas também na vivência enquanto feminista e militante antimanicomial.

Considerando as questões sociopolíticas e conjunturais, mesmo diante do atual cenário político federal, com o retorno do governo Lula (PT) nas eleições de 2022, que se mostra propício ao fortalecimento de políticas públicas e sociais, é importante contextualizar

¹⁴ Em 2020, no Brasil, era vivido o início da pandemia da COVID-19, sendo parte de uma crise global sanitária desencadeada pelo vírus SARS-CoV-2. O avanço da pandemia no território brasileiro, impactou nas diversas esferas sociais, para além do campo da saúde pública, produzindo efeitos na economia brasileira, formas de organizações sociais e novos costumes e fazeres em saúde. Esse contexto evidenciou os projetos políticos construídos por Jair Bolsonaro, presidente à época, ao escancarar o negacionismo e a política de esfacelamentos de políticas públicas, sobretudo no campo da saúde e saúde mental, produzindo desafios na elaboração de estratégias coletivas de enfrentamento ao cenário pandêmico. Apesar estarmos em um cenário favorável para a retomada do fortalecimento e ampliação de políticas públicas, os desdobramentos da pandemia no Brasil ainda reverberam, seja nos serviços da saúde pública ou na população de modo geral.

os desafios que persistem. O sucateamento, intensificado¹⁵ durante o governo Bolsonaro (PL), deixou resquícios marcantes de desigualdades sociais, retrocessos e disputas que continuam a impactar nosso contexto atual, inclusive no âmbito estadual, que não se mostra diferente, carregando as sequelas dessa fase.

Houve um escancaro de desigualdades sociais e retrocessos, durante o governo Bolsonaro (PL), elementos que ainda reverberam na conjuntura atual. Aliada ao avanço de uma política neoliberal no Brasil e no mundo, destaca-se no contexto pandêmico do coronavírus. Este contexto político-social amplifica a urgência de traçar estratégias de resistência diante essa conjuntura desmobilizadora.

Nesse contexto e alinhada a uma prática contracolonial, compreendo a construção do saber também como *lócus* e ferramenta de resistência ao sistema capitalista, manicomial e sobretudo colonial, sendo a academia um espaço possível para o exercício da contracolônização. Assim como para Nego Bispo, exercitar o contracolonialismo é um ato de defesa, que deve ser lançado constantemente contra a estrutura colonial e seus desdobramentos (Dorneles, 2021).

Considerando essa perspectiva, a pesquisa tem por objetivo analisar as atuações do Fórum de Mulheres de Pernambuco e da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco desde o contexto da pandemia da COVID-19, com foco nas formas de cuidado desenvolvidas por suas militantes e em como essas práticas contribuem para a articulação política e o fortalecimento das políticas públicas de saúde mental na Região Metropolitana do Recife/PE.

A escolha por esses movimentos se deu através de um acompanhamento prévio de algumas ações públicas e em redes sociais em consonância com movimentações acerca das políticas públicas de saúde mental. Inicialmente, a proposta da dissertação contemplava um escopo maior, incluindo também os movimentos antimanicomiais, pretendendo dialogar com militantes, familiares, profissionais e pessoas usuárias dos serviços da RAPS.

No entanto, ao longo do processo do mestrado, os objetivos sofreram alterações, priorizando assim, a análise das estratégias e práticas de cuidado desenvolvidas por esses dois movimentos antes citados, na medida em que compõem o cenário de luta por disputas político-sociais no tocante às políticas pública e na construção de formas de cuidado como resistência.

¹⁵ O processo de sucateamento das políticas públicas nos setores da saúde, sobretudo na saúde mental, não teve início exclusivamente durante o governo Bolsonaro-Mourão, mas, ao contrário, foi sendo delineado desde o Golpe contra Dilma Rousseff (PT) em 2016. Naquela época, Dilma Rousseff ocupava a presidência da república. Esse projeto de desestruturação progressiva revela uma continuidade, uma vez que aspectos fundamentais desse desmonte já estavam em curso durante o período mencionado.

Para pensar nos tensionamentos, nas ações e estratégias traçadas por esses coletivos, no intuito de pautar questões da saúde mental necessariamente articuladas com questões de gênero e os atravessamentos étnico-raciais, de classe, sexodissidentes, geração e territorialidade, tomo por objetivos específicos os seguintes:

- Conhecer através das narrativas das militantes, os movimentos antes citados, que atuaram na Região Metropolitana do Recife no período da pandemia da COVID-19, pensando sua trajetória, seus processos organizativos e suas principais pautas nesse contexto;
- Identificar a partir dos discursos das militantes, qual é o projeto de cuidado em saúde mental que os movimentos sociais, especialmente os feministas, e suas militantes aspiram para a sociedade;
- Compreender quais os desafios e estratégias de cuidado traçadas por esses movimentos para operar em um cenário que impõe restrições e limitações às mobilizações e expressões políticas de esquerda;

As alterações ao longo do processo foram elaboradas através dos desenhos que foram se constituindo no campo, recalculando a rota a ser traçada neste estudo. Assim, foi decidido trabalhar com os movimentos feministas que estão localizados na Região metropolitana do Recife. Detalharei o processo de reorganização e de tomadas de decisões ao longo da pesquisa mais à frente.

Nesses termos, tornou-se urgente estabelecer articulações não apenas entre os movimentos feministas e o campo da saúde mental, mas também construir pontes entre o campo das políticas públicas, os movimentos sociais e a academia, de maneira a construir redes de fortalecimento na conjuntura atual de esfacelamentos das políticas públicas de saúde mental. Reconheço a academia como mais um espaço de luta, resistência e combatividade, e essa rede pode ser um caminho viável para promover a garantia de direitos e a transformação social (Galvão, 2008).

Esta pesquisa emerge como uma iniciativa voltada para promover movimentos de ruptura com a lógica manicomial, alicerçada no contexto capitalista, propondo a reflexão e a ação em direção a uma sociedade antimanicomial, comprometida com a saúde pública e os interesses do povo. Dado que reconheço a necessidade urgente de fortalecimento e articulação entre os movimentos sociais e a academia, com o objetivo de desenvolver estratégias de resistência conjuntas diante da política desmobilizadora que persiste desde o início da pandemia da COVID-19, e cujas consequências ainda se fazem sentir, mesmo em

um contexto nacional de retomada de caminhos progressistas.

3 POR ONDE ANDEI: REFERENCIANDO OS CAMINHOS E CONCEITUANDO OS ESPAÇOS

3.1 Colonialidade, sistema de gênero e loucura: manicômios como dispositivo colonial

“como se a questão fosse guerra ou paz, mas sempre foi guerra ou ser devorado
devoto catequizado, crucificar em nome do crucificado
Seu Deus é o tal metal, é o capital é terra banhada a sangue escravizado”
– Vila Rica - Don L.

A colonização na América e outros continentes colonizados, demarcou no século XVI a história do mundo. Promovendo mudanças viscerais embasadas em uma lógica de dominação político-sociocultural, violência e aniquilação subjetiva e, por anos materializada, dos povos originários e vindos de África, parte do projeto colonial europeu que simboliza a máscara do silenciamento, calando pelo medo, pelo silêncio e pela política de morte – concreta ou simbólica (Quijano, 1992; Kilomba, 2019, Vergès, 2020).

Apesar do fim da colonização ter sido datada, as relações de dominação colonial, continuaram se estabelecendo através do imperialismo, e posteriormente, no capitalismo. Sustenta-se em uma ordem social ancorada no sistema de pensamento hegemônico, incorporados pelos valores políticos, sociais e culturais da metrópole, em que se perpetua a lógica de inferioridade nos povos colonizados, reafirmando a lógica do silenciamento e aniquilação cultural e práticas desenvolvidas por esses grupos, o que Frantz Fanon (2008) vem a chamar de sepultamento da originalidade cultural em “*Pele negra, máscaras brancas*” (Carvalho, 2022).

Para Aníbal Quijano (2005), a construção das dicotomias oriente/ocidente, primitivo/civilizado, mítico/científico, irracional/racional, tradicional/moderno sustentam a ideia de diferença e superioridade entre a Europa e os outros continentes. Estas possibilitaram atualizações nas formas de controle que se concatena com outras esferas para além do poder, galgadas no controle econômico, do conhecimento, dos recursos naturais, da autoridade, sistemas de gênero e sexualidade, sobretudo, da subjetividade, como aponta Mignolo (2008), na estruturação do que vem a ser a matriz colonial do poder.

Dessa forma, a colonialidade, ancorada no colonialismo, vai se constituir também na construção do sistema moderno/colonial, no capitalismo mundial, uma vez que a

modernidade, necessariamente se ancora na estrutura colonial para existir (Ballestrin, 2013). Assim, entendendo a colonialidade enquanto lócus da manutenção das relações de poder, que determinam as práticas, os saberes e as formas de ser dos povos que estão e que se inserem nessa dinâmica, podemos entendê-la enquanto um processo que se inscreve na materialidade, mediante a subjugação cultural e política, e se expande, atravessando o campo imaginário dos povos subalternos (Quijano, 1992).

Numa tentativa de ampliar as discussões propostas por Aníbal Quijano na elaboração da teoria acerca da Colonialidade do Poder, a socióloga feminista María Lugones aponta a dicotomia hierarquizante produzida pelo sistema moderno/colonial enquanto questão central no tocante a imposição sobre os povos colonizados, dicotomia essa, que vai além das citadas acima, incluindo também feminino/masculino no projeto de hierarquização do que vem a ser ou não humano:

O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital, por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês (Lugones, 2014, p. 936).

Ao associar o sistema de gênero às noções de raça e classe, à análise da colonialidade do poder, assumimos a estruturação do sistema moderno/colonial, complexificando-a pautado em uma lógica cisheteropatriarcal, na medida em que se ancora na binaridade hierárquica, produzindo a partir da cisheteronormatividade¹⁶, práticas de opressões e modelo de organização social (Carvalho, 2022, p. 319). Ao pensar a colonialidade de gênero, María Lugones (2014) propõe a inseparabilidade não apenas da raça e a exploração, mas também pensando gênero, como categoria fundante para pensar relações de poder.

O feminismo decolonial, surgindo a partir das lacunas existentes nos estudos referentes a colonialidade e decolonialidade, aprofundando nas relações de dominação que o racismo- etnicismo-sexismo se constitui, propondo uma luta que rompe com os vínculos estabelecidos entre o capitalismo, raça, gênero e cisheteropatriarcado, visando a superação da colonialidade de gênero, através da anunciação de alternativas a vivências situadas e

¹⁶ O termo cisheteronormatividade diz respeito à dinâmicas e práticas sociais construídas a partir imposição da cisgeneridade e heterossexualidade enquanto norma, reforçando marginalização e dinâmicas de pressão sexo-gênero dissidentes.

encarnadas (Lugones, 2014; Vêrges, 2020).

Assim, pensando no cenário brasileiro e nas repercussões no tocante a expressão da colonialidade nas relações e instituições sociais, pensar acerca da loucura e as questões de gênero, raça e classe, se faz necessária quando articuladas, como apontam Rachel Passos e Melissa Pereira (2017), já que o debate de gênero e saúde mental apesar de ter avançado a pequenos passos, ainda se encontra subalternizada no tocante a construção da Reforma Psiquiátrica Brasileira e a Luta Antimanicomial enquanto movimento social.

Na medida em que a loucura se constrói historicamente embasado teórico-politicamente enquanto recurso de exclusão, higienização e organização socioambiental, sobretudo vinculadas às figuras consideradas desviantes à normatividade – figuras estas, que são vistas como o “não-humano”, se levarmos em consideração a construção do Eu universal homem- branco-burguês-cishetero:

É por esta razão que os manicômios surgem habitualmente na periferia das cidades, em zonas isoladas e cercadas por muros, que demarcam precisamente o sentido da separação, da fratura, do limite. A figura do doente mental, como expressão de uma ruptura da norma, é uma imagem que deve ser mantida à distância, para que não venha a perturbar o ritmo da sociedade (Basaglia, 1924, 2010, p. 47).

A instrumentalização da loucura enquanto justificativa para cercear subjetividades outras, traz à tona o caráter colonial da estrutura dos manicômios – sejam eles hospitais, estabelecimento de custódia, comunidades terapêuticas, ser submetida à medicalização e normatividade biomédica (Passos; Pereira, 2017) –, onde questões de gênero, étnico-raciais e de classe são latentes, uma vez que a construção da loucura é historicamente localizada, onde existe o apontamento de improdutividade, presença de doença e incapacidade de vivência social, como justificativa de exclusão dessas pessoas, atuando como estratégias do Estado burguês para manter o controle e gestão para si (Farias, 2017; Ibid., 2017).

O debate entre a Reforma Psiquiátrica e as questões de gênero, sexualidade, étnico-raciais e classe, anunciam possibilidades de rupturas com a lógica manicomial e das relações de controle e dominação “de mulheres em sua relação com a loucura, com o racismo, a lesbiofobia e a transfobia” (Passos; Pereira, 2017) que perpassa as instituições e as diversas expressões dos manicômios na sociedade, sobretudo as construções do saber, utilizando da medicalização e internações, enquanto ferramentas de controle que atende ao projeto cisheteropatriarcal.

Pensar em Reforma Psiquiátrica, implica em pensar a descentralização dos processos

de saúde e cuidado vinculados apenas aos saberes, a articulação de serviços de diversos setores em prol do exercício de uma cidadania plena e autônoma, como também pensar em ferramentas que proporcionem rupturas concretas e simbólicas com a manicomialização, seja no campo do saber ou das práticas, uma vez que é retroalimentada pelo colonialismo, lógica que sustenta o capital.

3.2 Movimentos sociais, feministas e antimanicomiais como ferramentas contracoloniais

Considerando que Movimentos Sociais historicamente são campos que fomentam debates e reflexões alinhadas às demandas sociais e populares, sendo ferramentas mobilizadoras e garantidoras de direitos sociais perante o Estado (Abers; Silva; Tatagiba, 2018), contribuem com a elaboração de políticas públicas.

Diante as possibilidades de construções a partir das mobilizações dos movimentos sociais, estes também disputam algumas conceituações que constituem a noção de sujeito na sociedade, bem como a noção de saúde mental, loucura e cuidado em saúde. Nesse sentido, se debruçar no estudo sobre tais questões, evidenciam a demarcação da diferença e resistência entre os discursos e saberes que sustentam a reforma psiquiátrica, bem como aqueles que ancoram o curso contrarreformista psiquiátrico no Brasil.

Em relação ao campo da saúde mental, a participação popular juntamente com os trabalhadores da saúde construíram o movimento da luta antimanicomial na reivindicação de políticas sociais, tanto nos serviços como também nos espaços das conferências de saúde mental, conselhos de saúde entre outros ambientes de disputas referentes a saúde pública, como trazido por Paulo Amarante & Mônica Nunes (2018), culminou na construção e implementação dos serviços substitutivos no final da década de 1980, apontando um avanço significativo da Reforma Psiquiátrica Brasileira.

A luta antimanicomial e os movimentos feministas na construção da Reforma Psiquiátrica Brasileira, se localizam nesse debate de modo a repensar e disputar concepções, bem como produzir novas formas de saberes e fazeres em saúde mental. É retomada a presença do confronto discursivo e saberes-poderes, sobretudo acerca da loucura, anunciando “tensionamentos e conflitos no interior da sociedade capitalista” (Pereira, 2020, p.69), de modo situado e contextualizado historicamente, como apresentado pelo pensamento do intelectual revolucionário Frantz Fanon (2020) em seus estudos críticos à psiquiatria, em que

anuncia a loucura enquanto sintomatizações sociais, sendo assim, mecanismos de denúncia do processo de desumanização.

No cenário de Pernambuco, apesar de mudanças políticas no ano de 2023, ainda é percebida os desdobramentos da política de esfacelamentos de direitos sociais e políticos conseguidos através das articulações populares. No que se refere ao campo da saúde mental, os retrocessos ainda andam em curso, tendo em vista que as políticas local e nacional adotam posturas de negociação com o conservadorismo religioso, fortalecendo através de financiamentos e espaços de gestões, as comunidades terapêuticas. Diante o cenário que se apresenta, a atuação dos movimentos sociais, se expressam em não apenas lutar por novas pautas, mas também resgatar os motivos pelos quais a Reforma Psiquiátrica existe, na medida em que ela também está em curso no Brasil.

As atuações feministas na luta antimanicomial se dão, então, promovendo no campo o tensionamento acerca da medicalização enquanto mecanismo de controle social, o combate ao cisheteropatriarcado e, necessariamente, outras formas de opressões que se retroalimentam e sustentam a manicomialização das instituições, práticas e saberes. Colaborando na construção de políticas públicas de saúde mental que pautem as vivências de mulheres plurais e seus direitos sociais, considerando o atravessamento de gênero, raça e classe e a inseparabilidade dessas pautas.

Quando se trata de movimentos sociais e o campo da saúde mental, o alinhamento com o pensamento feminista decolonial torna-se potente, uma vez que essa perspectiva denuncia o sistema moderno/colonial (Lugones, 2020). Essa forma de poder, amparada pelo capitalismo e eurocentrismo, reincide em mecanismos de contenção das subjetividades “desviantes” do padrão estabelecido, conforme pontuado por Jalusa Arruda (2017).

Dentro dessa perspectiva, as tentativas de produzir convergências políticas de luta e construção do conhecimento, a Reforma Psiquiátrica Brasileira e os movimentos sociais, feministas e antimanicomiais, surgem como aparelhamentos contracoloniais, quando articulados em atuação e projeto político de sociedade.

Considerando a articulação entre academia, movimentos sociais e políticas como um caminho possível para o fortalecimento dos direitos sociais, a luta coletiva emerge como uma potencial promotora de fraturas no colonialismo. Nesse sentido, o pensamento de María Lugones (2020, p. 55) ressoa ao nos instigar a "nos colocarmos em uma posição que nos permita rechaçar esse sistema, enquanto promovemos uma transformação das relações

comunais". Essa perspectiva alinha-se ao projeto de uma sociedade antimanicomial, sendo enriquecida pelas diversas representações das mulheres, como destacado por Ingrid Farias (2017).

Essa interconexão entre resistência, transformação social e diversidade prepara o terreno para o próximo tópico, no qual nos aprofundaremos na literatura que fundamenta e contextualiza essas abordagens. Ao avançarmos para a próxima seção intitulada por “*Atuação dos movimentos feministas e a política pública de saúde mental: caminhos trilhados na literatura*”, desvendaremos os caminhos já trilhados na pesquisa sobre a atuação dos movimentos feministas e suas possíveis conexões com o campo da saúde mental. Essa revisão torna-se essencial para compreender a complexidade das experiências passadas, delineando os passos já dados nas interseções entre os feminismos e a luta antimanicomial, especialmente no âmbito da saúde mental.

4 ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS E A POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE MENTAL: CAMINHOS TRILHADOS NA LITERATURA

Uma revisão da literatura pode ser encarada como um processo criativo, onde o conhecedor é participante ativo na construção de uma interpretação da comunidade e de seu discurso, ao invés de mero espectador que busca reproduzir, da melhor maneira que conseguir, autores e trabalhos relevantes (Montuori, 2005, p.2).

O presente estudo tem como questão orientadora a atuação dos movimentos feministas e a incidência na Política Pública de Saúde Mental na RMR desde o contexto da pandemia da COVID-19. Tendo essa discussão como horizonte a ser aprofundado, considere produções que versassem sobre a atuação desses movimentos especificamente, no contexto da pandemia, para pensar como se deu a presença dos movimentos feministas e de mulheres no campo da saúde mental.

Entendo a revisão da literatura também como um campo vivo e ancorado na inventividade, que não se trata apenas de uma listagem sobre o que tem sido construído por outras pesquisadoras (Montuori, 2005), mas também como um campo possível para o diálogo e construção coletiva do conhecimento, na medida em que parto da compreensão de que o campo não está dado e muito menos se fecha.

Para pensar como tem se dado a discussão que venho tentando me debruçar, este tópico versará os caminhos desenvolvidos para a elaboração da Revisão de Literatura, indicando etapas necessárias para a composição de um levantamento bibliográfico crítico. Assim sendo, a princípio realizo uma explanação dos caminhos construídos na fase de pesquisas em bases de dados, apresentando os processos de tomadas de decisões, critérios e resultados.

Os questionamentos acerca da produção científica, sobretudo sobre o campo que venho me debruçando, a necessidade de pensar em não só avançar no campo, mas também de olhar para o que já vem sendo construído dentro da temática se faz presente. A compreensão da Revisão da Literatura também como um campo vivo, possibilita darmos passos para trás na caminhada da elaboração da pesquisa, para entender quais os passos e trajetórias galgadas no campo do saber, indicando quais caminhos podemos seguir e construir.

O levantamento de bibliografias que versam sobre a atuação dos movimentos feministas e a incidência no campo da saúde mental, sobretudo no tocante às políticas

públicas, se faz importante, uma vez que essas articulações se mostram cada vez mais necessárias através das colocações e discussões em espaços formativos e de discussões, evidenciando a urgência de pautarmos cada vez mais essas articulações. Assim, partindo dessas compreensões, procurei através desta revisão apontar, refletir e dialogar com as produções já existentes e discussões já realizadas por pesquisadoras do campo, anunciando os caminhos seguidos e as lacunas existentes no processo.

Nesse sentido, construí as trilhas para o encontro com os trabalhos de outras pessoas que estudam o campo, a partir de uma Revisão de Literatura Sistemática (RLS), que pode ser entendida como sendo uma modalidade de pesquisa que visa compreender o andamento de um dado campo.

A RLS se propõe não apenas em discorrer sobre o conjunto de trabalhos desenvolvidos sobre uma determinada temática, mas também explicitar os limites de cada material analisado, bem como os processos de construção da revisão (bases de dados consultadas, estratégias de buscas utilizadas, seleção dos materiais, critérios adotados e análise) (Galvão; Ricarte, 2019).

Para a elaboração da revisão, foram seguidas algumas etapas (não necessariamente seguindo uma ordem) para o seu desenvolvimento como orientado por Maria Cristiane Galvão e Ivan Luiz Ricarte (2019), como 1) seleção de base de dados e coleta do material; 2) elaboração de estratégias; 3) seleção dos textos; 4) sistematização e discussão com as informações encontradas.

Definição das bases e materiais encontrados

Nessa etapa, selecionei *as bases de dados* Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), biblioteca virtual que possui ênfase em literatura do campo da saúde, abrangendo literatura Latino-Americana e do Caribe; e a Scientific Electronic Library Online (SCIELO), que também é uma biblioteca virtual com ênfase em artigos de periódicos nacionais; e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Pernambuco (BDTD/UFPE), com ênfase nas publicações do PPGPsi/UFPE, que tem por objetivo a disponibilização das teses e dissertações produzidas pelos programas de Pós-Graduação. Essas bases de dados foram escolhidas a partir da necessidade de dar ênfase às produções localizadas não apenas no Sul Global, mas também pensando a realidade brasileira e local.

Na segunda etapa, as *estratégias de buscas* traçadas envolveram as escolhas dos

descritores, bem como os critérios para a seleção dos materiais. Utilizei as seguintes combinações de descritores para buscas nas três bases de dados: “ATUAÇÕES FEMINISTAS”; “PANDEMIA e FEMINISMOS”; “ATUAÇÃO FEMINISTA e COVID-19” e “MOVIMENTOS FEMINISTAS e POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL”. Posteriormente, por sugestão da banca de qualificação, inseri o descritor “MOVIMENTOS FEMINISTAS e LUTA ANTIMANICOMIAL”. Utilizei desses descritores com o intuito de abarcar essas articulações, contornando as buscas com os objetivos que delimitam o meu trabalho.

Para o processo de *seleção*, considerei enquanto critérios de inclusão para o refinamento das buscas, publicações que estão dentro da temática em português aceitas e publicadas de 2020 a 2023, que versem sobre ou que abordem de modo a tangenciar a temática. Vale ressaltar que a escolha por esse recorte temporal se dá no intuito de compreender a atuação dos movimentos feministas desde o contexto pandêmico da COVID-19 até o ano de 2023.

Considerando as referidas bases de dados, foram encontrados a partir das buscas pelos descritores sinalizados anteriormente um total de 766 produções (artigos científicos, dissertações e teses), distribuídos como mostrado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Número das produções encontradas por descritores

Bases de Dados Descritores	Scielo	Lilacs	BDTD/ UFPE	Artigos selecionados após leitura dos resumos	Artigos selecionados após a leitura sistemática
Atuações feministas	2	0	148	4	1
Pandemia e Feminismos	7	2	27	8	2
Atuação feminista e COVID-19	1	0	263	5	3
Movimentos Feministas e Políticas Públicas de Saúde Mental	0	0	304	3	0

Movimentos Feministas e Luta Antimanicomial	0	1	13	1	1
Total	8	3	755	21	7

Fonte: Elaboração própria (2023)

A etapa da *seleção dos textos, sistematização e discussão* das produções encontradas foram elaboradas através dos quatro níveis de leituras desenvolvidos por Antônio Gil (2002), que consistem em: 1) *leitura exploratória* no processo de identificação dos materiais que convergem com a temática trabalhada na pesquisa; 2) *leitura seletiva* que propõe a seleção das produções a partir do proposto pelo próprio material; 3) *leitura analítica* que visa uma análise das informações das fontes e; 4) *leitura interpretativa*, que é voltada para a análise crítica dialogada com os trabalhos encontrados e a questão da pesquisa.

No exercício de seleção, a partir das buscas feitas nas bases de dados, dentro dos critérios estabelecidos, foi realizado um afinamento dos textos encontrados. A cada descritor buscado em cada base de dado, fiz o exercício de filtrar primeiro através dos títulos, selecionando as produções que se enquadravam nos critérios estabelecidos. Após a seleção dos textos a partir da leitura dos títulos – de cada descritor –, foi realizada a leitura dos resumos de cada produção científica, de modo a compreender através dos resumos, quais as discussões a serem desenvolvidas no material.

Após o processo de leitura dos resumos e posterior seleção dos materiais, separei os artigos por descritor, somando os artigos, dissertações e teses encontradas e selecionadas de todas as três bases de dados, com o intuito de averiguar a existência de repetições, aproximações e possíveis distanciamentos nos trabalhos encontrados.

Os descritores escolhidos para compor a busca abarcam uma multiplicidade que compõem o campo das discussões de gênero, sobretudo das diversas experiências de mulheres. Durante o processo de seleção das produções acadêmicas me deparei, principalmente no descritor “Pandemia e Feminismos”, com diversas publicações atravessada pelas discussões da violência doméstica, luta pelo direito à moradia e justiça reprodutiva.

Apesar de articuladas com as questões que me debruço nesse estudo, pois as discussões do campo da saúde mental estão diretamente ligadas a existência e as formas de viver em sociedade, opto por manter trabalhos que possuem foco na atuação desses

movimentos no contexto pandêmico, pensando também a incidência na política de saúde mental e articulação com a luta antimanicomial. Assim, o quantitativo final de trabalhos selecionados para o diálogo com o campo literário, foi de: 7, considerando que a grande maioria dos selecionados aparecem em mais de um descritor.

Com quem e por onde

Entendo como fundamental apresentar com quem o contato foi estabelecido, uma vez que parto da compreensão de que precisamos conhecer quem são as pessoas com quem estamos construindo conhecimento para além do sobrenome, enquanto estratégia de ruptura com prática hegemônica do saber.

Neste subtópico detenho-me a situar as produções científicas selecionadas, com o intuito de evidenciar as nuances que perpassam os contextos de cada trabalho, de modo a demarcar as posições assumidas, uma vez todo conhecimento é situado sociohistoricamente (Haraway, 1995).

Para aprofundar a nossa compreensão não só sobre o conteúdo das produções selecionadas, mas também sobre as pessoas autoras de cada uma delas, conduzi uma análise em que dediquei atenção à identidade de gênero das pessoas autoras de cada trabalho e o contexto de produção do estudo realizado, considerando o seu local de publicação por região.

Apesar de entender e trabalhar a partir da inseparabilidade existente entre o capitalismo, patriarcado e racismo, na medida em que esta é uma relação dialética inerente ao sistema (Ávila; Ferreira, 2023), não foi viável realizar um processo de identificação racial para a elaboração do quadro, uma vez que nas produções, nas buscas no curriculum lattes e no escavador, não era trazida a autoidentificação racial de cada pessoa autora.

Como mulher cis branca, tomei a decisão consciente de não incluir a categoria racial no quadro elaborado. Essa escolha reflete minha recusa em perpetuar a posição de poder associada à branquitude, que historicamente tem ditado identidades alheias e falado em nome de outrem. A prática de demarcar pessoas com base em raça fortalece o domínio construído pela branquitude, delineando diferenças a partir de seu próprio referencial. Essa demarcação, historicamente utilizada como ferramenta de discriminação e marginalização, contribui para a construção de formas diversas de exploração e dominação, permeando os domínios do ser, do saber e do poder (Quijano, 2005).

Quadro 2 – Características das pessoas autoras das produções selecionadas

Autoria	Identidade	Local de
---------	------------	----------

		de Gênero	publicação por região
1	Carmen Campos	Mulher cis	Sul-Sudeste
	Ela Castilho	Mulher cis	
	Isadora Machado	Mulher cis	
2	Mariana Quintans	Mulher cis	Sudeste
	Rafaelly Silva	Mulher cis	
	Taiana Sobrinho	Mulher cis	
3	Isabella Pinto	Mulher cis	Sudeste
	Nadia Vasconcelos	Mulher cis	
	Polyana Bordoni	Mulher cis	
	Ana Santos	Mulher cis	
	Deborah Malta	Mulher cis	
	Paula Bevilacqua	Mulher cis	
4	Karolayne Gonsalves	Mulher cis	Sul
	Ammanda Guimarães	Mulher cis	
5	Elaine Brandão	Mulher cis	Sudeste
	Cristiane Cabral	Mulher cis	
6	Alessandra Sardeto	Mulher cis	Sul

	Natalia Bazarghi	Mulher cis	
	Daniele Ferrazza	Mulher cis	
7	Emylle Santos	Mulher cis	Nordeste
	Conceição Oliveira	Mulher cis	
	Dayane Pimentel	Mulher cis	
	Mayara Silva	Mulher cis	
	Cristine Bonfim	Mulher cis	

Fonte: elaboração própria, 2023

Com base no quadro elaborado, os trabalhos selecionados por suas afinidades e convergências com a temática abordada são predominantemente escritos por mulheres cis. Além disso, observa-se que as autoras que se dedicam a essas temáticas estão geograficamente distribuídas nas regiões sudeste, sul e nordeste do país, com uma concentração significativa nos eixos sul-sudeste. É relevante ressaltar que a classificação 'mulheres cis' foi estabelecida considerando o posicionamento de algumas autoras ao longo de suas obras em relação à identidade de gênero, bem como a maneira como essa informação é apresentada em seus Currículos *Lattes*.

Além das questões apresentadas anteriormente, também analiso as áreas do conhecimento que os escritos estão ancorados, bem como elenco o ano de publicação de cada produção, apesar de ser algo já previsto, por estar dentro do marco temporal estabelecido anteriormente.

Quadro 3– Informações gerais sobre as produções científicas selecionadas

	Título	Áreas do conhecimento	Ano de publicação
1	Violência de gênero e pandemia	Direito (Ciências Humanas)	2022

2	Despejos e luta pelo direito à moradia na pandemia: resistências femininas na experiência da Ocupação Novo Horizonte	Direito (Ciências Humanas)	2022
3	Atuação De Estados E Capitais No Enfrentamento À Violência Contra As Mulheres No Contexto Da COVID-19 No Brasil	Psicologia, Medicina, Enfermagem, Saúde coletiva (Ciências da Saúde e Ciências Humanas)	2021
4	Políticas Públicas e Gênero: Reflexões nos Períodos de Pandemia	Ciências Sociais e Direito (Ciências Humanas)	2022
5	Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de Covid-19 no Brasil	Serviço Social e Psicologia (Ciências Humanas e Saúde)	2021
6	Movimento feminista e antimanicomial: uma análise das lutas por direitos em uma sociedade capitalista-patriarcal	Letras e Psicologia (Linguística, Letras e Artes; Ciências Humanas e da Saúde)	2021
7	Violência Doméstica Contra Mulher E Isolamento Social Durante Os Estágios Iniciais Da Pandemia COVID-19 Em Pernambuco	Nutrição, Saúde Pública e Saúde Coletiva (Ciências da	2021

		Saúde)	
--	--	--------	--

Fonte: elaboração própria (2023)

No que diz respeito às áreas de conhecimento, é possível destacar a predominância em Ciências Humanas e Sociais, que circunscreve 5 das publicações. As Ciências da Saúde também se destacam, em quatro dos trabalhos, seguidas pelas áreas de Linguística, Letras e Artes, que compreendem uma produção. As contribuições estão distribuídas nos campos da Psicologia, Direito, Saúde Coletiva e Saúde Pública, Medicina, Enfermagem, Serviço Social, Ciências Sociais, Nutrição e Letras. Essa diversidade de campos reflete a interdisciplinaridade das temáticas exploradas nos escritos selecionados.

Os encontros identificados destacam duas questões fundamentais. A primeira, diz respeito à centralização das produções acadêmicas ainda no eixo Sul-Sudeste do país. Essa tendência revela o projeto geopolítico do conhecimento ancorado na colonialidade, que marginaliza o Norte e Nordeste, colocando essas regiões a uma posição periférica no âmbito acadêmico.

Nesse sentido, o Norte e Nordeste do país, representam o Sul geopolítico, na medida em que o projeto colonial do saber produz lacunas no tocante a investimentos e desenvolvimento científico e tecnológico, direcionados para as regiões privilegiadas no país, o que não diz sobre a ausência de potência dessas regiões, mas sim sobre negligenciamentos em prol do projeto moderno capitalista (Barbosa; Mota-Pereira, 2023).

Outro apontamento necessário a ser enfatizado para refletir, relaciona-se com as produções que versam sobre cuidado, saúde mental, políticas públicas e feminismos, serem escritos majoritariamente por mulheres, sobretudo quando se trata dos projetos de cuidados desenvolvidos no campo da saúde. Adicionalmente, é crucial ressaltar que essas produções frequentemente são elaboradas por mulheres cis, evidenciando a presença hegemônica da cisnormatividade na academia. Isso revela de forma explícita as articulações entre os espaços acadêmicos e os mecanismos de exclusão forjados pelo projeto colonial e capitalista do saber.

Em diálogo com as produções selecionadas, percebo alguns aspectos que atravessam a temática no tocante a atuação dos movimentos feministas e as interlocuções com o campo da saúde mental propriamente dito. A primeira dimensão que se destacou durante as leituras dos materiais selecionados aborda a atuação feminista e de mulheres, bem como os mecanismos de resistências desenvolvidos ao longo do período pandêmico da COVID-19, destacando as articulações realizadas no processo. Uma segunda perspectiva percebida versa sobre a carência de produções acerca dessas articulações, especialmente entre os feminismos

e a pauta da saúde mental, tanto no âmbito das políticas públicas quanto nos movimentos sociais antimanicomiais.

A primeira questão propõe-se a uma explanação de como tem se dado as atuações dos movimentos feministas e de mulheres nas produções científicas, de modo a apresentar os mecanismos desenvolvidos desde o contexto pandêmico tanto em relação a conjuntura nacional, como também experiências plurais acentuadas no processo de isolamento social. Já o segundo ponto anuncia a escassez de produções acadêmicas acerca das articulações entre movimentos e a incidência dos feminismos nas políticas de saúde mental, evidenciando as lacunas produzidas no campo. A seguir, discorro sobre os dois aspectos apresentados.

Atuações feministas e mecanismos de resistências

As movimentações feministas e de mulheres historicamente são ancoradas por uma perspectiva de luta por direitos e resistência diante a colonialidade do gênero, que se sustenta no capitalismo. Essas atuações, assim como os movimentos sociais feministas, são plurais, tendo vários caminhos de incidências político-sociais, o que anunciam as experiências múltiplas vivenciadas, que rompe com a tentativa de universalização da experiência do “ser mulher”, elaborado pelo sistema moderno/colonial.

Ao longo dos encontros com as interlocutoras textuais das produções selecionadas para a Revisão da Literatura, é possível perceber a multiplicidade da incidência de mulheres, sobretudo pensando atuações em um contexto pandêmico. As produções evidenciam a reivindicação de políticas públicas de modo geral, pensando em garantias de existências que falam sobre a experiência da COVID-19 (isolamento social, proteção e saúde, processos de autocuidado) mas que ultrapassam a proteção relacionada ao vírus invisível.

A crise sanitária vivida durante a pandemia da COVID-19, anuncia outras crises já existentes, mas intensificadas durante este contexto, desvelando a negligência estatal, sobretudo com a saúde das mulheres, no encontro com as crises econômicas e política do país (Brandão, Cabral, 2021; Quintans, Silva e Sobrinho, 2022; Campos, Castilho, Machado, 2022).

A centralidade no debate acerca das atuações feministas no período da COVID-19 na violência contra as mulheres em contexto de isolamento social (Gonsalvez; Guimarães, 2022; Campos; Castilho; Machado, 2022; Pinto, 2021; Santos et al., 2022), escancara a precarização e limitação das políticas garantidoras da segurança e saúde das mulheres, sobretudo em contextos familiares. O contexto de violência, se expande para os diversos cenários, estando atrelado ao contexto familiar que se intensifica com as medidas de distanciamento social, bem

como por questões relacionadas aos acessos aos serviços de saúde pública e déficit habitacional (Quintans, Silva e Sobrinho, 2022), que promovem um impacto maior na experiência da pandemia, da classe trabalhadora, sobretudo mulheres negras e periféricas.

Apesar do enfoque das discussões da pesquisa em questão estar direcionada a atuação dos movimentos feministas e a incidência nas políticas públicas de saúde mental, as reflexões promovidas nessas produções anunciam os tensionamentos produzidos por coletivos feministas e de mulheres em diversos âmbitos, de modo a resistir às estratégias de aniquilamento dos direitos sociais garantidos ao longo da história brasileira, seja de luta por moradia, direitos sexuais e reprodutivos, saúde pública para mulheres, como também a garantia de proteção em situações de violências.

Se faz importante pensar sobre como esses outros espaços de atuações são atravessados pelo campo da saúde mental, pensando a partir da compreensão de totalidade da saúde mental, que implica em reivindicações de um sistema de saúde pública e popular, mas também de moradia digna, alimentação e garantias básicas de existência. Assim, ao passo que estamos falando de outros campos de incidência, também estamos falando sobre processos de violências que promovem adoecimentos psíquicos e conseqüentemente, articulações entre reivindicações de aparatos e dispositivos eficazes para a garantia assistencial e de promoção da saúde.

O que as ausências anunciam

Apesar de pautar questões sobre o adoecimento psíquico e reverberações na saúde mental proveniente do esfacelamento de políticas públicas, é percebido em comum as produções selecionadas na revisão de literatura um tangenciamento às produções acerca do debate da saúde mental. A escassez sobre a temática evidencia a necessidade de não só produzir, mas também avaliar como tem se dado as incidências dos movimentos feministas nos cenários atuais no tocante as políticas de saúde mental, álcool e outras drogas.

Dos encontrados, apenas um se aproxima do estudo a qual venho me debruçando. As psicólogas Alessandra Sardeto, Natalia Bazarghi e Daniele Ferrazza (2021), neste trabalho discorrem sobre os movimentos sociais, antimanicomiais e feministas, refletindo acerca de suas convergências e divergências, de modo a perceber possíveis articulações, seja através das atuações ou de sua construção histórica enquanto movimento. A partir da leitura desenvolvida, é demarcada as singularidades de cada movimento, mas que eles se encontram na luta contra a lógica hegemônica, que se pauta no controle manicomial e no patriarcado.

Em acordo com o artigo, compreendo que a história de ambos os movimentos é

composta por luta popular e organizada, oportunizando ganhos políticos e sociais, no tocante à direitos, o que proporcionou mudanças micro e macropolíticas. Assim, no cenário atual, a incidência dos movimentos, deve se dar de modo a repensar estratégias frente a conjuntura atual, promovendo assim, “movimentos de resistências aos poderes instituídos que submetem mulheres e sujeitos em sofrimento psíquico” (Sardeto; Bazarghi; Ferrazza, 2021).

Ao traçar aproximações e distanciamentos entre os movimentos sociais feministas e antimanicomiais, Alessandra, Natalia e Ferrazza, apontam caminhos em que os movimentos feministas articulam e se inserem nas pautas antimanicomiais, sobretudo no que se refere a transformações paradigmáticas patriarcal e manicomial que atravessam as esferas socioculturais, teórico-conceituais e político-jurídicas apontadas por Paulo Amarante em seu livro “*Saúde Mental e Atenção Psicossocial*”.

Assim, se faz necessária a promoção entre as articulações seja em produções acadêmicas ou na práxis dos movimentos, uma vez compreendida a necessidade de uma atuação coletiva entre os movimentos em prol do fortalecimento de pautas e de uma superação da lógica colonial que sustenta o aparato manicômio-patriarcal que produz exclusões e opressões na sociedade.

5 CAMINHOS E (DES)CAMINHOS NO FAZER PESQUISA: Itinerários ético-teórico-metodológicos

“A encruzilhada é esse ponto de encontro, mas também local de tomada de decisões, pois é nela que os caminhos se encontram, mas também onde se escolhe o caminho para seguir” – SANTANA, Humberto.

Início pedindo licença a Exu¹⁷ dono de todos os caminhos, que nos orienta e os abre, para falar sobre os itinerários construídos e descobertos ao longo de minha trajetória. Falar de pesquisa, é falar sobre caminho e não tem como falar de caminhos, sem falar de Exu.

Os caminhos percorridos desde a elaboração do projeto de pesquisa para a seleção do Mestrado em Psicologia na Universidade Federal de Pernambuco até o momento da escrita da dissertação, falaram e falam sobre encontros teóricos, epistemológicos, sobretudo políticos. Compreendo a multiplicidade que compõe o campo psicológico e partindo dessa compreensão, o desenho dessa pesquisa nasce das angústias que se construíram ao longo de minha trajetória enquanto pesquisadora-militante-mulher (cis, branca e periférica) e os desencontros que constituíram o processo de construção até o momento atual – que não se fecha.

Nessa caminhada, começo a pensar o processo do fazer em pesquisa como uma “encruzilhada do saber”, uma vez que se constitui a partir de escolhas, conflitos, contradições, aproximações e distanciamentos. Alinho-me ao pensamento do pesquisador Humberto Santana ao elaborar a noção do fazer epistêmico através da perspectiva de “**encruzilhadas epistemológicas**”, em seu artigo intitulado por: “*Encruzilhadas epistemológicas: acertando o conhecimento europeu ontem com uma pedra que atirei somente hoje*”, que se configura enquanto

Uma noção criada a partir do conceito de encruzilhada, enquanto ponto ambíguo, podendo ser começo, o fim, mas também o iniciar de um fluxo que coloca a epistemologia enquanto a possibilidade de confluências. (...) Logo, pensar a encruzilhada epistemológica é refletir nas conexões que vão se fazer presentes desde a relação entre encruzilhada e epistemologia, até a relação entre as epistemologias que se cruzam (Santana, p.253, 2018).

¹⁷ Exu, presente nas tradições religiosas afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé, é reconhecido como um orixá da comunicação, detentor de múltiplas facetas, simbolizando a transformação e a conexão entre diferentes esferas da existência, mas não só isso. O LabESHU (Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana), ao adotar esse nome, busca incorporar elementos dessas tradições, sobretudo acerca da sexualidade e dos caminhos, possibilitando através da Mitologia de Exu, refletir sobre as sexualidades, traduzindo a sua orientação e inspiração nos estudos e nas práticas para além de sexualidades dissidentes, mas também ancoradas em outros processos de subalternizações. Para saber mais, acessar: <https://labeshu.com/sobre-eshu>

Indicando não apenas confluências epistêmicas, mas também formas outras de olhar para a realidade, tendo a possibilidade de aprender e pensar novas perspectivas para além do que nos foi imposto enquanto suposto saber (Santana, 2018).

Késia Rocha, Érika Soares e Maria Laura Bleinroth (2022) pontuam que a quebra com a concepção de construção do conhecimento neutro, universalizante, imparcial e racional se deu no contato com estudos teóricos do campo feminista, onde surgem os questionamentos aos estudos que embasam as epistemologias tradicionais.

Assim como a noção adotada por Humberto Santana, as metodologias qualitativas se constituem através do se debruçar por questões acerca das singularidades das pessoas que fazem parte da pesquisa, bem como das singularidades que perpassam o próprio campo, uma vez que o campo anuncia experiências, histórias e materialidade e interpretações que dão visibilidade ao mundo (Muylaert et al., 2014; Dezin; Lincoln, 2006).

Posto isso, a assistente social Renata Freitas (2017) reitera as implicações materiais que o conhecimento tem nas vidas das pessoas, sinalizando a necessidade de construir caminhos que se desvinculam da construção do conhecimento vigente, de modo a manter e reproduzir a lógica capitalista dentro da ciência, da tecnologia e da sociedade – uma vez que assumimos uma relação existente entre esses três eixos. Desse modo, quando falo sobre construção do saber, a reflexão necessária a se manter é: para quem e com quem construímos o saber que estamos nos propondo a construir? De modo a entender como a nossa pesquisa afeta e é afetada pela sociedade, sendo esta necessariamente contextualizada social, política e historicamente.

Rompe-se com a perspectiva de estreitamento das brechas que se instauram no potencial transformador de realidade, de conhecimento construído de forma autônoma, que é corrompido pela ciência produzida dentro da lógica do capital – descolada da realidade concreta e situada (Freitas, 2017). Assim, é através da confirmação da existência da diferença e da necessidade do diálogo que construo a minha pesquisa, uma vez que ao eliminarmos esses dois eixos da produção científica, também renunciamos às novas formas de pensar e de avançar no campo da produção e compartilhamento do saber (Huning; Silveira, 2007).

A necessidade de lutar contra a colonização do saber e do ser social, se insere no pensamento de fronteiras, desenvolvido pelo professor argentino Walter Mignolo (2008), aproximando-se do conhecimento contextualizado através da realidade do nosso país, desprendido da universalização e pautado no pluriversalismo, que também se expressa no pensamento construído por Humberto Santana (2018), na medida em que compreende a

encruzilhada epistemológica através da noção de confluência, onde os elementos se cruzam, se co constroem, mas não se misturam.

O delineamento desta pesquisa se faz possível a partir do encontro *de* e *com* epistemologias que se colocam à disposição do questionamento às epistemologias ditas tradicionais e clássicas, se construindo através do posicionamento crítico à colonialidade e as formas que ela atravessa as maneiras de pensar e produzir o conhecimento, sobretudo como nos atravessa subjetivamente.

Nesse sentido, diálogo com práticas feministas contracoloniais, para a construção do saber, numa tentativa de fomentar discussões por meio de inquietações não apenas de ordens conjuntural e histórica que compõem o campo, mas também das vivências situadas, da territorialidade e do conhecimento tido como caminho inacabado (Rocha; Soares; Bleinroth, 2022) promovendo descentralização da produção acadêmica ancorada na colonialidade do saber e poder (Quijano, 1992).

Tendo por base essas perspectivas, inicialmente, pensei em um caminho metodológico a ser traçado em 3 momentos:

1. *Contato inicial com o Fórum de Mulheres de Pernambuco, a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas de Pernambuco (RENFA)*¹⁸;
2. *Observações participante e conversas em diferentes atividades e ações desenvolvidas por movimentos sociais feministas e de mulheres na Região Metropolitana do Recife;*
3. *E, por fim, diálogo com militantes dos 3 movimentos anteriormente citados.*

É importante ressaltar que os momentos pensados não se fizeram dentro de uma perspectiva linear de início e fim para a realização de cada um deles, se articularam a todo o momento.

O *contato inicial* com o Fórum de Mulheres de PE, a Rede de Mulheres Negras de PE e com a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas de PE (RENFA), foi realizado através de redes de contatos que foram se estabelecendo ao longo da minha trajetória

¹⁸ Apesar de inicialmente a RENFA fazer parte e ter aceitado participar da pesquisa, durante o processo do campo, precisei realinhar os objetivos, uma vez que a participação de uma interlocutora da RENFA ficou inviável, explico como se deu no tópico “Trilhando para uma nova trilha na pesquisa”, os objetivos finais se apresentam na seção 2 “Trilhas originárias: movimentos feministas e os caminhos que os levam a políticas públicas de saúde mental”.

enquanto militante antimanicomial, no Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial – Libertando Subjetividades. A partilha de espaços e agendas de luta entre os movimentos feministas e antimanicomiais na Região Metropolitana do Recife, possibilitaram trocas com militantes desses movimentos, que me direcionaram para o contato via e-mail para formalizar os convites para a iniciar o campo da pesquisa.

O segundo momento, se desenhou a partir da presença em espaços e atividades desenvolvidas coletivamente por movimentos feministas e de mulheres¹⁹ da Região Metropolitana do Recife. Os encontros nas atividades dos movimentos, em congressos que participei e em espaços formativos e de discussões, possibilitaram o exercício de aproximação e distanciamento promovido pelas articulações entre as minhas experiências enquanto feminista, militante antimanicomial, trabalhadora da saúde e pesquisadora. Karla Galvão Adrião, pontua em seu livro “*Encontro com Feminismos: políticas, teorias e ativismos*” os jogos que se anunciam a partir dessas articulações, sobretudo quando nos propomos a produzir conhecimento acerca do fazer militante, assim, diz ela:

Tornou-se algo bastante interessante estar na militância e militar “às avessas”, já que o ativismo se faz na interpelação, em articulações, falas, textos escritos e ditos, não necessariamente no acompanhamento silencioso do desenrolar de fatos e acontecimentos. Às avessas porque ao fazer pesquisa e buscar compreender esses fenômenos do fazer militante, faz-se “militância” reflexiva, acredito, no sentido de que se está acompanhando um momento com objetivos de refletir sobre ele e, igualmente de produzir conhecimento sobre ele (Adrião, 2022, p. 44).

Ancorado na pesquisa de campo etnográfica, o segundo momento foi marcado por *observações participantes e conversas* em espaços e atividades organizadas coletivamente pelos movimentos feministas de Pernambuco. A etnografia, método tradicionalmente utilizado na Antropologia, surge como a principal abordagem adotada por pesquisadores dessa área para estudar “os aspectos da vida dos diferentes grupos sociais” (Víctora; Knauth; Hassen, 2000, p. 53). Como aponta o antropólogo Michael Angrosino (2009), a etnografia se dedica à descrição de populações, direcionando o estudo para a compreensão coletiva das experiências sociais, em vez de focar apenas nos indivíduos.

Assim, o método etnográfico envolve a análise da cultura — compreendida como os comportamentos, crenças e costumes construídos e compartilhados por um grupo — e do

¹⁹ A saber, a utilização do termo movimentos feministas e de mulheres explicita tensionamentos existentes dentro do próprio movimento, sobretudo pelas discussões trazidas por mulheres negras e indígenas ao caráter universalizante da experiência do que vem a ser mulher dentro do feminismo (pensando no singular justamente para reforçar a ideia de homogeneização da experiência).

modo de vida de comunidades e sociedades, provocando reflexões críticas sobre os modelos tradicionais e hegemônicos de pesquisa (Angrosino, 2009). Nesse sentido, minha presença nesses espaços, enquanto militante antimanicomial e pesquisadora feminista, permitiu observar as intersecções entre as pautas feministas e antimanicomiais. Além de acompanhar os debates, busquei compreender como as discussões sobre saúde mental eram incorporadas e ressignificadas dentro desses contextos.

As observações e as conversas são adotadas no processo enquanto recurso central, na medida em que possibilitam o reconhecimento de saberes e práticas sociais na experienciação da realidade de uma determinada comunidade (Rocha & Eckert, 2008). Assim, nesses espaços, as observações se ancoram no movimento de estranhar os espaços que construo diariamente, bem como tornar familiar os espaços que por muito tempo não ocupei, sobretudo os espaços construídos pelos movimentos feministas.

Durante o campo, o compartilhamento com outras mulheres – para além das que compõem os movimentos que fizeram parte da produção aqui construídas –, me possibilitou a cada espaço, o exercício de pensar caminhos de estreitamento de lutas. Experienciar, compartilhar inquietações, ser afetada pelas provocações feitas. As observações e as conversas produziram e produzem efeitos encarnados, trazendo à tona a anunciação da vivacidade do campo e da necessidade da escuta, atenção e abertura ao que vai sendo mostrado por ele.

Partilho do entendimento de que a observação e conversa, aliadas, possibilitam uma “compreensão da vida das pessoas, por meio da convivência comprometida” (Cardona, Cordeiro, Brasilino, 2014, p.129), considerando os tensionamentos e conflitos existentes na realidade. As conversas constituem e são constituídas através da interação social, enquanto práticas sociais como tantas outras, sendo este um aspecto fundante na relação construída entre a pesquisadora e as pessoas que fazem parte do contexto em questão (Batista; Bernardes; Menegon, 2014).

Esses momentos iniciais, promoveram através das conversas a possibilidade de conhecer mais sobre as pessoas que constroem os movimentos feministas na RMR atualmente. As perguntas que me guiavam ao estar nesses espaços eram: “*Quem são essas mulheres? De onde elas vêm e o que as trazem aqui?*” de modo a produzir um mapeamento sociodemográfico através dessas conversas e das observações, pensando questões como: quem constrói esses movimentos com relação a questões de gênero, sexualidade,

territorialidade, geração, raça, classe e outros marcadores sociais que perpassam a história dessas pessoas e qual o lugar desse movimento na vida delas.

Durante todo o processo, registrei através de anotações as minhas impressões, do meu sentir e do meu fazer, exercitando aproximações e distanciamentos quando necessário, pensando também nos apontamentos de dados importantes, bem como registrar o que a memória talvez não desse conta durante o caminhar da pesquisa.

A escrita dos registros próprios, ou seja, a decisão tomada de utilizar do diário de campo enquanto instrumento metodológico, vem da compreensão do enriquecimento da prática analítica que as escritas no e com o território possibilitam, assim como a reflexividade necessária de ser exercitada no fazer pesquisa. Isso porque o diário de campo possibilita através das minhas escritas situadas, a observação atenta e provocadora, uma descrição precisa e reflexão comprometida com os acontecimentos que fizeram parte dos encontros do processo de aproximação do campo, inserção e de saída dele. (Falkembach, 1987).

Luciane Pezzato, Rosilda Mendes, Erika Oliveira e Adriana Azevedo (2019) ao escreverem um capítulo sobre diário de pesquisa como ferramenta de produção de dados, sinalizam a multiplicidade de expressões das vivências, os desdobramentos, frustrações e limites apresentados pelo campo e pela pesquisadora no processo, promovidos pelo espaço do diário de campo nesse fazer pesquisante. Nesse caminho, alinho-me a esse entendimento, na medida em que também considero o diário de campo na pesquisa, como possibilidade de estranhar, mas também de se reconhecer nas experiências vividas antes, durante e após a “saída” do campo da pesquisa.

O momento do *diálogo com as militantes dos movimentos sociais feministas* visou conhecer a trajetória desses movimentos desde o momento do contexto pandêmico da COVID-19 até a conjuntura atual, bem como compreender a atuação militante e as reverberações no tocante à saúde mental de modo geral. Desde a política de saúde mental propriamente dita e a incidência política dos movimentos até o lugar da luta feminista articulada a luta antimanicomial no processo de ruptura com o projeto contrarreformista.

Inicialmente, para o momento do diálogo com as militantes, foram pensadas entrevistas narrativas²⁰, sendo essas realizadas presencialmente de acordo com a

²⁰ As entrevistas narrativas possibilitam através da maneira mais artesanal da comunicação, apresentar conteúdos sobre um acontecimento importante da vida do indivíduo e do contexto social em que está inserido, de modo que

disponibilidade das pessoas que compõem o quadro de militantes de cada movimento, com a gravação do áudio e transcrições a serem realizadas mediante autorizações.

Para que esse momento se materializasse, foi necessário o contato prévio com os movimentos feministas (Rede, Fórum e a RENFA), para formalizar o convite e assim dar continuidade aos processos e procedimentos éticos da pesquisa. O projeto da pesquisa teve de ser submetido ao Comitê de Ética (CEP) da UFPE, para após a aprovação, ser iniciado o campo. Essa etapa da pesquisa foi atravessada por questões burocráticas que desenharam juntamente com o campo outros caminhos a serem seguidos, onde mais a frente discorrerei sobre.

A discussão do material através das entrevistas realizadas, foi elaborada com base na Análise Temática (AT), entendida por Virginia Braun & Victoria Clarke (2006) como ferramenta analítica que permite a identificação e análise de padrões temáticos nos dados coconstruídos. Compreende-se através dos discursos os significados existentes e construídos por cada indivíduo, uma vez que a partir do relato das interlocutoras, temos acesso a forma como o discurso opera na transformação da realidade, por meio das experiências, significados e eventos que constroem a narrativa da pessoa. (Rosa; Mackedanz, 2021).

Nesse sentido, a Análise Temática pode ser trabalhada, dentro do campo qualitativo de métodos, com uma diversidade teórica e epistemológica, sendo um dos pontos evidenciados por Virginia Braun e Victoria Clarke (2006) em suas reflexões. Assim, partindo da compreensão da existente flexibilidade teórico-metodológica atrelada a AT, retomo aqui, os caminhos epistemológicos feministas decoloniais para a construção do saber e fazer em pesquisa, ancorado em perspectivas de saberes localizados e encarnados, produzidos através da posicionalidade, não neutralidade da produção acadêmica (Haraway, 1995; Lugones, 2014).

A análise temática tendo como pano de fundo os saberes feministas decoloniais e pensamentos contracoloniais, possibilita uma compreensão através das narrativas, de vivências e experiências que anunciam ferramentas contracoloniais elaboradas pelas interlocutoras, produzindo, desse modo, caminhos contrahegemônicos de pensar atuação e disputas no campo das políticas públicas, sobretudo de saúde mental.

Alinhado à análise temática e as possibilidades que o método oferece, trabalho com a categoria analítica de campo feminista, atravessada pela perspectiva decolonial, elaborado

suas experiências se expressem e sejam transmitidas através de sua narrativa, tendo um caráter colaborativo bem demarcado, uma vez que se constrói dentro da relação de troca estabelecida entre a pesquisadora e as/os participantes (MUYLAERT et al. 2014).

por Karla Galvão Adrião (2008) em seu trabalho de Doutorado, intitulado por “*Encontros do feminismo: uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia*”, para pensar as esferas em que apresentam as diversas formas de articulações e incidências feministas. Sobre essas articulações possíveis, versarei mais à frente.

5.1 Cuidados éticos em Pesquisa

Com relação aos aspectos éticos, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em pesquisa (CEP) com seres humanos da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, para avaliação e posterior aprovação para assim iniciarmos o trabalho de campo da pesquisa. A produção da pesquisa também foi orientada a partir das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas do Conselho Nacional de Saúde (Resolução nº 510/16), que visa enquanto princípios éticos a autonomia, garantia da confidencialidade e o compromisso em defesa dos direitos humanos e com a liberdade das pessoas envolvidas na pesquisa.

Durante este processo, foi necessário por recomendação do próprio CEP, em um dos retornos realizados na apreciação ética, a assinatura de cartas de anuência por cada movimento social que iria participar do trabalho, para além das assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e as documentações previstas para a submissão do projeto.

O convite para a participação da pesquisa e a solicitação da assinatura da carta de anuência se deu através das redes sociais (e-mails da RENFA, da Rede de Mulheres Negras de PE e do Fórum de Mulheres de PE), por indicações de companheiras de luta que compõem os movimentos sociais feministas da RMR e partilham e partilharam agendas políticas de atuação em PE comigo enquanto militante antimanicomial. Após a resposta de cada movimento, o aceite para participação aconteceu após um mês do convite realizado, tendo em vista que o processo de deliberação de ações dos movimentos a nível estadual, são construídas nacionalmente.

Desde o convite até o aceite e posterior assinatura da carta de anuência ²¹, aconteceram reuniões nacionais de cada movimento, onde foi apresentado os objetivos da pesquisa e a implicação científica e política da participação dos movimentos na construção deste trabalho, tendo após a deliberação coletiva, a escolha da pessoa representante do movimento que participaria. O contato para a sinalização se deu já com o indicativo das

²¹ A carta de anuência encontra-se ao final deste documento no eixo Anexos.

mulheres que os representariam no processo da pesquisa, sinalizando também os seus contatos.

Foi apresentado individualmente a cada participante os objetivos do estudo a ser desenvolvido, acompanhados da assinatura do TCLE por parte das participantes, sendo reforçada a garantia de desistência da participação a qualquer momento, bem como a confidencialidade de suas informações pessoais e dos dados que viriam a ser produzidos no processo da pesquisa. É importante ressaltar que, os dados que foram coconstruídos no andamento da pesquisa, sejam os escritos em diários de campo, as gravações das entrevistas e suas respectivas transcrições, terão seus armazenamentos sob a minha responsabilidade, em meu computador pessoal por um período mínimo de 5 anos.

Os cuidados éticos se expressam para além dos aspectos burocráticos que a pesquisa necessita para acontecer, se faz presente desde as escolhas teórico-metodológico-epistemológicas adotadas para o fazer em pesquisa aqui incorporados. Os cuidados ético-estético-políticos aqui desenvolvidos, são contornados por epistemologias feministas, que tensionam desde a década de 1970 o lugar científico neutro-universalizante, propondo o exercício de uma pesquisa ancorada na reflexividade e posicionalidade.

Pesquisar a partir da reflexividade (Neves; Nogueira, 2005) e da posicionalidade (Brito; Ornat, 2021), significa tomar como partida a compreensão crítica do meu lugar enquanto pesquisadora e os atravessamentos que perpassam a minha existência antes, durante e depois do processo de construção da pesquisa, de modo a entender as relações de poder-saber-ser estabelecidas no campo.

Nessa perspectiva, a produção toma caminhos que repensam a nossa existência na pesquisa, através de um esclarecimento dos “limites e fronteiras das nossas posições, afinal, existe um *continuum* entre nós e as pessoas que pesquisamos, assim como existe um *continuum* entre a nossa pesquisa e a realidade” (Brito; Ornat, 2021).

Ao passo que compreendo o lugar das interlocutoras também enquanto estudiosas e investigadoras da sua própria realidade e não como objetos de pesquisa (Freire, 1981), passo a me entender também nesse lugar, ora pesquisadora, ora interlocutora, construindo junto com elas, entendendo assim, a pesquisa enquanto locus de produção coletiva, afinal, tem como produzir saber sem produzir coletivamente?

Assim sendo, tomo como parcerias para este caminhar a conexão epistemológica que me faz refletir não só sobre o meu fazer em pesquisa, mas também para quem e a quem esse conhece irá servir. Com qual lógica o meu fazer em pesquisa corrobora. Quais são as

perspectivas embebidas pelo meu trabalho? Meu fazer mantém ou rompe com a hegemonia do saber? Provocações que me faço e que me são feitas em orientações, que indicam caminhos a uma reflexividade pessoal contínua e inacabada.

Nesse processo, encontro inspiração nas epistemologias feministas anticoloniais, que adotam uma abordagem contrahegemônica ao preferir o termo "interlocutora" em detrimento de "participante". Essa escolha não apenas destaca a presença, mas também enfatiza a ativa contribuição e o diálogo das pessoas envolvidas na pesquisa.

Ao construir a pesquisa ancorada nesta perspectiva, é promovida a compreensão das dinâmicas de poder subjacentes e dos processos de construção do conhecimento, como apontado por Gayatri Spivak (2010) quando questiona as dinâmicas de poder na pesquisa, sobretudo no tocante à relação que é estabelecida entre a pesquisadora e a 'pesquisada'.

A utilização do termo "interlocutora" sugere uma relação mais horizontal e participativa, reconhecendo a capacidade das pessoas envolvidas não apenas como observadoras passivas, mas como agentes ativos no processo de pesquisa. Isso implica em reconhecer a multiplicidade de vozes, experiências e perspectivas que cada interlocutora traz para a elaboração do estudo.

Essa abordagem ressoa de maneira profunda com a necessidade constante de reavaliar minha prática de pesquisa. Ao me inserir em um movimento de reflexão contínua e inacabada, reconheço a importância do questionamento constante às relações do saber-poder instituídos, bem como estar atenta à possibilidade do meu fazer "ser instrumento na manutenção de estruturas de poder e silenciamento do outro" (Oliveira; Caetano; Louredo, 2022).

Trilhando para uma nova trilha na pesquisa

A experiência de submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa explicitou as implicações do fazer pesquisa em Ciências Humanas numa perspectiva contra hegemônica, anunciando as barreiras institucionais construídas para outros modos de produzir conhecimento na academia.

As idas e vindas do projeto no processo de apreciação ético, demonstram o comprometimento em pesquisa, mas também revelam o necessário exercício à desobediência epistêmica, sobretudo no que se refere a produção do saber.

Nesse contexto, desobedecer está vinculado ao processo de não renunciar a escrita encarnada, situada e que traga com quem faço pesquisa para além de sobrenomes; está vinculada a elaboração de estratégias coletivas para a construir rotas de fugas à concepção de saber que se sustenta numa lógica excludente e de apagamento. Significa também não permanecer no âmbito da paralização que os moldes do projeto de pesquisa em saúde produz, entrando em contato com leituras que ampliam e sustentam os caminhos para a desobediência.

Esses andamentos (ou paralizações) na pesquisa, produziram efeitos que direcionaram os caminhos para outros lugares no campo, me conduzindo para 2 reflexões: 1) o tempo da vida cotidiana e o tempo do Comitê de Ética em Pesquisa; 2) limites da pesquisa (pesquisadora) na produção do conhecimento.

O tempo da vida cotidiana e o tempo do Comitê de Ética em Pesquisa

No processo de submissão do projeto ao comitê de ética, esbarro em processos institucionais, seja nos contatos com os movimentos, seja na academia, estipulando tempos e fazeres que divergiam, o que anunciou ritmos e formas diferentes de ações.

O período dos convites para a participação em pesquisa, se iniciou após a aprovação na qualificação do projeto, juntamente com o processo de correções a partir dos apontamentos da banca avaliadora. Durante o processo, como já explicitado anteriormente²², cada movimento tomou um tempo de discussão sobre a pesquisa e participação, assinatura das cartas de anuências pelas coordenadoras de cada movimento, escolhas das pessoas participantes que iriam representá-los e contatos prévios para alinhamento das próximas etapas.

Nesse mesmo período, as correções foram realizadas, foi submetido e iniciada a apreciação ética. Enquanto o projeto estava em processo de apreciação ético, especificamente após o 2º retorno do projeto, em contato com a interlocutora da RENFA, ao conversarmos sobre o projeto, foi entendido que ela não poderia participar por não estar no contexto delimitado inicialmente para a pesquisa. Nessa conversa, a interlocutora sinalizou que buscaria outras pessoas para fazer esse contato.

²² Processo de convites com os movimentos mais detalhado no item 5.1. Cuidados éticos em pesquisa.

Por ser um movimento que é composto por pessoas de diversos estados do Brasil, coincidiu das pessoas que estavam disponíveis não serem pernambucanas, nem estarem durante o contexto pandêmico em Pernambuco, assim, não podendo relatar a experiência local até o momento atual. O tempo tomado pelo processo de autorização do Comitê de Ética implicou em mudanças, a exemplo, a participação da RENFA, tendo em vista que as disponibilidades das pessoas que se enquadravam, era para o dado momento do convite.

Desafios no fazer pesquisa

Os tropeços ao caminhar no trajeto da pesquisa, interpretados no processo enquanto desafios, anunciam a vivacidade do campo e o poder de mudança das expectativas construídas ao longo do projeto da pesquisa em questão. Na disciplina “Teorias Feministas e de Gênero” ministrada por Vivian Matias, questionamos a necessidade da elaboração projetos fechados, metodologias “amarradinhas” e a quem essas estratégias beneficiam.

Esses questionamentos, mobilizaram em mim, uma outra forma de compreender as mudanças que ocorreram e ocorrem ao longo de uma pesquisa. Passo a entender essas alterações como instrumento metodológico, ao passo que a mudança anuncia a inventividade de novos sentidos a serem produzidos, para além do fazer/saber instituído.

Lidar com a comunicação interpelada por duplas e até triplas jornadas enfrentadas pelas interlocutoras; com o tempo acadêmico que evoca processos burocráticos e prazos delimitados para iniciar, realizar e finalizar uma pesquisa realizada em um mestrado; e, com meu próprio tempo e os limites da forma acadêmica de fazer pesquisa, são processos que exigem inventividade, sobretudo, a construção de caminhos ancorados na contracolonialidade.

Recalculando a rota da pesquisa

Em meio aos processos de articulação com as interlocutoras de cada movimento, marco um encontro presencial através do whatsapp, na Escola Livre de Redução de Danos, aonde fui para dialogar com a interlocutora da RENFA. Nessa conversa, apresentei os objetivos da pesquisa e conversamos um pouco sobre como seriam as nossas articulações posteriores ao processo da pesquisa propriamente dita.

Ao falar retomar os objetivos, a interlocutora deu conta de que não estava aqui durante o contexto pandêmico, não tendo como fazer a memória deste período até o momento atual.

Apesar de ter se comprometido para encontrar outra pessoa que tivesse disponível, não tiveram outras pessoas disponíveis, por questões de demandas de tarefas militantes que já estavam designadas. O que promoveu alterações nos objetivos traçados inicialmente.

Em orientação, relatei os acontecimentos recentes sobre o campo da pesquisa, sinalizando a impossibilidade de participação de alguma pessoa representante da RENFA/PE. Em diálogo com a minha orientadora, resolvemos então, ao invés de trabalhar com os três movimentos, fazer a retirada da RENFA devido a situação que se apresentava e dar continuidade ao processo com os outros dois movimentos.

Apesar de entender a participação da RENFA para esta pesquisa enquanto fundamental, por ser o movimento feminista que possui o antiproibicionismo como eixo central, que necessariamente é vinculado à luta antimanicomial em minha compreensão, o estudo com o FMPE e a RMNPE, aponta caminhos de abertura para pensar atuações articuladas entre movimentos que não possuem enquanto eixo central de prática cotidiana, o campo da saúde mental, álcool e outras drogas, evidenciando a necessidade de expansão e articulação das pautas feministas às antimanicomiais e antiproibicionistas.

Após a autorização do Comitê de Ética²³, com as devidas alterações no projeto no tocante a modificação dos objetivos estabelecidos, retomo o diálogo com as duas militantes da FMPE e da RMNPE para organizarmos as entrevistas narrativas²⁴.

5.2 O campo da pesquisa

Nas andanças, sejam elas, remotas durante o contexto da pandemia em 2021, onde os eventos, atos e convocatórias para plenárias e reuniões de articulações tanto nacionais como estaduais aconteciam online; ou presenciais, após as liberações para transitar sem riscos de contaminação pré-mestrado e durante o mestrado, nas atividades que participei enquanto militante antimanicomial e pesquisadora-feminista, me fiz presente acompanhada de questionamentos, estranhamentos e reflexões, que me possibilitaram repensar o lugar que era ocupado ali.

²³ Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e Carta de Anuência no eixo de anexos.

²⁴ Questões orientadoras para as entrevistas no apêndice do trabalho.

Militante antimanicomial, feminista, pesquisadora, estudante e meses depois profissional da saúde. Inúmeras categorias e o esforço (des)necessário de escolher quais dessas viriam primeiro. Tem que vir só? Tem que vir primeiro? Existe a possibilidade?

Tudo que nos surpreende, que nos intriga, tudo que estranhemos nos leva a refletir e a imediatamente nos conectar com outras situações semelhantes que conhecemos ou vivemos (ou mesmo opostas), e a nos alertar para o fato de que muitas vezes a vida repete a teoria (Mariza Peirano, 2014, p. 378).

Nesse constante exercício de me pensar e repensar nos espaços pelos quais estava andando, me vi questionando, perguntando, etnografando e... fazendo pesquisa. Logo, lembrei-me do exercício que a antropóloga brasileira Mariza Peirano relata em seu artigo intitulado por “*Etnografia não é método*”, ao chegar na conclusão de que a pesquisa de campo não possui um tempo certo para iniciar e finalizar. Essa reflexão promovida por ela, me acompanha e me conduz para outros lugares, como por exemplo, o que vem a ser a noção de campo de pesquisa.

Proponho então, inicialmente, uma reflexão acerca do que vem ser o campo, de modo a pensar para além do produzido atravessado pelo trâmite formal. Maurício Garcia, Rosilda Pezzato e Luciane Kinker (2019), relatam que a pesquisa se inicia bem antes de sua formalização, e concordo com esse posicionamento, tendo em vista que ao estarmos na academia, no movimento social e no território vivo²⁵, estamos construindo conhecimento para além dos dados previstos a serem produzidos através das ferramentas metodológicas formais.

Então, o que vem a ser o campo de uma pesquisa? Seria o campo apenas o que está circunscrito ao processo de elaboração formal de dados de pesquisa? (Elaboração formal no sentido formalizado pelo Comitê de ética). Essa reflexão me acompanhou no processo de submissão do projeto ao Comitê, mas se fez anterior a ele, estando presente agora.

A forma de pensar, sentir e viver o tempo, tomada pela estrutura colonial do viver, nos faz acreditar que existem separações e conseqüentemente linearidade. Tomar o tempo como um emaranhado de presentes, passados e futuros, nos possibilita entender que os momentos não se anulam, não se apagam e muito menos se substituem, mas sim se complementam e constroem-se entre si.

Orientando-se por esses caminhos, o passado, assim como o futuro e o presente são unidades em aberto, assim como diria Michael Shapiro (2016), não são unidades fechadas,

²⁵ Chamo por território vivo, os espaços físicos, materiais e imateriais da cidade.

ou seja, “o vai ter sido”, uma vez que eventos do passado ressurgem e marcam tanto o presente quanto o futuro.

Pensar nossa relação com o tempo, implica em compreender o quão atravessada pela estrutura do pensar e sentir colonial nós estamos a ponto de encerrar algo que está conosco todos os dias. Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel (2018) apontam que o “tempo/espço da descolonização não é considerado pela modernidade europeia; ao contrário, promove uma ruptura com ela”, me levando a pensar o tempo como disputa política, onde se torna possível pensarmos em caminhos que tomemos o nosso tempo para longe da construção colonial linear e limitante, galgando uma andança ancorada na autonomia e emancipação.

Nesse sentido, a relação que estabeleço com o campo da pesquisa, aponta para caminhos galgados na lógica decolonial da produção do conhecimento, tomando esta enquanto uma produção coletiva, que não se inicia nas entrevistas realizadas, nem se encerra com a análise produzida. Está nas leituras, nos espaços de participação popular, nas rodas de conversas, nos encontros regionais de articulações feministas, nos cursos, que promoveram questionamentos e que se fizeram presente durante o processo da pesquisa.

Encontro com o campo

O cenário pandêmico da COVID-19 e as reverberações da atuação do governo de Bolsonaro-Mourão no tocante à política pública de saúde mental a nível nacional, desencadeou articulações político-sociais dos movimentos sociais em prol da defesa do que já havia sido garantido – em tese – pela luta social.

Essas articulações foram forjadas num processo de incertezas e inseguranças instauradas pelo contexto da pandemia da COVID-19, tendo como única certeza do momento a necessidade de juntar-se coletivamente de modo remoto, numa tentativa de organizar o ódio coletivo produzido diante o projeto de esfacelamentos das políticas públicas de saúde, sobretudo de saúde mental.

A participação nos espaços construídos tanto a nível nacional pela Frente Ampliada em Defesa da Saúde Mental, da Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial, quanto a nível estadual, em atuação na Frente Pernambucana em Defesa da Saúde Mental, possibilitou observar durante a experiência vivida as articulações e participações político-sociais desenvolvidas por movimentos sociais diversos em defesa do projeto de saúde mental

vinculado à perspectiva da Reforma Psiquiátrica Brasileira e atravessado pelos preceitos do SUS.

A Frente Pernambucana em Defesa da Saúde Mental surge como um espaço de articulação entre coletivos feministas e antiproibicionistas, trabalhadores da saúde e pessoas usuárias dos serviços da RAPS, com o objetivo de fortalecer a luta antimanicomial no estado diante dos ataques promovidos pelo governo vigente à época. Sua atuação se deu tanto na incidência política direta quanto na organização de ações, debates e campanhas, além da construção de estratégias de resistência frente aos desmontes das políticas públicas de saúde mental.

A experiência nas Frentes é marcada pela necessidade de aglutinação de forças de diversos atores sociais, promovendo espaços de discussão on-line, construções de notas de repúdio e projetos de atuação política digital, de modo a denunciar os caminhos trilhados no retrocesso percorrido pelo governo de Bolsonaro (mas que não se inicia nele).

Desde sua criação em 2020 até o início do Mestrado, as Frentes anunciavam tanto suas potencialidades quanto suas limitações nas disputas políticas e mobilizações sociais. Ao reunir uma diversidade de pessoas e movimentos articulados em torno de uma luta comum, ampliavam sua incidência, mas também enfrentavam desafios na articulação, especialmente ao lidar com demandas cujos tempos não coincidiam com os ritmos dos coletivos e instituições envolvidas.

Desde 2020 até o início do Mestrado, em 2022, minha participação nos espaços construídos pela Frente Pernambucana em Defesa da Saúde Mental trouxe à tona um questionamento latente. Minha reflexão se volta especialmente para as interconexões entre os movimentos feministas e a temática da saúde mental, com foco na incidência dessas articulações nas políticas públicas do estado. Desde o início da construção da Frente, os movimentos feministas estiveram presentes, sendo os únicos cuja pauta principal não era a saúde mental, o que desperta a necessidade de compreender suas contribuições e atravessamentos nesse campo.

Isso ganha relevância na medida em que a edificação da Frente destaca a importância do fortalecimento das pautas concebidas de forma coletiva e defendidas por diversas frentes de atuação. Esse processo de questionamento e reflexão molda o ponto de partida do meu percurso no Mestrado, delineando a base para as indagações que orientaram a pesquisa no campo da saúde mental e sua relação com os movimentos feministas.

As falas, as participações ativas dos movimentos em audiências públicas e a elaboração de notas de repúdio, especialmente protagonizadas pelos movimentos feministas nos âmbitos das Frentes – com destaque para a Frente Pernambucana em Defesa da Saúde Mental, na qual participei mais ativamente – revelaram a complexa teia de articulações entre os movimentos feministas e a luta antimanicomial no cenário daquele momento. Este envolvimento constante motivou-me a lançar questionamentos mais profundos, observando atentamente como se desdobravam as interações entre os feminismos e os espaços de defesa da saúde mental. Questionei-me sobre a maneira como os discursos e as ações políticas eram forjados, buscando compreender como esses movimentos se integravam nesse espaço específico e de que forma percebiam suas contribuições fundamentais para o campo em questão.

5.2.1 A região Metropolitana do Recife: caracterizando o território

Durante o processo de elaboração do projeto para a qualificação, fui-me questionada por minha orientadora sobre quais os territórios que iria atuar. Inicialmente, os desejos envolviam trabalhar com uma descentralização, uma vez que é percebida uma centralidade das produções acadêmicas na capital pernambucana.

Porém, o tempo dos nossos desejos não correspondem com o tempo de 2 anos e meio de um mestrado acadêmico, que demanda tantas outras coisas para além da elaboração prática da pesquisa e a sua escrita. Nesse percurso de tomadas de decisões, em orientação, surgiu a questão: “O que tem pulsado no momento? O que você está disposta a abrir mão? O que é inegociável para você nesta pesquisa?”. E com essas questões, percebi que a delimitação geográfica da pesquisa já estava delimitada pelas escolhas dos movimentos a participar da pesquisa.

Assim, a escolha de trabalhar com a Região Metropolitana do Recife, vem de uma necessidade de descentralizar a produção com foco em Recife, mas também de anunciar os lugares de atuação dos movimentos feministas participantes. Abaixo, trago uma figura ilustrativa do Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (FNEM), para situar geograficamente por onde estamos.

A região metropolitana do Recife (RMR), situada no litoral do nordeste brasileiro, assim como apresentada na figura abaixo, é composta por 15 municípios, sendo eles: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Goiana, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife

e São Lourenço da Mata.

Figura 1. Mapa da Região Metropolitana do Recife – Pernambuco.



Fonte: Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas (FNEM)²⁶

A Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e o Fórum de Mulheres de Pernambuco possuem incidência tanto na Região Metropolitana do Recife, bem como em outros municípios de Pernambuco.

5.2.2 Como os movimentos se apresentam nas redes

Ainda no processo de qualificação, busquei na internet sobre os movimentos que fariam parte da pesquisa, no intuito de conhecer mais sobre eles, mas também de apresentá-los para quem iria ler o meu trabalho tanto para a qualificação da pesquisa, como também no andamento de submissão do projeto ao comitê. Sendo assim, resolvi construir uma apresentação com a composição do que me foi encontrado no processo de elaboração do projeto de qualificação e do que me foi contado nos encontros com as interlocutoras. A história contada por elas, vocês encontrarão no capítulo analítico mais à frente.

As informações aqui encontradas sobre o Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE), foram organizadas a partir de uma busca no Google, onde aparecem vários sites relatando ações desenvolvidas pelo movimento. Construí esta apresentação do FMPE, baseada na

²⁶ Saber mais em: <https://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-de-recife-pe/>

descrição do próprio blog do movimento²⁷, bem como através de informações que compõem o Dossiê “FÓRUM DE MULHERES DE PERNAMBUCO PARA A COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES”, elaborado em 16 de abril de 2012.

O Fórum de Mulheres de Pernambuco, foi criado em 1988, trabalhando de modo articulado em média de 70 representações em todo o Estado de Pernambuco. A sua atuação gira em torno da necessidade partilhada por mulheres de se organizarem em prol da visibilização das necessidades dessas mulheres, bem como dos seus direitos, de modo a garanti-los através da luta coletiva. O FMPE se coloca enquanto uma articulação feminista, antirracista, atuando a nível estadual, em uma organização de diversos eixos, sendo eles: secretaria de mulheres de sindicatos, partidos políticos e feministas que não possuem vínculos institucionais, ONGs, associações e grupos de mulheres, mulheres de núcleos universitários e afins (FÓRUM, de Mulheres de Pernambuco, 2012).

Também tendo realizado as buscas no Google, o processo de organização das informações sobre a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco se deu através do contato com o Facebook²⁸ do movimento, bem como o seu perfil no Prosas²⁹.

A Rede de Mulheres Negras de Pernambuco (RMNPE) nasce através de umas Marchas que aconteceram no Brasil no ano de 2015, sendo a primeira a Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, em novembro de 2015, em Brasília e a segunda, sendo uma Marcha em Recife, um mês depois. Com essas movimentações, foi deliberada a continuidade nos encontros, para a realizações das ações que haviam sido iniciadas nesses dois momentos anteriores.

Ainda de acordo com o descrito nos perfis, a RMNPE se descreve enquanto uma articulação política constituída por mulheres negras plurais, fazendo parte de diversos setores da sociedade e diversidades etárias, não possuindo filiações partidárias e fins lucrativos em suas ações.

²⁷ <https://forumdemulherespe.blogspot.com/>

²⁸ Página do facebook da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco: https://web.facebook.com/RMNPE/?locale=pt_BR&rdc=1&rdr

²⁹ Plataforma de seleção e monitoramento de iniciativas de projetos sociais que tem como principal objetivo organizar as conexões entre entidades e apoiadores para o financiamento das ações propostas. Acesso em: https://prosas.com.br/empreendedores/9777-rede-de-mulheres-negras-de-pernambuco#/#tab_vermais_descricao

Possui atuação em 4 regiões do Estado, sendo elas o Sertão, Zona da Mata, Agreste e Região Metropolitana do Recife, com o objetivo principal do combate ao racismo e ao sexismo promovendo ações que contribuam para a valorização da presença de mulheres negras em todos os eixos da sociedade, tendo como fio orientador o bem viver.

5.2.3 Conversas iniciais com as militantes da RMNPE e do FMPE

Ao participar do Encontro Feminista da RMR, tive o privilégio de me conectar com diversas companheiras do Fórum de Mulheres e da Rede de Mulheres Negras, que desempenhavam papéis significativos na construção do espaço promovido. Realizado em Paulista, cidade do litoral norte de Pernambuco, o evento congregou aproximadamente 30 coletivos feministas e de mulheres do Estado.

O Encontro Feminista da Região Metropolitana do Recife teve como propósito promover a partilha entre os coletivos sobre as questões que atravessavam suas atuações e vivências em cada território, evidenciando tanto aproximações quanto distanciamentos. Mais do que isso, o encontro fomentou reflexões sobre a necessidade de descentralizar o debate, ampliando-o para além da cidade do Recife e construindo estratégias de atuação mais abrangentes.

Esse processo de descentralização, adotado na realização do evento, se destacou como um dos aspectos centrais da experiência. Ao ampliar a representatividade, buscou incluir e fortalecer as realidades de mulheres que não estavam no epicentro da capital, fomentando reflexões sobre a necessidade de construir caminhos de cuidado no território e integrar essas práticas à luta feminista.

O Encontro Feminista antecedeu os contatos formais com as interlocutoras de cada movimento, mas possibilitou trocarmos acerca da participação de cada movimento na pesquisa, bem como a importância da temática para o cotidiano dos movimentos e das políticas públicas. Ao final do dia, muitas questões fervilhavam a cabeça e me direcionaram aos contatos com cada movimento, a partir das conversas com algumas militantes.

Como já dito anteriormente, os contatos formais foram realizados para a apresentação dos objetivos da pesquisa e a assinatura da carta de anuência. Após esse momento, pude conversar com as duas militantes de cada movimento para nos organizar em termos de disponibilidades para a realização das entrevistas e afins.

A primeira conversa foi estabelecida com a coordenadora da Rede de Mulheres Negras de PE. Ainda não nos conhecíamos, então o processo inicial se deu de maneira mais formal, confesso que por rede social (whatsapp) sempre é mais complicado estabelecer contatos iniciais para mim. A partir da minha apresentação, o diálogo foi fluído, onde começamos a conversar sobre a minha proposta e as impressões iniciais que ela tinha. Nessa conversa, pensamos um pouco sobre as articulações necessárias entre os movimentos, de modo a repensar nossas atuações, mas de como o nosso tempo era tomado.

A discussão sobre o tempo chega, nesta conversa, quando conversamos sobre nossas disponibilidades e os únicos horários disponíveis para a realização das entrevistas seriam nos seus intervalos, na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), onde trabalha.

A segunda conversa, com a coordenadora do Fórum de Mulheres de Pernambuco caminhou de modo parecido com o galgado com a coordenadora da RMNPE. Já nos conhecíamos e, por isso, o diálogo fluiu de modo menos formal. Pensamos sobre os objetivos da pesquisa durante o diálogo e organizamos a primeira entrevista, o que demorou um pouco para acontecer, por questões de disponibilidade e tempo que também atravessava a rotina dela.

5.2.4 E se juntin luta, no que dá?

Os encontros na AColetiva/LabESHU aconteciam nos dias de sextas-feiras pela manhã. Nas sextas, éramos convidadas/es para sentir-pensar sobre as nossas pesquisas, sobre o que nos atravessava na escrita em meio a troca de experiência entre parceiras/es. Envolvida com os questionamentos que os encontros com perspectivas outras do fazer pesquisa, a arte foi um caminho que me foi apresentado, enquanto possibilidade e potencialidade criativa desde a graduação e que se perpetuou ao longo do desenvolvido da pesquisa.

Durante um longo período de angústia por bloqueios criativos e frustrações relacionadas à escrita, minha orientadora me lembrou da importância da arte e de recursos outros, que fossem para além da escrita acadêmica. Ela sugeriu que fosse experimentada outras formas de expressões que, por mais distantes do formato exigido pela academia, poderiam me alimentar criativamente e, dessa forma, me ajudar a sair do ciclo de paralisação.

Ao pensar nas entrevistas a serem realizadas (elaboração das questões orientadoras, como seriam divididos os encontros e os porquês de ser divididos em dois momentos), decidi produzir um material que materializasse os motivos pelos quais escolhi trabalhar com estas

questões, bem como presentear as interlocutoras com um pouco do que os nossos encontros produziram. Como sugerido, fiz alguns exercícios de escritas criativas antes de escrever a dissertação, bem como colagens, de modo a me conectar com o que estava querendo produzir e imprimir no meu texto. Esse processo de recalculando a rota do meu fluxo criativo me direcionou para outras maneiras de que conectar com o campo e com as interlocutoras da pesquisa.

A ideia de produzir um cordel que materializasse as conversas com as interlocutoras surgiu entre escritas, colagens, trocas com parceiras e orientações. Percebi que as histórias a partir das conversas com as minhas interlocutoras, poderiam ser repassadas através da oralidade e da poesia popular. O cordel, pareceu para mim, a forma de expressar através da oralidade e da poesia popular narrativas que emergiam dessas trocas, de modo a transpor para esta forma literária a experiência do encontro com Emanuele e com Barbara, as reflexões que me surgiram ao longo desses encontros e não só com elas, mas também nos espaços que ocupei ao longo do percurso trilhado para a escrita desta dissertação.

Essa escolha também surge de uma vontade de demarcar que território é esse que ocupamos, falando a partir de uma forma literária nordestina, me conectando não só com as minhas interlocutoras, mas também com a tradição cultural. O cordel foi produzido após a primeira conversa que tive com as interlocutoras, sendo o instrumento que me permitiu uma escrita mais encarnada e reflexiva, bem como pensar a construção com elas, que mesmo com tão pouco tempo, conseguiram trocar comigo através de tanto cuidado e afeto.

Assim, confeccionei um cordel numa tentativa de anunciar um pouco do que foi trazido no nosso encontro, para ser entregue a Emanuele e Barbara como forma de presente e convite para continuarmos a estreitar cada vez mais essas discussões e fortalecer nossas lutas em comum. O cordel intitulado por: “*E se juntin lutá, no que dá?*”, fala sobre os resultados da articulação de dois movimentos na promoção de espaços de luta e cuidado em saúde mental no território, de modo a ser um resumo do que o próprio campo trouxe para ampliar o debate.

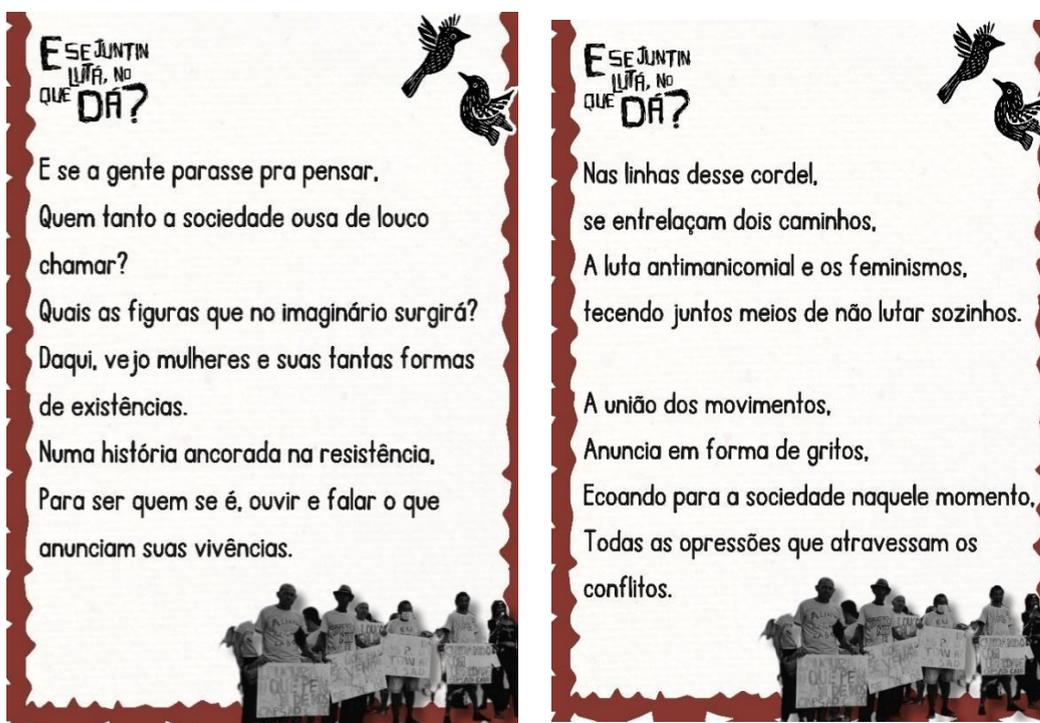
Deixo aqui o registro do cordel que foi elaborado para ser entregue às interlocutoras.

Figura 2 — Capa do cordel "E se juntin lutá, no que dá?" entregue



Fonte: registro próprio da autora (2023)

Figura 3 — Cordel produzido no campo da pesquisa



E SE JUNTIN
LUTA, NO
QUE DÁ?



Não botamos fé nas internações
compulsórias, nem na violência em instituição
manicomial.

Botamos fé no acolhimento e na reinserção
social,

Valorizando a singularidade e a pluralidade
de ser humano,

Ser feministas antiproibicionistas e
antimanicomial, é acreditar no cuidado em
liberdade de modo cotidiano.



E SE JUNTIN
LUTA, NO
QUE DÁ?



Lutar por direitos em saúde mental,
é estar nas trincheiras do confronto
discursivo do saber,

É produzir novas formas de fazer, longe da
lógica manicomial,

Que tanto se sustenta na colonialidade do
ser.



E SE JUNTIN
LUTA, NO
QUE DÁ?



O cuidado em saúde mental, se constrói nas
ruas.

Que a luta por cuidado e liberdade,

Continue se construindo nas cidades,

Como na carta de Bauru já previam essa
necessidade,

Juntas gritamos que a loucura é a
diversidade!



E SE JUNTIN
LUTA, NO
QUE DÁ?



E se ainda tem dúvidas, onde esses dois
movimentos se encontram?

As trabalhadoras, usuárias e militantes
antimanicomiais te contam.

No encontro dos feminismos e a luta
antimanicomial,

se instaura a possibilidade de lutar por uma
sociedade plural.



5.2.5 Sobre as interlocutoras

O quadro abaixo foi elaborado para oferecer uma visão detalhada das características das interlocutoras, Emanuele e Bárbara³⁰. As informações abrangem aspectos como idade, raça, gênero, escolaridade e profissão de formação, fornecendo um retrato de cada uma individualmente. No capítulo analítico, discorro através da narrativa de cada uma delas, sobre suas histórias, de modo a costurar suas histórias, seus papéis nos movimentos sociais e o comprometimento com as questões de gênero e justiça social.

Quadro 4 - Informações gerais sobre as interlocutoras

Nome	Emanuele	Bárbara
Idade	31 anos	27 anos
Raça	Negra	Branca
Gênero	Mulher cis	Mulher cis
Escolaridade	Pós-graduação	Superior Completo
Profissão de Formação	Cientista Social	Psicóloga
Ocupação	Assessoria Especial - ALEPE	Psicóloga no Programa Atitude
Movimento Social Feminista	Rede de Mulheres Negras de Pernambuco	Fórum de Mulheres de Pernambuco
Função	Coordenação na Região Metropolitana do Recife	Coordenação na Região Metropolitana do Recife

Fonte: elaboração própria (2023)

³⁰ Em conversa com as interlocutoras, foi decidido manter os nomes das participantes, por compreender a importância dos registros dos nomes de mulheres em documentos, sobretudo em estudos. Essa escolha foi permitida também por percebermos que o trabalho aqui desenvolvido tem uma perspectiva de materializar memórias de atuação e disputa política que por vezes sofrem pelo apagamento colonial. Mais à frente, haverá um tópico para descrever essas escolhas e relatar suas histórias.

5.2.6 Campo feminista como caminho analítico decolonial

Karla Galvão Adrião, em seu livro intitulado por “Encontro com feminismos: políticas, teorias e ativismos” propõe através do seu trabalho de campo, a categoria analítica para pensar as esferas que desencadeiam incidências feministas. Nesse processo, a autora elenca 3 dimensões analíticas, sendo elas: 1) a do movimento social; 2) a acadêmica e; 3) a do governo, entendendo que elas não se dissociam e se retroalimentam na sua construção, anunciando “as tensões internas ao movimento; os diálogos do movimento com o governo, alcançando políticas públicas para as mulheres, como também um espaço concreto de ocupação das feministas na gestão pública; e o crescimento e posterior consolidação de um espaço feminista na academia brasileira” (Adrião, 2022, p. 35).

A noção de campo feminista aqui trabalhada, partindo desta compreensão espiralar das dimensões do campo, abre para as possibilidades de encontros e desencontros com as tensões e especificidades que cada esfera pode vir a anunciar.

Nas tentativas de analisar como se dá as atuações dos movimentos feministas da RMR e, conseqüentemente, como se articulam as esferas do campo feminista, segui os passos trilhados pela autora, ao focalizar em espaços de debates, construções de ideias e atuações feministas (Ibid., 2022), uma vez que compreendo que os fazeres se anunciam de diversas formas, seja nos espaços de disputas políticas, seja em espaços formativos ou durante as narrativas das militantes nas entrevistas.

Durante o processo de análise, proponho uma estratégia de pensar o campo feminista a partir da perspectiva decolonial, sendo as narrativas e os espaços dos quais participei, a saber: espaço formativos como o “Fontes e Veredas – Violência Contra a Mulher: estamos enfrentando?” e o Encontro Feminista da RMR, que aconteceu em Paulista, enquanto ferramentas decoloniais. Nesse processo, busco durante os espaços e as trocas com as interlocutoras, pensar nas estratégias decoloniais elaboradas por elas, no movimento em movimento frente às estratégias coloniais que sustentam o sistema em que estamos inseridas.

No decurso do campo da pesquisa, a cada entrevista realizada com as interlocutoras, foram feitas as transcrições das entrevistas, de modo a entrar em contato com o dito por cada uma delas. Após as transcrições literais, fiz o exercício agrupar as entrevistas por movimento social, tendo como referência as questões orientadoras para as entrevistas.

No nosso primeiro encontro, dedicamos o tempo, a pensar desde a trajetória individual de cada interlocutora e a sua chegada ao movimento social, até a sua experiência

no movimento, desde a sua entrada até o contexto da pandemia da COVID-19, pensando frentes de atuações, formas organizativas, objetivos dos movimentos e as relações do movimento com as temáticas da saúde mental.

Já o nosso segundo encontro, reservamos o espaço para dialogar especificamente sobre as compreensões dos movimentos acerca da saúde mental, pensando estratégias desenvolvidas ao longo desse tempo, bem como qual seria o lugar da luta feminista no debate das políticas públicas da saúde mental.

Após a finalização de todas as entrevistas, voltei para o áudio e transcrições de todas elas (impressas), escutando e fazendo destaques através das questões orientadoras e anotações próprias. Ao longo do processo, retomei algumas leituras, como por exemplo, os trabalhos desenvolvidos por Rachel Passos e Melissa Pereira (2017), mais precisamente o livro “*Luta antimanicomial e feminismos: Discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira*”, para que pudesse retomar as discussões acerca da necessidade dessa articulação entre os feminismos e a luta antimanicomial.

No decorrer das leituras de algumas produções e das entrevistas, foi-se construindo o caminho para as reflexões analíticas que se costuraram ao longo desse processo. O que desencadeou nos próximos dois capítulos dos quais iremos nos debruçar logo menos.

Apesar dos contratempos para o acontecimento das entrevistas presenciais, que foram sinalizados anteriormente, as entrevistas foram realizadas. Vale registrar que o último encontro com Bárbara, não foi possível de ser realizado, tendo em vista que seu tempo estava tomado por demandas das jornadas de trabalho, o que reduziu de modo exacerbado a sua disponibilidade de tempo. Assim, mantivemos algumas conversas que auxiliaram no processo analítico.

Proponho então, nos capítulos seguintes reflexões a partir das narrativas das mulheres interlocutoras da RMNPE e do FMPE, em articulação com as contribuições teórico-epistemológicas que fizeram os caminhos trilhados anteriormente e as vivências nos espaços formativos que pude participar e presenciar as atuações dos dois movimentos feministas durante o campo da pesquisa.

6 INSURGÊNCIAS FEMINISTAS: NARRATIVAS, ROTAS DE CUIDADO E INCIDÊNCIAS NA POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE MENTAL

Abrindo os caminhos para as discussões analíticas promovidas através dos encontros com Emanuele e Bárbara, compreendo as narrativas de cada uma delas, enquanto produções de saberes localizados possibilitando a demarcação da experiência histórica, político-social, ancoradas em formas outras de produzir e pensar sobre a própria realidade social (Haraway, 1995).

Assim, antes de adentrarmos nas reflexões produzidas, se faz necessário a compreensão do contexto das trajetórias – que se articulam – das interlocutoras, dos encontros com os respectivos movimentos em que fazem parte e a história dos movimentos, tomando como referência as narrativas delas próprias.

A análise das narrativas das interlocutoras emerge como uma abordagem indispensável para compreender suas trajetórias individuais no engajamento com os movimentos feministas. Essas narrativas delineiam as escolhas, ações, encontros e desencontros que permeiam suas experiências. Nesse contexto, analiso não apenas a maneira como elas ingressam nos movimentos sociais, especialmente no campo dos movimentos feministas, mas também como narram as histórias desses movimentos, conferindo-lhes significados tanto pessoais quanto coletivos.

Nos tópicos a seguir, busco mergulhar nas narrativas individuais das interlocutoras, de modo a compreender quais os caminhos trilhados por elas na trajetória enquanto militantes dos movimentos feministas e de mulheres de Pernambuco. Partindo da noção de narrativas enquanto atos de significação e resistência, organizo-as em dois aspectos:

1) Apresentação das interlocutoras e como suas histórias caminham para o encontro com os movimentos feministas;

2) Sobre os movimentos: histórias contadas pelas interlocutoras.

A escolha por organizar deste modo veio a partir dos primeiros encontros com as interlocutoras. Ao iniciarmos as conversas, foi sendo produzido um entrelaçamento narrativo entre suas histórias individuais e a história dos movimentos, anunciando as conexões entre as experiências coletivas e individuais que perpassam a construção sócio-histórica do campo dos movimentos feministas. Dessa forma, opto por manter o trajeto escolhido por ambas as interlocutoras nos nossos encontros, de modo a respeitar a singularidade que se expressa no modo de narrar uma história/memória.

6.1 Emanuele (Rede de Mulheres Negras de Pernambuco)

“Eu achava que inicialmente que era algo meu, era algo que eu estava vivenciando (...) na verdade, não era eu, era algo vivenciado por um conjunto da população negra, por mulheres negras de forma geral...” (Emanuele, 2023)

Abrindo os caminhos com Emanuele

Emanuele foi a primeira pessoa com quem entrei em contato após a aceitação dos movimentos em participar da pesquisa. Iniciamos nossa comunicação através das redes sociais, utilizando o WhatsApp para alinhar objetivos, disponibilidades e a logística dos encontros. Diante das demandas de trabalho elevadas, buscamos opções viáveis no momento. Optamos por conduzir as entrevistas na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), uma escolha que, inicialmente, me deixou um pouco apreensiva, admito.

No dia do nosso primeiro encontro, era perto das 12h10 da tarde, aguardei Emanuele em frente ao prédio da ALEPE, localizado no centro de Recife, com uma mistura de sensações³¹, pois seria o nosso primeiro contato presencial. Ao vê-la, o nervosismo dissipou-se, sua fala calma e sorridente, promoveu um espaço de acolhimento imediato, o que já permitiu começarmos a conversar sobre a estrutura da Assembleia, enquanto procurávamos uma sala adequada para nossa conversa, livre de interferências.

Exploramos vários setores da ALEPE durante a busca por um local tranquilo, que permanecesse liberado mesmo após o horário do almoço. Em meio a tantas voltas, encontramos finalmente um espaço vago, onde conseguimos nos organizar para dar continuidade a nossa conversa. Durante esses momentos iniciais, Emanuele me perguntava sobre a pesquisa, demonstrando uma preocupação em relação a quais respostas gostaria de ouvir durante a nossa troca. Essa preocupação por responder as questões que minha pesquisa buscava, anunciou para mim o comprometimento de Emanuele para contribuir com a pesquisa.

³¹ Em uma passagem do diário de campo, relatei as sensações que atravessam o meu corpo ao chegar no espaço. “Na espera, só conseguia pensar nesse friozinho na barriga, que vinha por diversos motivos... primeira entrevista, espaço diferente, primeiro contato presencial. Será que estou tomando o tempo de descanso dela? Fui sendo inundada pela questão do tempo e de como deveria tê-lo enquanto aliado e não inimigo no momento. O frio na barriga, as mãos um pouco suadas e a vontade que tudo fluísse. A chegada de Emanuele em frente a ALEPE, foi como um aviso para relaxar e foi isso que aconteceu. O frio na barriga foi se tornando algo mais confortável de sentir, o suor nas mãos foi passando e a tranquilidade foi pairando”.

Nesse momento, compartilho com ela que não espero respostas específicas para minhas questões, mas busco ouvir um pouco da sua história. Quero compreender mais sobre ela, a Rede e como ambas se entrelaçam no contexto do campo da saúde mental.

Sentamo-nos numa mesa em frente a uma sala, que estava em uso, mas que nos foi sinalizado que poderíamos utilizar. Com o horário do almoço de Emanuele demarcando o início e o fim do nosso encontro, começamos nossa conversa do lado de fora da sala, o que não demorou para ocorrer situações que interrompessem. Decidimos, então, aguardar para entrar na sala e obter um ambiente mais propício. Após uns minutos passados, a pessoa que estava fazendo uso da sala sinaliza para nós a liberação do espaço, onde seguimos para dar continuidade.

Adentramos em uma sala frequentemente destinada a reuniões de mandatos, conforme informado por Emanuele. Ao nos acomodarmos nas cadeiras, sentimos um alívio palpável por termos assegurado um ambiente confortável para conduzir a entrevista. Foi a partir desse momento que iniciamos nossa conversa.

Histórias cruzadas: caminhos que direcionam para a RMNPE

Apesar da correria da jornada de trabalho, com sua voz calma, Emanuele se apresenta enquanto uma mulher negra de 31 anos, originária de Olinda, que escolheu Recife como lar há sete anos. Iniciou sua jornada acadêmica em 2009 ao ingressar no curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Rapidamente, confrontou desafios na universidade, questionando processos e enfrentando um sentimento de isolamento. Esse período de questionamento pessoal, marcado por um anseio por compreensão, eventualmente a conduziu ao movimento social.

Emanuele descobriu no movimento social, mais especificamente, no movimento negro, de mulheres negras, as respostas que a universidade não a proporcionava. Sua aproximação se deu por meio de formações oferecidas pela Rede de Mulheres Negras de Pernambuco com as questões que ela começava a explorar. Ao longo dos anos, ela trilhou um caminho no movimento de mulheres negras, gradualmente se aproximando e participando ativamente a partir de 2019. Durante esse percurso, uma compreensão fundamental surgiu: as experiências individuais vivenciadas por ela, na verdade, eram reflexos de questões coletivas enfrentadas por mulheres negras, como na passagem de sua fala a seguir:

Eu achava que inicialmente que era algo meu, era algo que eu estava vivenciando, mas que a partir do momento que eu entro no movimento social, no movimento de mulheres negras, é... eu acho que as coisas começam a fazer sentido, de que eram questões vivenciadas por um coletivo, né? (...) permanecer ali, é... para mim, fazia, começa a fazer mais sentido ainda, é... quando essas questões elas vão se apresentando para mim de forma, de fato coletiva, sabe? então, o que eu pensava que era algo: "Ah, tô indo procurar algo, porque estou vivendo isso", né? Dá sentido a, por exemplo, os casos de racismos que eu passava, na verdade não era eu, era algo vivenciado por um conjunto da população negra, por mulheres negras de forma geral... (trecho de entrevista, 2023)

Em 2019, Emanuele oficializou sua participação na Rede de Mulheres Negras, em que hoje assume o papel de coordenação na Região Metropolitana do Recife. Esse passo formal refletiu não apenas sua própria jornada, mas também a percepção de que as questões enfrentadas eram compartilhadas por mulheres negras em toda a região. Atualmente, Emanuele desempenha o papel de Assessora Especial na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, mantendo seu compromisso acadêmico ao continuar o doutorado em Sociologia, aprofundando ainda mais seu conhecimento e engajamento na compreensão dos intrincados aspectos sociais.

Ao entrar em contato com a trajetória de Emanuele, desde os questionamentos na universidade até o envolvimento ativo na Rede de Mulheres Negras e a posição profissional atual, sua presença e atuação nesse cenário político e comunitário, seja na academia, na esfera governamental ou no movimento de mulheres negras, desvelam seu comprometimento em trazer perspectivas diversas para ambientes decisórios, fortalecendo e evidenciando o impacto significativo que ela busca imprimir em sua comunidade e além, produzindo saberes e práticas que redirecionam experiências individualizadas pelo capitalismo ao processo de coletivização da experiência.

Ao percorrer a trajetória de Emanuele, desde os questionamentos na universidade até seu envolvimento ativo na Rede de Mulheres Negras e na atual posição profissional, sua presença e atuação em diversos cenários — seja na academia, na esfera governamental ou no movimento de mulheres negras — revelam um comprometimento intrínseco em diversificar perspectivas em ambientes decisórios.

É evidenciado um impacto notável, moldando saberes e práticas que redirecionam as experiências individualizadas, muitas vezes moldadas pelo capitalismo, para um processo de coletivização da experiência, sobretudo ao que se refere a dinâmicas de opressões. Dessa forma, a busca mobilizada pelos questionamentos feitos inicialmente por Emanuele, destaca

a potência transformadora de uma abordagem engajada e coletiva na busca por mudanças significativas em comunidades e além.

6.1.1 Narrando a história: Rede de Mulheres Negras de Pernambuco

Aqui, apresento a história da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, a partir do que foi dito por Emanuele, que acompanhou a Rede desde o seu início, participando mesmo antes de se juntar oficialmente em 2019. Sua experiência oferece um olhar íntimo sobre os passos do movimento, unindo mulheres de diversas origens, credos e condições sociais no enfrentamento ao racismo, sexismo e outras formas de discriminação.

Ao adentrar na história da Rede, conduzida pela perspectiva e vivências de Emanuele, compreendemos não apenas os eventos marcantes, mas também os significados por trás de cada passo.

Após a marcha das mulheres negras em 2015, um grupo de ativistas em Pernambuco, que desempenhava um papel fundamental na organização de um Grupo de Trabalho (GT) no estado, assumiu a dianteira na fundação da Rede de Mulheres Negras. Essa iniciativa representou um dos desdobramentos significativos da marcha, transcendendo suas fronteiras estaduais e reverberando nacionalmente. O GT, que liderou a organização da marcha em Pernambuco, se tornou a força propulsora por trás da criação da Rede, consolidando-a como uma resposta coletiva e unificada ao chamado por justiça, enfrentamento ao racismo e visibilidade para as mulheres negras.

Em 2016, a Rede de Mulheres Negras emerge como uma organização apartidária, dedicada ao enfrentamento do racismo, sexismo e outras formas de discriminação contra mulheres negras. Sua fundação representa um compromisso claro e unificado de unir mulheres de diversas regiões, credos e condições sociais, unificadas na luta contra as diversas manifestações de discriminação. Assim, a Rede é construída³² por mulheres de todo o estado de Pernambuco, abarcando as regiões metropolitanas, zona da mata e agreste, impulsionando uma visão coletiva de justiça para as mulheres negras.

Nos anos subsequentes, a Rede ampliou significativamente suas atividades, tendo como foco formações políticas. Embora tenha oficialmente se juntado à Rede em 2019, Emanuele, não apenas testemunhou, mas participou ativamente dessa jornada desde o seu

³² No que se refere a forma de inserção na Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, não obtive informações nos encontros com Emanuele que falasse sobre participações institucionais e/ou uma construção a partir da organização autônoma.

início. Engajada em formações políticas da Rede em Pernambuco, esses foram espaços que a aproximaram cada vez mais dos movimentos de mulheres negras.

Em suas próprias palavras, ela destaca a ênfase da Rede na atuação voltada para formações políticas:

Está na forma de atuação da Rede, atuar em prol de formações políticas mesmo, né? tanto é que eu participava de inúmeras formações, por isso que eu disse: mesmo antes de eu entrar na rede eu participava de várias atividades promovidas pela REDE. Então, ela vinha num trabalho muito forte, formativo mesmo. (Emanuele – trecho de entrevista, 2023)

Essa abordagem formativa demonstra o comprometimento da Rede em capacitar suas integrantes, evidenciando sua dedicação ao desenvolvimento pessoal e coletivo.

Com a sua entrada efetiva na Rede, em 2019 e com a chegada da pandemia no final de 2019 e início de 2020, a Rede redirecionou seu foco para campanhas de solidariedade. Como Emanuele aponta “A pandemia acabou impactando, em sua maioria, pessoas negras, mulheres, pessoas periféricas. E aí, a gente olhava para dentro da própria Rede e tinham pessoas precisando desse suporte, sabe?” o que levou a Rede a reorganizar as ações conjuntas e a ampliar suas ações para além do Estado, atuando em âmbito nacional.

Com a entrada efetiva de Emanuele na Rede em 2019 e a chegada da pandemia no final desse ano e início de 2020, o movimento redirecionou sua atuação para campanhas de solidariedade. A crise sanitária instaurada no contexto da pandemia da COVID-19 evidenciou a vulnerabilidade e os projetos de esfacelamentos de políticas públicas no Brasil.

Em consonância com as palavras de Emanuele, que ressalta que “*a pandemia acabou impactando, em sua maioria, pessoas negras, mulheres, pessoas periféricas. E aí, a gente olhava para dentro da própria Rede e tinham pessoas precisando desse suporte, sabe?*”, esse cenário impulsionou a Rede a reorganizar suas ações conjuntas. Diante das necessidades emergentes dentro da própria comunidade, a Rede não apenas ajustou suas estratégias, mas também ampliou suas atividades para além das fronteiras estaduais, também incidindo a nível nacional.

Além da mobilização e participação em campanhas, exemplificadas pelas ações de solidariedade nos territórios, a Rede intensificou suas ações de incidência política. A pandemia, ao escancarar a ausência de políticas públicas, trouxe à tona a necessidade urgente de pautar e influenciar as decisões governamentais. A atuação da Rede, portanto, se desdobrou em duas frentes cruciais.

Por um lado, era imperativo promover e participar ativamente das campanhas nos territórios, atendendo às demandas urgentes daqueles que enfrentavam fome e outras adversidades, através das campanhas de solidariedade. Por outro lado, a Rede redirecionou esforços para incidir politicamente, apontando para a carência de políticas públicas eficazes, destacando a responsabilidade do estado nesse cenário. Dessa forma, a atuação da Rede transcendeu o âmbito local, tornando-se um agente de transformação em nível mais amplo, reforçando seu compromisso em enfrentar as lacunas sociais que foram escancaradas pela pandemia.

A pandemia, para além de evidenciar desigualdades sociais, suscitou na Rede a reflexão sobre a saúde mental. O aumento do trabalho militante durante esse período levou a uma análise mais aprofundada das militantes do próprio movimento, ressaltando a importância de abordar a saúde mental de forma coletiva. Nas palavras de Emanuele,

Se a gente for pensar em quais são esses sujeitos, quais são essas pessoas que de fato elas são negligenciadas por esse Estado quando a gente pensa na pauta da saúde mental, essas pessoas elas vão ter sim um perfil. (trecho de entrevista, 2023)

A militante prossegue enfatizando que, mesmo em movimentos que aparentemente não estão diretamente relacionados à pauta antimanicomial, ao enfrentamento ao racismo ou aos direitos das mulheres, ao olhar com mais atenção, torna-se evidente que essas pessoas que são vulnerabilizadas socialmente são os que verdadeiramente necessitam dessas políticas.

Emanuele destaca o papel da Rede ao abordar essa variedade de temas, ressaltando que todos eles, infelizmente, estão interligados pelo racismo, que, segundo ela, permeia todos os debates. O racismo, como estrutura fundante do sistema em que estamos inseridas, é uma força que a Rede busca incessantemente desafiar, promovendo debates interseccionais e comprometendo-se com a transformação social.

A pandemia expôs de maneira contundente as lacunas existentes na acessibilidade a direitos, serviços e políticas públicas para a população negra, especialmente para as mulheres negras. Emanuele destaca essa realidade ao observar que "*a gente não tem acesso a 'N' direitos, a 'N' serviços, a 'N' políticas públicas, e eu acho que dentro delas, uma delas é a saúde mental*" (Trecho do diário de campo, dia 21 de setembro, 2023). Nesse contexto, ela ressalta a emergência de discutir, entre as militâncias do movimento negro e de mulheres negras, a negligência histórica em relação às políticas públicas de saúde mental. Emanuele

aponta para a falta persistente de políticas efetivas ao longo de seis anos, sublinhando como esse cenário intensificou significativamente o trabalho militante e, conseqüentemente, o adoecimento de militantes.

A trajetória da Rede desde sua fundação até o momento atual é um relato marcado por enfrentamentos, ressignificações e inventividade no tocante a formas de atuação e perspectivas, nos quais o movimento demonstra sua capacidade de se transformar a partir da coletividade. Emanuele destaca esse dinamismo ao afirmar que a Rede é um espaço que potencializa as pessoas, impulsionando-as a transformar o luto em luta, mesmo diante da necessidade constante desse movimento. Ela enfatiza que o movimento social possui a notável habilidade de transcender o que inicialmente parece ser uma experiência individual, tornando-a coletiva.

Esse processo de coletivização, por um lado, fortalece cada indivíduo envolvido, mas, por outro lado, evidencia a urgência e necessidade de direcionar um olhar especial para a saúde mental. Emanuele destaca a importância de não abordar esse cuidado de maneira isolada, mas sim de uma forma mais abrangente, reconhecendo que lidamos, querendo ou não, com questões extremamente sensíveis que impactam profundamente nossas vidas. Essa reflexão destaca a dualidade entre o fortalecimento coletivo e a necessidade de atenção à saúde mental dentro do contexto do movimento social.

6.2 Bárbara (Fórum de Mulheres de Pernambuco)

Trilhando caminhos com Bárbara: reencontros, descobertas e ativismo social

Bárbara, graduada em Psicologia pela UFPE, cruzou meu caminho durante os anos acadêmicos. Sempre a percebia imersa em articulações feministas, despertando minha curiosidade. O reencontro ocorreu quando a contatei para discutir sua participação na pesquisa com o Fórum de Mulheres de PE, reavivando lembranças da graduação. Naquela época, testemunhei a participação de Bárbara em coletivo e suas diversas formas de engajamento, momentos em que a vontade da radicalização e de formas de lutar, moviam Bárbara e impulsionava outras pessoas.

Durante nossa conversa sobre a pesquisa, alinhamos agendas para um encontro. Embora as demandas do tempo permeassem a vida de Bárbara, conseguimos marcar uma

visita à sua casa, para conversarmos. Em processos de marcações e desmarcações, por demandas nossas, o dia da nossa conversa chegou.

Durante o trajeto, mantive contato com Bárbara, pois, apesar de conhecê-la, desconhecia o endereço dela. Por volta das 13h, alcancei a frente da casa de Bárbara. Nesse instante, uma sensação de frio na barriga tomou conta de mim, levando-me a questionar: "*Você já não a conhece? Por que o nervosismo?*". Respondi a mim mesma aliviada: "Estranhar o familiar", reconhecendo que a presença do nervosismo era bem-vinda.

Ao adentrar o espaço de Bárbara, fui calorosamente recebida por um sorriso largo e um abraço afetuoso, dando início a uma atmosfera repleta de saudosismo. Enquanto compartilhávamos memórias e atualizações sobre nossas vidas pós-graduação, Bárbara, em determinado momento, indagou sobre as questões que ela deveria abordar na entrevista. Expliquei-lhe que a intenção era ouvir sua história sobre o Fórum, sobre sua relação com o movimento e a incidência no campo da saúde mental.

Nesse mesmo instante, uma lembrança das perguntas que Emanuele me havia feito emergiu em minha mente, revelando preocupações e alinhamentos com o processo. Esse paralelo entre as indagações de ambas as partes evidenciou o comprometimento de Bárbara e Emanuele, reforçando a seriedade e a importância que atribuíam ao compartilhamento de suas experiências para o processo da pesquisa.

Bárbara gentilmente me ofereceu uma xícara de café para iniciar nossa conversa. Apesar de minha paixão pela bebida, optei por recusar devido ao calor intenso naquele início de tarde. O clima acabou influenciando o desenvolvimento de nossa conversa, já que decidimos manter as janelas abertas para amenizar o calor. Essa escolha, por permitir a entrada de sons, poderia potencialmente prejudicar a captação do áudio e complicar o processo de transcrição. No entanto, para a minha surpresa, isso não se mostrou um obstáculo. Nos acomodamos na sala de Bárbara e demos início ao nosso diálogo.

Histórias cruzadas: caminhos que direcionam para o FMPE

Em meio a empolgação, Bárbara, uma mulher cis, branca e residente em Recife, traça sua história em um contexto que ecoa a complexidade das manifestações sociais. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade também

se tornou uma peça fundamental na sua própria jornada ativista. Aos 27 anos, a trajetória no ativismo social de Bárbara teve um ponto de partida inesperado.

Durante o segundo ano no ensino médio, em meio às fervilhantes manifestações de junho/julho de 2013, ela foi confrontada pela primeira vez com o impacto visceral das mobilizações de rua e a dura realidade da instituição policial militar. Esses eventos, que marcaram significativamente sua vida, também proporcionaram uma compreensão mais profunda das questões feministas.

Bárbara, desde sua infância e pré-adolescência, foi imersa em uma realidade permeada por temas sensíveis e complexos, graças ao trabalho de sua mãe, uma advogada especializada em direito de família. Entre esses temas, destacavam-se questões como aborto, violência contra mulheres, separação e disputa pela guarda de crianças.

Um ponto especialmente marcante em sua trajetória foi o entendimento da criminalização do aborto. O impacto desse despertar para a realidade da criminalização do aborto foi profundo, deixando uma marca indelével em sua formação. Esse momento crucial não apenas moldou sua compreensão sobre justiça social, mas também desempenhou um papel fundamental em sua jornada rumo ao ativismo social e à defesa dos direitos das mulheres.

Inicialmente hesitante em se identificar como feminista, viu essa resistência desaparecer à medida que aprofundava sua compreensão do que o feminismo representava. A transição para esse entendimento, como ela mesma destaca, foi catalisada pela convivência na universidade com pessoas de diferentes realidades sociais, marcando um momento crucial em sua jornada de abertura aos movimentos sociais.

A abertura para os movimentos sociais se deu principalmente a partir da convivência na universidade com pessoas de fora da minha classe e da minha bolha racial e de classe. Isso para mim é essencial", destaca Bárbara. Mesmo diante das aberturas no curso de psicologia quanto à discussão sobre justiça social, ela ressalta que foi a convivência com indivíduos fora de sua esfera social que despertou seu interesse em se aproximar do movimento social. (Diário de campo, 13/10/2023)

Nesse contexto, a universidade tornou-se não apenas um espaço de aprendizado acadêmico, mas um ambiente propício para a ampliação de horizontes e a conscientização sobre questões sociais. A interação com perspectivas diversas, incentivou seu engajamento em movimentos sociais e despertou seu interesse por temas como a democratização da

psicologia e sua integração no SUS. Essa fase de convivência diversificada foi essencial na formação de Bárbara como uma militante comprometida com a justiça social e a promoção de mudanças significativas na sociedade.

Bárbara, junto com outras colegas, foi uma das fundadoras do coletivo feminista "A universidade é pública, meu corpo não"³³. O objetivo desse coletivo era direcionar esforços para garantir a segurança das mulheres no ambiente universitário e denunciar o machismo institucional que muitas vezes passava despercebido. Contudo, a experiência de dialogar e construir com a reitoria, resultou em uma campanha institucional, revelando lacunas no tocante a atuação dos coletivos na relação institucional.

Essa campanha, conforme Bárbara descreve, resultou em uma desilusão significativa. O coletivo, que já enfrentava desafios em sua construção, começou a se dissipar à medida que cada integrante seguia caminhos distintos. Esse desfecho, marcado pela desmobilização do coletivo, foi particularmente desanimador. Movida pela vontade de continuar sua atuação como militante e reconhecendo que a trajetória até então não representava o fim de seu engajamento, ela decide buscar novos horizontes no movimento social. Essa decisão revela sua compreensão clara de que a luta por mudanças reais e duradouras demanda um comprometimento constante e uma disposição para explorar novas formas de ativismo.

A mudança de rumo aconteceu quando um ex-namorado, a incentivou a participar de um coletivo misto. Embora tenha participado de algumas reuniões, a permanência nesse grupo tornou-se insustentável devido à violência na relação. Apesar das dificuldades iniciais, Bárbara encontrou uma vantagem crucial: conheceu uma companheira no fórum. Esse encontro foi decisivo para sua reorganização e aproximação efetiva com o Fórum de Mulheres de Pernambuco. Sua participação começou timidamente, ingressando no grupo de mensagens no Whatsapp, sem compreender completamente a dinâmica organizacional, mas ao longo do tempo, buscou se inteirar dos processos e contribuir ativamente.

³³ O coletivo feminista apontado por Bárbara, surge em 2016, após a denúncia de um caso de assédio sexual dentro do campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O coletivo era composto por mulheres trans, cis, brancas, negras, bissexuais, lésbicas, também tendo vínculos plurais com a Universidade, sendo desde a graduação até as servidoras técnicas ligadas à UFPE. Para saber mais sobre ler capítulo "A Universidade é pública, nosso corpo não: trajetórias de um coletivo feminista na Universidade Federal de Pernambuco" de autoria de Karla Galvão, Daniele Rabello, Bárbara Martorelli e Mariana Rodrigues, que compõe o livro "Panoramas da Violência Contra Mulheres nas Universidades Brasileiras e Latino-americanas".

Essa fase ocorreu durante o tumultuado cenário político do golpe e governo Temer, marcado por ocupações em universidades e escolas. Bárbara, então, tentou conciliar sua participação no fórum com os compromissos universitários, focando sua atuação, especialmente, na Frente pela Legalização do Aborto em Pernambuco. Mesmo sem ter passado pela experiência do aborto, a causa a mobilizava profundamente, consciente da importância de defender os direitos reprodutivos e evitar a criminalização de mulheres.

À medida que a participação de Bárbara no Fórum de Mulheres de Pernambuco ganhava amplitude, ela começava a assumir tarefas em outros espaços, a exemplo, como representante na Frente Pernambuco pela Legalização do Aborto. Essa progressão marcava um novo estágio em seu comprometimento com a defesa dos direitos reprodutivos, consolidando sua presença ativa nas lutas feministas. Com a chegada da pandemia em 2020, Bárbara assumiu a coordenação da Região Metropolitana em 2021.

Nesse contexto, ela relata que concentrou seus esforços na organização da rede de solidariedade e na liderança de diversas ações de incidência nos bairros, com especial atenção à área da saúde. Sua dedicação à Frente Pernambuco pela Legalização do Aborto ganhou ainda mais destaque durante a pandemia, à medida que a necessidade de coordenação e mobilização se intensificava. Esse período marcou uma notável ampliação do engajamento de Bárbara no fórum, apesar de já dedicar considerável tempo antes da pandemia.

A pandemia, com suas complexidades e desafios, impulsionou Bárbara a direcionar praticamente 100% de seu foco para o fórum. Organizar a rede de solidariedade e liderar processos de luta e incidências nos bairros, especialmente em questões de saúde, tornou-se seu principal foco. Esse período de envolvimento intenso evidencia a dedicação de Bárbara à construção de uma sociedade mais justa, na qual os direitos das mulheres são não apenas respeitados, mas também assegurados.

6.2.1 Narrando a história: Fórum de Mulheres de Pernambuco

A partir da perspectiva de Bárbara, reconstruo a história do Fórum de Mulheres de Pernambuco, delineando a trajetória do movimento a partir de suas experiências. Bárbara compartilha momentos-chave, desafios e conquistas que moldaram as formas de atuação do Fórum. Ao destacar as frentes de luta, objetivos e incidências, essa narrativa oferece um olhar singular sobre o papel significativo do Fórum na defesa dos direitos das mulheres.

Fundado em 1989, o Fórum de Mulheres de Pernambuco representa uma articulação composta por diversas entidades, desde ONGs até feministas independentes. Seus fundamentos abrangem a defesa dos direitos humanos e a busca por melhores condições de vida para as mulheres no estado. Estruturado coletivas de luta, o Fórum orienta seu trabalho para a participação política feminista, ações contra a violência direcionada às mulheres e a promoção da saúde, bem como dos direitos reprodutivos e sexuais.

Bárbara destaca a organização no Fórum de Mulheres de Pernambuco, que se desenha através de coletivas de luta, abarcando uma gama diversificada de áreas, que são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Essas coletivas estaduais incluem a coletiva de enfrentamento à violência contra as mulheres, a coletiva antirracista, a coletiva comunicação e cultura, a coletiva saúde e aborto e a coletiva justiça socioambiental e econômica.

Cada coletiva no Fórum desempenha um papel fundamental, canalizando esforços e recursos para enfrentar desafios específicos em suas respectivas áreas. A coletiva de enfrentamento à violência contra as mulheres, por exemplo, concentra-se em estratégias e ações para prevenir e combater a violência de gênero, enquanto a coletiva antirracista dedica-se a desmantelar o racismo sistêmico que permeia a sociedade.

Na esfera da comunicação e cultura, a coletiva busca estratégias de agitação e propaganda a partir do feminismo popular. A coletiva saúde e aborto, embora transversal a todas as áreas, destaca-se como um espaço essencial para abordar questões relacionadas à saúde reprodutiva, incluindo a luta pela legalização do aborto e pela autonomia reprodutiva. Por último, a coletiva justiça socioambiental e econômica volta-se para enfrentar as desigualdades econômicas e ambientais que impactam diretamente as mulheres em Pernambuco. Essas coletivas não apenas espelham a diversidade de frentes de luta no Fórum, mas também evidenciam o compromisso da organização em abordar sistematicamente uma gama de questões cruciais para a promoção da igualdade de gênero e justiça social.

Embora o Fórum de Mulheres de Pernambuco se organize por frentes de atuação, abordando transversalmente diversas questões, destaca-se por sua notável atuação concentrada no combate à violência e na defesa da legalização do aborto. A autonomia reprodutiva, agora entendida como justiça reprodutiva, é central em suas iniciativas, como evidenciado na fala de Bárbara a seguir:

O Fórum tem uma atuação mais forte no enfrentamento à violência contra as mulheres e na luta pela legalização do aborto, por autonomia reprodutiva, que hoje a gente já entende que é justiça reprodutiva, enfim... onde a gente mais fala de saúde, onde a gente mais fala em acesso a saúde no Fórum, é na de saúde e aborto, embora atravesse todas essas, né? mas é uma forma que a gente escolheu de organizar nossa luta, né? (trecho de entrevista, 2023)

Dessa forma, o FMPE adota uma estrutura organizativa regionalizada, abrangendo diferentes regiões, sendo a Região Metropolitana (RMR) a maior delas. Bárbara, explica a dinâmica: "*A gente está organizada assim: RMR, mata sul, agreste, araripe e pajeú. Cada agrupamento tem duas coordenadoras, e só a RMR, que é infinitamente maior, tem 4, e juntas, a gente faz a coordenação estadual.*" Nesse processo, destaca-se a incidência descentralizada, abrangendo não apenas a Região Metropolitana, mas estendendo-se por diversas áreas do estado, refletindo o compromisso do Fórum de Mulheres de Pernambuco em abordar questões críticas e promover a igualdade de gênero em diferentes contextos sociais-geográficos.

Ainda sobre processos organizativos do FMPE, Bárbara também compartilha sobre os encontros do Fórum, descrevendo a dinâmica entre o "*encontrão*" e o "*encontrinho*". O "encontrão" é um espaço focado em fortalecer alianças. Onde são realizadas oficinas e rodas de conversas, convidando mulheres de diversos movimentos, mesmo aquelas não identificadas como feministas. É uma oportunidade de apresentar o feminismo construído na FMPE, refletir sobre o movimento feminista e dialogar com outros movimentos.

Já o "encontrinho" é um encontro mais deliberativo, dedicado à militância cotidiana. Discutimos formas de organização, lutas prioritárias e questões sensíveis que orientarão a atuação até o próximo encontrinho. Além disso, é nesse momento que são renovadas as coordenações, que é temporária e não política, mas operativa, com decisões tomadas no pleno, buscando a horizontalidade.

Com a pandemia, o Fórum passou por um processo de readaptação e de rever caminhos, assim como destaca Bárbara:

Com a pandemia, a gente passa a se reunir mensalmente de forma online, fazendo 'plenarinhas' estaduais virtuais. Antes, só conseguíamos nos encontrar presencialmente nos encontrões e encontros estaduais, especialmente promovidos pelas coletivas. Hoje, conseguimos ter uma 'plenarinha' estadual mensal online, o que trouxe mudanças significativas. As coletivas, que antes se reuniam esporadicamente de forma presencial, passam a se encontrar online. (trecho de entrevista, 2023)

O que promoveu alterações desde a forma organizativa até as estratégias de incidência política. O cenário pandêmico da COVID-19 coincide com a coordenação

assumida por Bárbara e outras companheiras, na RMR, o que proporcionou uma atuação mais assídua dela nesse contexto.

Nos processos de readaptações, Bárbara aponta que o Fórum passa a se destacar na frente de luta pelo acesso à saúde básica. A criação da rede de solidariedade (construída por outros movimentos, inclusive a Rede de Mulheres Negras de PE), inicialmente focada na distribuição de alimentos, foi uma das frentes de atuação. Com o tempo, essa iniciativa evoluiu e resultou em diversas ações abrangentes, envolvendo equipes dedicadas ao auxílio, distribuição de cestas básicas, captação de recursos e elaboração de manuais informativos.

Três manuais foram lançados, abordando temas cruciais como o uso de máscaras, estratégias de isolamento em casas com um ou dois cômodos e métodos de proteção contra a COVID-19 em locais com escassez de água. Esses manuais não apenas tiveram uma repercussão significativa na mídia e na sociedade, mas também serviram como ferramentas para as companheiras do Fórum, em situação de isolamento comunitário utilizarem, permitindo que realizassem incidências nos lugares onde residiam. Essa diversidade de ações ilustra a adaptabilidade e o impacto positivo da rede de solidariedade, que se tornou uma força motriz em resposta aos desafios impostos pela pandemia.

Com o tempo, à medida que as condições permitiram, o Fórum expandiu suas ações, realizando incidência de lambe-lambe nos territórios por meio de bicicletas com som. Conquistaram a aprovação de projetos emergenciais em editais de financiamento, realizando a "amocicleta" nos bairros para informar sobre a COVID-19. Bárbara destaca a singularidade da experiência da rede de solidariedade ao afirmar que, embora o acesso à saúde básica seja uma luta prioritária, o Fórum não a encara como uma luta específica, se conectando com a perspectiva de lutas atravessadas, que se explicita neste cenário.

A incidência no território, conforme destacado por Bárbara, é profundamente influenciada pela conjuntura nacional de golpe e contraofensiva fundamentalista. A atuação do Fórum no campo da saúde foi significativa, envolvendo incidências no poder público, embora não se limitasse à saúde mental. Bárbara ressalta a união dessa atuação com o enfrentamento aos fundamentalistas, denunciando o controle sobre os corpos e intensificando a discussão sobre as comunidades terapêuticas.

Mesmo que essa atuação não tenha se traduzido diretamente em incidências no campo da saúde mental, Bárbara sublinha a interconexão entre diferentes aspectos, especialmente a compreensão de que a saúde mental está intrinsecamente ligada a diversas outras demandas. Com Frentes construídas por movimentos diante as movimentações do

Governo Bolsonaro, especialmente com a Frente Pernambucana em Defesa da Saúde Mental (FPDSM), enfatiza essa perspectiva que, apesar de ter foco específico, reivindicações relacionadas à comida, território, condições de saúde, higiene e saneamento básico também foram fundamentais. Bárbara destaca, assim, a intrincada interdependência dessas questões, enfatizando que não é possível dissociá-las de forma isolada.

Ao concluir sua narrativa, Bárbara traz à tona uma reflexão política crucial em relação à solidariedade, salientando que a discussão sobre a continuidade da rede de solidariedade tornou-se central com a retomada dos encontros presenciais, evidenciando mudanças estruturantes sob a influência conjuntural. No entanto, ela destaca que essa reflexão ainda carece de encaminhamentos claros, mesmo diante da longevidade e do impacto das ações realizadas nos últimos dois anos.

A importância da luta antimanicomial na história das mulheres, especialmente das mulheres negras, que se entrelaça à afirmação de direitos e à busca por reconhecimento enquanto sujeitos de direitos, cidadãs e seres humanos, é uma reflexão que Bárbara elabora ao pensar as articulações e incidências políticas promovidas no tocante ao campo da saúde, sobretudo saúde mental.

A referência ao projeto de lei de internação compulsória proposto por Fernando Holliday destaca os desafios constantes enfrentados, ressaltando a necessidade contínua de uma luta por um feminismo antimanicomial. Neste relato, Bárbara proporciona uma visão abrangente da trajetória do Fórum, enfatizando a interconexão entre as lutas, e apontando para a necessidade de reflexão e ação contínuas.

7 FEMINISMOS, CUIDADO E SAÚDE MENTAL: CAMPOS INTERCRUZADOS NA ACADEMIA, MILITÂNCIA E INCIDÊNCIA GOVERNAMENTAL

Dando continuidade ao processo analítico, nesta seção irei me ater uma análise embebida pelas narrativas de Emanuele e Bárbara, de modo a tecer considerações acerca das interseções entre os feminismos em três diferentes esferas de atuação: a academia, a militância e a incidência governamental, anunciando os atravessamentos do campo da saúde mental para o debate. Estes eixos aparecem em ambas as histórias contadas pelas interlocutoras em nossos encontros, convergindo com a proposta analítica elaborada por Karla Galvão Adrião, com relação ao campo feminista.

Nesse sentido, abordarei as três esferas de atuação da seguinte maneira: primeiro, irei me debruçar na relação entre os movimentos feministas e a academia; em seguida, analisarei a atuação militante e suas articulações com o campo da saúde mental; por fim, mas igualmente relevante, a reflexão será a partir da incidência governamental dos movimentos feministas na esfera da saúde mental e as relações com a política pública de saúde mental, álcool e outras drogas.

7.1 Movimentações feministas e a academia: encontros e (des)encontros

A colonialidade e suas influências nas estruturas de poder têm perpetuado ferramentas de opressão e dominação, atualizando-se de modo a organizar a sociedade a partir das hierarquias étnico-raciais, de gênero, classe, que perpassam as zonas do ser/saber/poder. A Universidade, enraizada em uma lógica moderna/colonial, muitas vezes se baseia no “privilégio epistêmico do corpo-político do conhecimento dos homens ocidentais” (Almeida; Figueiredo, 2020) – brancos/europeus/cristãos/cis-heterossexuais –, reproduzindo assim conhecimentos hegemônicos e mantendo a dinâmica epistemicida que marginaliza o saber produzido a partir das experiências histórico-culturais do Sul Global, como aponta Ramón Grosfoguel (2016).

As relações entre a Universidade e os Movimentos Sociais, especialmente os feministas, são marcadas por complexas disputas em relação ao projeto colonial e capitalista, que historicamente promoveu e promove mecanismos de marginalização e exclusão mulheres cis, trans e travestis dos espaços acadêmicos. O campo feminista anuncia na relação com a academia “o lugar dos estudos feministas no campo científico, a interface entre o saber disciplinar e os saberes interdisciplinares, e entre fazer militância e estar na academia, revelando a tensão entre saber científico e a prática política” (Adrião, 2022, p. 199).

Na obra "Racismo e sexismo na cultura brasileira", a intelectual e ativista Lélia González (1984) denuncia de maneira contundente as dinâmicas de desumanização promovidas por autores, revelando a intrincada teia de racismo e sexismo que permeia não apenas as instituições universitárias, mas também reflete a realidade social brasileira. Em seu trabalho, Lélia González destaca a forma como mulheres, especialmente as mulheres negras, são alvo dessas práticas desumanizadoras e de apagamento, evidenciando a presença de uma matriz epistêmica racista e sexista que molda tanto a produção acadêmica quanto a cultura brasileira.

No entanto, a luta dessas mulheres por um projeto político-social que rompa com as estruturas de desigualdades de sexo-gênero-dissidências e promova a justiça social gera tensões significativas, tanto no plano teórico quanto na prática do movimento feminista, alimentando-se mutuamente no impulsionamento de suas agendas.

De um lado, a retomada do movimento feminista tem sido uma fonte inspiradora bastante fértil para o desenvolvimento de estudos e pesquisas acerca da condição feminina. De outro, é certo que, num plano mais amplo, estes estudos têm contribuído para o avanço dos movimentos de mulheres. (Costa; Sardenberg, 2014).

Assim, durante as décadas de 1960 e 1970, frequentemente referidas como a 'era movimentista' por Maria da Glória Gohn (2000), observou-se uma intensa mobilização em prol da inclusão e fortalecimento de perspectivas alternativas, bem como uma crítica contundente aos paradigmas dominantes de ensino e pesquisa nas universidades.

Os estudos contracoloniais e as epistemologias feministas, buscando legitimar formas distintas de produção do conhecimento, lançaram críticas ao funcionamento tradicional das instituições acadêmicas, visando repensar conceitos como a noção de sujeito universal, ancorada na concepção de normalidade e homogeneização do ser, que sustenta o racismo/sexismo epistêmico nas universidades.

Embora essas tensões existam, na relação entre universidade e movimentos sociais, sobretudo os feministas, a presença de ativistas feministas nas universidades contribuiu significativamente para a diversificação e enriquecimento do debate acadêmico. Além disso, os eixos de ensino, pesquisa e extensão ancorados à saberes e práticas feministas, desempenharam um papel crucial ao informar e fortalecer as lutas políticas, tanto dentro quanto fora do ambiente universitário.

A vivência universitária frequentemente se configura como um momento crucial na trajetória dos estudantes, no qual são confrontados com uma multiplicidade de ideias e perspectivas. Partindo da compreensão de Ramón Grosfoguel acerca das "estruturas de

conhecimento das universidades ocidentalizadas” (2016, p. 28), se torna possível pensarmos a Universidade enquanto porta de entrada para os movimentos sociais, na medida em que é atravessada por dinâmicas de opressão que moldam as experiências individuais de estudantes, também nesses espaços.

Esses tensionamentos e vivências muitas vezes levam estudantes a se envolverem com os movimentos sociais. As narrativas de Bárbara e Emanuele, ao descrever suas trajetórias, apontam caminhos que são direcionados pela Universidade. Para se inserir no movimento negro, especialmente no movimento de mulheres negras em Pernambuco, Emanuele destaca as lacunas que encontrou durante sua graduação e os episódios de violência vivenciados no ambiente acadêmico:

Assim, acho que eu comecei a questionar processos que eu vivia na Universidade, acho que o isolamento mesmo, né? que eu fui passando dentro da Universidade e a necessidade de entender né, o que eu passava lá e fora. E aí, eu acho que o movimento social ele me respondeu o que a Universidade não me respondia, sabe? Acho que em síntese assim, do porquê que eu acabei me aproximando, sabe? (trecho de entrevista, 2023)

Foi através das percepções das ausências de respostas para essas questões dentro do ambiente acadêmico tradicional, que Emanuele promoveu o encontro com espaços para questionar as violências vivenciadas, na universidade e fora dela. No movimento, o que no espaço da academia era provocado enquanto uma experiência individualizada, toma corpo coletivo.

Em um percurso semelhante no tocante às experiências da relação Universidade e chegada no movimento social feminista, Bárbara aponta as mudanças promovidas na vivência enquanto graduanda na academia, como já apontado anteriormente³⁴, que as levaram ao encontro com o campo feminista, sobretudo o Fórum de Pernambuco, tendo a academia enquanto veículo condutor para o acesso, através do contato com pessoas de fora da “bolha racial e de classe”, que a Universidade proporciona³⁵.

Exerço da desobediência epistêmica para assumir também o lugar enquanto interlocutora na pesquisa. Como pesquisadora e interlocutora, minha jornada na universidade se entrelaça com a experiência de Emanuele e Bárbara, especialmente no que diz respeito à vivência acadêmica. Compartilho da compreensão das respostas proporcionadas pelo

³⁴ Ver “Histórias cruzadas: caminhos que direcionam para o FMPE”, na página 83.

³⁵ Vale ressaltar que a possibilidade do contato com múltiplas vivências na Universidade se expande na medida em que entra em vigor o regime de Lei de Cotas Lei 12.711, de 2012, que promove o aumento da diversidade, possibilitando o acesso de pessoas com deficiência, pessoas negras, indígenas, quilombolas, LGBTQIAPN+, sobretudo pessoas trans e travestis à Universidade Pública.

movimento social, que extrapolam os limites acadêmicos, e que me conduziram a explorar caminhos de resistência dentro da própria instituição.

Ao mesmo tempo, dentro da universidade, busquei construir caminhos de resistência, seja por meio da criação de outras formas de produzir saberes, seja pela participação ativa em coletivos feministas, a exemplo AColetiva Feminista. Ancorada na compreensão desenvolvida por Karla Galvão Adrião (2022) de militância reflexiva, entendo a minha vivência como parte integrante desse mosaico, onde a pesquisa se torna um terreno fértil para a reflexão e ação conjunta, transcendendo os limites do ambiente acadêmico convencional e alimentando uma prática engajada e transformadora tanto dentro quanto fora da universidade.

Embora a Universidade possibilite encontros e ampliações de perspectiva de modo crítico, Bárbara, assim como Emanuele, percebeu a necessidade de enfrentar as violências de gênero institucionais presentes na universidade. Os caminhos da violência institucional, a levaram para a construção de coletivos feministas dentro do ambiente universitário, reconhecendo a hegemonia cisheteropatriarcal que sustenta as estruturas e operações da instituição.

Esses coletivos não apenas visam combater as violências, mas também promover uma reformulação dos espaços e práticas universitárias, buscando torná-las verdadeiramente espaços seguros de vivenciar experiências e construir caminhos ancorados na luta por mudanças sociais. Apesar das articulações feministas em que Bárbara construiu com companheiras de luta, o processo de reivindicação e denúncia às violências vivenciadas no espaço da Universidade, revela as limitações das alianças construídas entre movimentos e a Universidade.

Além disso, a estrutura hierárquica e burocrática das universidades muitas vezes frustrou os esforços de diálogo e colaboração entre os coletivos feministas e a instituição, levando Bárbara a direcionar sua atuação militante para fora dos espaços acadêmicos.

Apesar dos desafios encontrados na relação com a universidade, seja no que diz respeito à produção do conhecimento, seja na articulação para repensar formas de atuação, a academia pode ser um local de resistência e transformação, quando articulada com a atuação do movimento social. Nas falas de Emanuele e Bárbara, enfatiza-se a necessidade de um engajamento crítico e contínuo com as estruturas institucionais e as dinâmicas de poder que moldam esses espaços.

Mesmo com as tensões apresentadas sendo propulsoras nas relações desenvolvidas por elas no caminho para os movimentos, a relação com a universidade permanece sendo um trajeto possível para a troca de conhecimento e experiências entre esses dois espaços, podendo fortalecer os movimentos e inspirar novas formas de resistência.

Dessa forma, a colaboração entre a Universidade e o movimento social na elaboração e no fortalecimento de propostas de políticas públicas é essencial para promover uma abordagem mais participativa e eficaz na formulação e implementação de políticas que busquem enfrentar as desigualdades e promover o bem-estar social.

Caminhar através das articulações possíveis, tensionando as dinâmicas existentes e promovendo mudanças estruturantes dos espaços acadêmicos, através de epistemologias e saberes construídos no território, possibilita ao unir esforços, mobilizar recursos, influenciar tomadores de decisão e ampliar o alcance de suas iniciativas. À medida que as universidades enfrentam pressões para se tornarem menos excludentes e socialmente responsáveis, os movimentos feministas continuam a desempenhar um papel fundamental na defesa por uma educação crítica, transformadora e comprometida com a justiça social.

7.2 Atuações coletivas em coletivo: ações feministas, concepções e articulações em saúde mental

A Reforma Psiquiátrica no Brasil surge como um movimento crítico influenciado pelas experiências da Itália, visando desafiar os paradigmas hospitalocêntricos e biomédicos que dominavam os hospitais psiquiátricos. Inspirada por ideais de desinstitucionalização e desospitalização da saúde mental, a Reforma buscou não apenas reformular as estruturas físicas, mas também transformar as concepções e tecnologias associadas à assistência psiquiátrica. Paulo Amarante (2007), em seus estudos, enfatiza a necessidade de mudanças profundas não apenas nos sistemas de saúde, mas também nos campos científicos, sociais, legislativos e jurídicos que influenciam a prática psiquiátrica.

Apesar dos avanços significativos ao longo do processo de institucionalização da Reforma Psiquiátrica, ela enfrentou e continua enfrentando desafios, através da prática contrarreformista que se estabelece em paralelo. Desde 2016, essas práticas têm surgido, especialmente após o golpe que tirou a presidente Dilma Rousseff do poder. Esses processos representam uma ameaça ao progresso alcançado, promovendo agendas que visam o desmonte

das políticas públicas de saúde mental, álcool e outras drogas, tanto em nível nacional quanto estadual (Vasconcelos, 2022).

Desde então, tem sido observado um projeto contínuo de esfacelamento das políticas públicas no Brasil, um cenário que se tornou ainda mais evidente durante o mandato do presidente Jair Bolsonaro. Esse contexto foi amplificado pela crise global da COVID-19, em que as políticas promovidas por seu governo contribuíram para a fragilização de diversos setores, principalmente a saúde pública, ancoradas no negacionismo que caracterizava o governo Bolsonaro.

O campo da saúde, em particular o da saúde mental, é convocado a lidar com as complexas reverberações da pandemia. Emergem processos de desmistificação em torno da loucura, destacando a importância do cuidado em saúde mental e reconhecendo os diversos fatores biopsicossociais que influenciam as experiências individuais e coletivas de saúde mental. Mesmo com o processo de desmonte em curso, com o investimento em comunidades terapêuticas e afins, a Rede de Atenção Psicossocial, profissionais da saúde em articulação com os movimentos sociais antimanicomial³⁶, se mostrou relevante diante a política impeditiva que se apresentava, como apontado por Eduardo Vasconcelos (2022).

Num cenário como este, durante a pandemia, os movimentos sociais nacionalmente, desempenharam um papel crucial na ampliação do debate sobre saúde mental e na promoção de iniciativas articuladas para enfrentar os desafios emergentes. No cenário pernambucano não foi diferente. Em articulação nacional, foram criadas Frentes de luta, tanto virtualmente como em espaços físicos adaptados às medidas de segurança, para fornecer apoio mútuo, recursos e informações sobre saúde mental, de modo a trabalhar para desafiar estigmas e preconceitos em torno da saúde mental.

Partindo da compreensão dos movimentos feministas e suas ações e incidências na concepção de campo feminista, é possível perceber a partir das incidências, tensionamentos, desafios e estratégias traçadas pelos movimentos, a partir das narrativas de Emanuele e Bárbara, como a relação entre os movimentos feministas e o campo feminista se estabelece, sobretudo na relação com as esferas acadêmicas e governamentais.

No que se refere às ações construídas pelos movimentos feministas em Pernambuco neste cenário, a Frente Ampla pela Renda Básica e a Frente Pernambucana em Defesa da Saúde

³⁶ A saber, através de uma abordagem multidisciplinar e baseada no cuidado no território, a Rede de Atenção Psicossocial ofereceu atendimentos integrados e socioeducativos, precisando se reinventar diante às situações apresentadas pela crise sanitária instaurada. Profissionais de saúde, em colaboração com os movimentos sociais antimanicomial, trabalharam para garantir o acesso e a qualidade dos serviços de saúde mental, promovendo a inclusão, a autonomia e a continuidade ao processo de desinstitucionalização.

Mental³⁷, foram dois espaços de atuação apontados por Bárbara e Emanuele, por exemplo, como lugar de articulação e incidência durante a pandemia da COVID-19. Estas frentes abrangem uma variedade de questões, desde a acessibilidade aos serviços de saúde mental e repensar a noção de saúde mental socialmente construída até a defesa dos direitos dos trabalhadores da saúde e dos profissionais de saúde mental.

Com as discussões acerca do cuidado em saúde mental e os processos de luta cada vez mais atravessados pelo debate, o redirecionamento das incidências políticas surgem de modo até que inevitável. Tanto a Rede de Mulheres Negras, como o Fórum de Mulheres, apesar de não ter uma atuação central no debate da saúde mental, iniciam através das campanhas de solidariedade, aproximações com as Frentes de luta citadas anteriormente.

A gente terminou atuando muito em campanhas, que a gente chama de campanhas de solidariedade, porque enfim... é dizer o óbvio, mas querendo ou não, a pandemia, ela terminou impactando a nós mesmas. A pandemia acabou impactando, em sua maioria, pessoas negras, mulheres, pessoas periféricas, e aí a gente olhava para dentro da própria REDE e tinha pessoas precisando desse suporte, sabe? Então, na pandemia, a gente... inclusive, acho que foi um momento de reorganizar as ações conjuntas, acho que a gente ampliou a nossa atuação, âmbito nacional, âmbito estadual. (trecho de entrevista com Emanuele, 2023)

A gente também fica muito desmobilizada e muito lascada, né? Na pandemia. E muito voltadas também para a solidariedade entre nós, para poder, enfim... garantir a nossa sobrevivência e sanidade de alguma forma, então...aí, a rede de solidariedade é uma experiência interessante porque ela tinha esse viés da distribuição de alimentos e itens de higiene, mas também... e principalmente a gente fazia ligações todos os meses para todas as militantes do movimento na metropolitana. (trecho de entrevista com Bárbara, 2023)

Ao criar espaços seguros e inclusivos para a discussão aberta e o compartilhamento de experiências, essas iniciativas ajudaram no fortalecimento dos laços comunitários e a construir uma cultura de cuidado e solidariedade em meio à adversidade, seja na incidência no território ou no próprio movimento.

No que se refere ao debate em saúde mental nos movimentos feministas, as experiências coincidem na medida em que as duas sinalizam que a temática chega com a

³⁷ A Frente Ampla pela Renda Básica em Pernambuco (FARBPE), criada em 2021, tem por objetivo principal a reivindicação da Renda Básica enquanto política pública, em um cenário de intensa vulnerabilização da população, de modo a garantir não só no contexto pandêmico, mas também para garantia de recursos relacionados à alimentação, moradia, saúde e educação. Já a Frente Pernambucana em Defesa da Saúde Mental, construída por uma diversidade de movimentos sociais, assim como a FARBPE, teve por intuito denunciar as movimentações nacionais contrarreformistas instauradas, de modo a tensionar e pensar estratégias de fortalecimento e avanço da RAPS em Pernambuco diante de um cenário de investidas significativas no tocante ao projeto de hospitalocêntrico de cuidado.

necessidade latente que se apresenta durante o período pandêmico, se estendendo até os momentos atuais.

A iniciativa de repensar práticas militantes, sobretudo no cuidado entre militantes, fica cada vez mais explícita, a complexidade dos enfrentamentos cotidianos e de como atravessa individualmente a experiência de vida de cada militante. Bárbara destaca a importância da solidariedade interna e da garantia da sobrevivência das militantes durante a pandemia, reconhecendo a conexão entre a saúde mental e o apoio e cuidado dentro dos movimentos sociais.

Ana Cecília Cuentro, em sua publicação intitulada por “Autocuidado entre mulheres ativistas: tecendo resistências para a sustentabilidade da luta feminista” reforça as iniciativas de solidariedade e fortalecimento coletivo desenvolvidos por essas militantes, com base no “cuidado coletivo, no afeto e no fortalecimento da autonomia das mulheres” (2021, p.9). Em sua perspectiva, a política do cuidado e do autocuidado é entendida como estratégias de fortalecimento individuais e coletivos, de modo a produzir a sustentabilidade das lutas feministas.

Assim, o cuidado aqui é entendido não a partir da perspectiva individualizante e liberal, mas sim enquanto projeto político emancipatório, sendo encarado de modo partilhado, integral e a ser realizado de modo democrático e igualitário, renunciando a lógica racializada, gendrada e desigual que permeia o cuidado historicamente (Cuentro, 2021). Partilho desta compreensão acerca do cuidado, quando também na luta antimanicomial, compreendemos a dimensão do cuidado como algo coletivo e comunitário, construído no território e em liberdade.

Apesar das lutas e processos de incidência dos movimentos se voltarem para redes de fortalecimento comunitário, a elaboração acerca da atuação atravessada pela discussão da saúde mental, vem a partir das ausências de dinâmicas de cuidado anterior à crise sanitária instaurada no final de 2019. Emanuele aponta o cenário ruim de perspectiva de políticas públicas e o aumento significativo de trabalho militante em decorrência do projeto de esfacelamento de políticas.

A necessidade de sobrevivência adocece. É... o excesso de demandas de trabalho adocece. Você viver com medo, que seu filho seja morto ou que você seja morta, isso adocece também, né? Então, acho que a gente, né? E eu nem ‘tô’ falando especificamente da REDE, né? A gente hoje está num contexto de militantes que estão morrendo. Recentemente a gente perdeu aqui em Pernambuco duas militantes por problemas de saúde, mas que a gente sabe que o nosso corpo as coisas não funcionam separadas, sabe? as coisas estão relacionadas, estão articuladas. E o excesso de trabalho, excesso de

preocupação, acaba impactando na sua saúde física e mental também, né?
(trecho de entrevista, 2023)

Ainda que a necessidade de se atentar para essas questões seja evidente, Emanuele destaca uma lacuna na prática efetiva de lidar com o questões da saúde mental, apesar do aumento da conscientização nos movimentos sociais. Segundo ela,

(...) Infelizmente, gente ainda não consegue dizer que a gente tem uma prática de tipo: estamos de fato considerando, conseguindo lidar com esse problema, sabe? Apesar de termos começado a reconhecê-lo como importante, a questão da saúde mental, é um problema que tem afetado mesmo a população negra, as mulheres negras, por 'N' motivos. (trecho de entrevista, 2023)

Ao abordar a temática do cuidado, Emanuele enfatiza que, embora se fale sobre autocuidado, cuidado coletivo e saúde mental, a conscientização sobre essas questões não se traduz necessariamente em práticas efetivas. Ela destaca que o problema é latente e ressalta a importância de ir além das discussões, buscando efetivamente a implementação de ações que promovam o cuidado individual e coletivo, especialmente em um contexto em que a negligência histórica se manifesta de maneira impactante.

Essas questões remontam a experiências de negligência que têm sido historicamente perpetuadas, criando uma lacuna entre as propostas desenvolvidas no coletivo, por exemplo, e as práticas reais de cuidado. Essa desconexão entre o discurso e a ação destaca a urgência de abordar não apenas as questões no tocante aos acessos, mas também as raízes profundas da negligência sistêmica, visando verdadeiras mudanças transformadoras na promoção do bem-estar individual e coletivo.

Essas compreensões, que também atravessam as experiências do Fórum de Mulheres no que diz respeito à incidência e à promoção do cuidado para o fortalecimento em um cenário que promoveu o adoecimento de modo geral, especialmente no que se refere ao adoecimento psíquico, indicaram caminhos para a necessidade de lutas sociais cada vez mais coletivizadas. Se fazendo necessário então, repensar a relação com as pautas do campo da saúde mental e promover uma abordagem mais integrada e inclusiva.

Eu acho que a pandemia, ela traz para a gente alguns desafios, que também foram para outras organizações, assim... e aí eu trago isso porque a gente não trabalha sozinha e a pandemia terminou mostrando muito isso, assim... a força da gente trabalhar de forma conjunta, com organizações do movimento negro, com organizações do movimento feminista, luta por renda básica é... eu acho que a pandemia terminou nos mostrando, assim, a necessidade que a gente teve. (trecho de entrevista com Bárbara, 2023)

A discussão sobre a coletivização das lutas sociais emerge na narrativa de ambas as interlocutoras, sendo destacada suas atuações no contexto da pandemia. A necessidade de se articular em frentes de luta não apenas para enfrentar a crise sanitária comunitária, mas também para resistir às investidas bolsonaristas em diversas esferas, como educação, segurança, economia e especialmente na saúde pública, aponta cada vez mais para a importância de organizar-se por meio de articulações conjuntas, conforme sinalizado por Emanuele.

O contexto social e político da saúde mental, conforme relatado pelas interlocutoras, é profundamente influenciado pela interseccionalidade das lutas sociais. Emanuele e Bárbara destacam como diferentes movimentos, como os de habitação, inevitavelmente se deparam com questões que ecoam as lutas feministas e antirracistas, evidenciando a sobreposição de perfis de marginalização e vulnerabilidade. Elas ressaltam que a pobreza, a necessidade de sobrevivência e o enfrentamento diário das diversas formas de violência impactam diretamente o bem-estar mental dessas pessoas.

quando a gente pegar a pauta da saúde mental, por exemplo, se a gente for pensar em quais são esses sujeitos, quais são essas pessoas que de fato elas são negligenciadas por esse Estado, quando a gente pensa na pauta da saúde mental, essas pessoas elas vão ter sim um perfil. Então, se a gente for para um movimento que em tese, não tem articulação nenhuma com a pauta antimanicomial ou com a pauta, digamos, do enfrentamento ao racismo, com a pauta das mulheres, mas sempre que a gente dá um olhar mais com um pouquinho mais de atenção, a gente vai terminar vendo que são de fato esses sujeitos, mais vulnerabilizados, que vão estar, né? que são esses sujeitos que precisam dessas políticas, que são cobradas por esses movimentos (trecho de entrevista com Emanuele, 2023).

Emanuele também enfatiza a presença prevalente de problemas de saúde mental entre mulheres negras, associando-os aos desafios específicos enfrentados por essas comunidades, como o desemprego e as diversas formas de violência racial e de gênero.

a gente tá falando de mulheres, mulheres em sua maioria mães, mães solas, mães negras, é isso... se a gente fala de movimentos, enfim, diversos, a gente vai estar, a gente tem elementos em comum, vai ter elementos que vão tá dialogando aí, e aí, acho que a pandemia ela terminou escancarando quem são essas pessoas que vão estar, que vão ser impactadas, seja com a fome, seja com a morte por conta da doença, seja com a morte por falta de vaga no hospital, seja com o adoecimento mental, enfim, quem são de fato essas pessoas, assim... E aí, acho que na REDE, acaba chegando essa variedade e imensidão de temas, porque todos eles estão, infelizmente perpassam o racismo, o racismo, na verdade, perpassa todos eles. Já que o racismo estrutura esse mundo que a gente vive (trecho de entrevista, 2023).

Esses relatos destacam como o contexto social e político molda as experiências individuais e coletivas de saúde mental, ressaltando a necessidade de abordagens integrais e interseccionais, evidenciando as relações embricadas entre raça, gênero, classe e saúde mental, para compreender as dinâmicas de opressão instituídas. O reconhecimento das interações entre as frentes de lutas e as reverberações de cada eixo implica em uma abordagem centrada nas demandas específicas das comunidades vulnerabilizadas pelo Estado e pelas estruturas de dominação e opressão que o sustentam.

A noção de interseccionalidade presente tanto no Fórum quanto na Rede reflete as discussões que tenho desenvolvido. Entendo, a partir de uma perspectiva contracolonial e dos pensamentos feministas decoloniais, que os marcadores étnico-raciais, de classe, gênero, sexualidade e territorialidade são indissociáveis. Em uma sociedade capitalista, não há espaço para a não articulação ou operação individual dos marcadores sociais da diferença. Pelo contrário, esses marcadores estão intrinsecamente interligados e se entrelaçam para moldar as experiências individuais e coletivas de opressão e marginalização. (Vergès, 2020; Lugones, 2014)

Nesse sentido, pensar a coletivização das lutas sociais a partir das discussões emergentes, implica em pensar as concepções de saúde mental construídas tanto pelo FMPE, como pela RMNPE. A urgência na abordagem da saúde mental me parece evidente diante da necessidade premente de priorizar políticas e práticas que reconheçam a saúde mental como uma questão coletiva e estrutural, indo além do bem-estar individual para abordar as raízes sociais e políticas do adoecimento mental.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a concepção de saúde mental pode ser entendida como

Um estado de bem-estar no qual o indivíduo realiza suas próprias habilidades, podendo lidar com o estresse da vida e trabalhar de forma produtiva e frutífera, sendo capaz de fazer uma contribuição para sua comunidade (OMS, 2001).

O Ministério da Saúde brasileiro, por sua vez, adota uma abordagem que caminha na mesma linha, incluindo a importância da promoção do bem-estar através de políticas e programas de saúde mental. Essa proposta se vincula não apenas aos dispositivos da RAPS, se estendendo a promoção de ambientes construídos de modo a combater estigmas e discriminações relacionados à saúde mental.

A Rede de Mulheres Negras de Pernambuco apresenta uma compreensão de saúde mental que vai além das definições tradicionais, como destacado por Emanuele ao mencionar

a perspectiva do "bem viver". Segundo ela, essa perspectiva não se limita ao bem-estar físico e material, mas abrange uma visão mais ampla que engloba aspectos emocionais, espirituais e comunitários.

Emanuele ressalta que essa compreensão está fundamentada na "Carta da Marcha das Mulheres Negras"³⁸ de 2015, indicando uma abordagem integral e coletiva da saúde, incluindo a saúde mental. Essa visão valoriza não apenas o indivíduo, mas também o contexto social, cultural e ambiental em que ele está inserido, reconhecendo a importância do apoio mútuo, da conexão comunitária e do fortalecimento coletivo para promover o bem-estar mental das comunidades marginalizadas.

Articulada a compreensão em que se ancora a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, o bem viver, enquanto perspectiva de povos originários da América do Sul, é tida como ponto de partida para a promoção da desconstrução colonial de aspectos que moldam de maneira dicotômica as relações estabelecidas entre o meio ambiente e os seres humanos (Checchi, 2021). O bem viver, não apenas desafia os paradigmas ocidentais de desenvolvimento capitalista e colonial, baseados na exploração dos recursos naturais, mas também propõe uma alternativa mais sustentável e equilibrada para a vida em sociedade, como aponta o líder indígena e intelectual Ailton Krenak (2020).

Assim, a perspectiva do "bem viver" da Rede de Mulheres Negras ressalta a interconexão entre saúde mental, identidade cultural e justiça social, oferecendo uma abordagem mais inclusiva e contextualizada para promover o cuidado e o bem-estar das mulheres negras e suas comunidades.

A narrativa de Bárbara coincide com as reflexões apontadas por Emanuele e a compreensão de saúde mental, uma vez que a urgência na abordagem da saúde mental, está intrinsecamente ligada à necessidade de reconhecer a interconexão entre saúde mental e outras dimensões da vida. Bárbara ressalta que a saúde mental não pode ser dissociada de questões como acesso à comida, território, condições de saúde e saneamento básico.

Essa compreensão alinha-se com os princípios dos movimentos da luta antimanicomial, os quais reiteram que a saúde mental não deve ser tratada isoladamente, mas sim considerada em conjunto com as condições sociais, econômicas e políticas que influenciam diretamente o bem-estar psicológico e emocional. Os lemas dos últimos 18 de

³⁸ Para leitura na íntegra acessar: <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf>

maio, marcados pela luta antimanicomial³⁹, ressoam com essa perspectiva, enfatizando a importância do cuidado em liberdade, da defesa da democracia e a garantia de condições de saúde e acesso à alimentação como também formas de cuidado.

Essa abordagem reforça a necessidade de uma perspectiva ampla e integrada da saúde mental, que reconheça e aborde as múltiplas dimensões que afetam o bem-estar das pessoas e das comunidades. Isso inclui políticas e programas que promovam a equidade, o acesso a recursos básicos e a criação de ambientes sociais e físicos saudáveis, como previsto nas concepções desenvolvidas pela OMS e o Ministério da Saúde.

A articulação com a luta antimanicomial, como evidenciada nos relatos das interlocutoras, reflete uma compreensão profunda das interseções entre saúde mental, gênero e raça. A abordagem feminista nessa frente reconhece que as mulheres, especialmente as mulheres negras, têm sido historicamente alvo de práticas coercitivas e discriminatórias no campo da saúde mental.

Ao trazer uma perspectiva feminista para o movimento antimanicomial, as militantes buscam desafiar as normas patriarcais que permeiam as instituições psiquiátricas e defender a autonomia e os direitos das mulheres sobre seus corpos e suas vidas. Essa articulação também destaca a importância de uma abordagem mais inclusiva no tratamento das questões de saúde mental, reconhecendo a complexidade das experiências individuais e coletivas dentro de um sistema que muitas vezes se utiliza da judicialização dos corpos, para perpetuar a lógica do controle para o Estado (Passos; Pereira, 2017).

A história das mulheres na luta antimanicomial é um aspecto fundamental para compreender as dinâmicas de opressão e resistência no campo da saúde mental, como destacou Bárbara

A própria história das mulheres é muito antimanicomial, das mulheres negras principalmente, mas... está muito ligada à nossa formação enquanto sujeito de direitos, enquanto cidadão, enquanto seres humanos, tem muito a se agradecer a luta antimanicomial e vice-versa, né? (trecho de entrevista, 2023).

Essas palavras destacam que a luta antimanicomial transcende a mera batalha por uma abordagem mais integral e democrática da saúde mental; ela também representa uma busca pela afirmação dos direitos das mulheres, especialmente daquelas que são negras, periféricas, trans e travestis, reconhecendo-as como sujeitas de direitos, cidadãs e seres humanos.

³⁹ Fruto da mobilização de trabalhadores da saúde, o movimento social da luta antimanicomial visa a construção da reforma psiquiátrica. Seu principal objetivo é denunciar as violências presentes nos hospitais psiquiátricos, propondo práticas de cuidado no território, baseadas na liberdade e na redução de danos. Além disso, busca superar os estigmas ligados à saúde mental, assegurando direitos sociais e promovendo a autonomia de pessoas com sofrimento psíquico e/ou uso abusivo de substâncias

O protagonismo das mulheres, seja como profissionais, mães ou esposas que acompanham seus familiares no tratamento em saúde mental, evidencia alinhamentos na busca por repensar outras formas de cuidado. Essa busca implica em reconsiderar dinâmicas que não estejam atravessadas pelo controle dos corpos e subjetividades, abrindo espaço para uma visão mais ampla e inclusiva da saúde mental (Farias, 2017).

Reconhecer a interseccionalidade das opressões é crucial, e o feminismo antimanicomial se torna uma reivindicação necessária para desafiar as estruturas patriarcais e racistas que perpetuam a violência psiquiátrica e a exclusão social. A luta contra o fundamentalismo e o controle dos corpos das mulheres também está intrinsecamente ligada à saúde mental e à autonomia reprodutiva.

Os movimentos feministas resistem ativamente às tentativas de imposição de normas moralistas e religiosas sobre os corpos das mulheres, reconhecendo que tais práticas podem ter sérios impactos na saúde mental e no bem-estar das pessoas que gestam, inclusive de mulheres cis. A defesa pela liberdade de escolha, acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva e direitos reprodutivos é uma parte essencial da luta feminista contemporânea. Ao desafiar o fundamentalismo e o controle dos corpos, as militantes feministas também estão lutando por uma abordagem da saúde mental, que reconheça e respeite a autonomia e os direitos das mulheres em todas as suas dimensões.

Bárbara menciona a denúncia das comunidades terapêuticas e sua relação com os fundamentalismos religiosos, evidenciando como essas instituições podem representar uma ameaça à saúde mental das mulheres, no tocante a perspectiva do controle. A participação na frente pernambucana em defesa da saúde mental é vista como uma extensão dessa luta, reconhecendo que a saúde mental é um campo aliado no enfrentamento aos inimigos morais das vidas das mulheres.

A performance realizada durante o grito dos excluídos⁴⁰, com denúncias explícitas e críticas à situação no Estado de Pernambuco, destaca o papel ativo das feministas na conscientização e na resistência contra as formas de opressão que afetam diretamente a saúde mental das mulheres. Assim, a luta feminista pela saúde mental vai além da busca por políticas inclusivas e equitativas, abordando também questões mais amplas de justiça social, autonomia e direitos humanos.

⁴⁰ Ocorrendo todo o dia 07 de setembro, num exercício de contraponto ao grito da Independência, o Grito dos Excluídos, é marcado por uma mobilização nacional, que envolve diversos atores sociais, de modo a denunciar violações de direitos, desigualdades sociais, dando visibilidade a questões negligenciadas pelo Estado que são direcionadas e que afetam grupos vulnerabilizados socialmente. Para saber mais, acessar: <https://www.gritodosexcluidos.com/sobre-grito-dos-excluidos-e-excluidas>

O reconhecimento da interseccionalidade das lutas é fundamental para uma compreensão mais abrangente das questões sociais e políticas que afetam as mulheres cis, trans e travestis. Como destacado por Bárbara, no feminismo popular, há uma compreensão de que as lutas por saúde, terra, moradia e outras questões sociais também são lutas feministas. Essa perspectiva vai além do enfrentamento da violência contra as mulheres e da luta pelo direito ao aborto, reconhecendo que as opressões se entrelaçam e afetam as mulheres de maneiras diversas e interconectadas.

Portanto, ao abordar as questões de saúde mental, é essencial considerar não apenas as dimensões de gênero, mas também as interseções com raça, classe, orientação sexual e outros marcadores sociais da diferença. Isso demonstra os objetivos comuns entre os movimentos feministas e antimanicomiais, na medida em que essa conexão reflete uma compreensão compartilhada de que as lutas por justiça social e igualdade estão intrinsecamente ligadas.

Ambos os movimentos buscam desafiar as estruturas de poder opressivas que perpetuam a discriminação e a exclusão, reconhecendo a importância de abordagens inclusivas e integrais para promoção do cuidado autônomo e a dignidade de todos os indivíduos. A partir das reflexões construídas ao longo das nossas conversas, foi possível perceber a potências nas articulações ao trabalharem juntos.

Os movimentos feministas e antimanicomiais fortalecem suas capacidades de resistência e transformação social, destacando a interconexão entre as lutas por direitos, autonomia e justiça social, enfatizando a necessidade de uma abordagem interseccional na busca por uma sociedade mais justa, onde todas as pessoas possam viver com dignidade e em liberdade.

7.3 Políticas públicas de saúde mental na região metropolitana do Recife: incidências e narrativas feministas na relação com a esfera governamental

O esfacelamento das políticas públicas no Brasil é um fenômeno que se estende ao longo do tempo, transcendendo o período do golpe de 2016 – processo de falso Impeachment contra a Dilma Rousseff – e o contexto pandêmico da COVID-19. É crucial reconhecer que a ausência de políticas efetivas não é um acontecimento recente, mas sim um processo enraizado na história política do país. Desde antes do golpe, já se observavam lacunas e falhas nas políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência social.

As psicólogas Camila Marques, Nathalia Roberto, Hebe Gonçalves e Anita

Bernardes, apontam que o processo de construção de uma política pública se faz através do processo dialético entre a montagem e desmontagem. Esse processo anuncia o caráter complexo de lutas que permeiam uma política pública, considerando-a em jogo democrático, uma vez que elas “elas respondem a demandas e dizem respeito a processos que não se estabilizam, tampouco asseguram a democracia” (Marques et al., 2019, p.8).

O golpe de 2016 e as subsequentes mudanças políticas apenas agravaram essa situação, intensificando os ataques às políticas sociais e promovendo uma agenda de desmonte que afetou diretamente grupos vulnerabilizados. Com a chegada da pandemia, essa crise nas políticas públicas se aprofundou ainda mais, revelando as falhas sistêmicas e exacerbando as disparidades sociais. Assim, compreender o esfacelamento das políticas públicas no Brasil requer uma análise que transcende eventos pontuais, sobretudo ao que se refere a arena de disputas frente ao avanço do neoliberalismo no país.

Retomando a compreensão da política pública como produto de um jogo democrático, dado como em aberto, diante o cenário político-social tanto no contexto pandêmico, no contexto do golpe em 2016 e até mesmo antes, a fragilização dos avanços adquiridos desde o processo de implementação de algumas políticas públicas, especialmente as da saúde e assistência social, anunciam as dinâmicas de funcionamento hegemônico neoliberal do sistema capitalista (Ibid., 2019).

Assim, partindo dessa compreensão, na ideia do campo feminista, a esfera governamental implica em reverberar o modo como o acesso a essas políticas promove a relação entre a esfera governamental e o campo feminista, tendo em vista que as políticas públicas “promovem diálogos entre o espaço governamental e os movimentos sociais” (Adrião, 2022, p. 126) de maneira a promover tensionamentos e alianças, dentro da arena de disputas desenvolvidas.

A forma individualizante que perpassa a lógica neoliberal, atravessa as dinâmicas brasileiras no tocante a configuração do Estado, de modo a organizar e conceber as políticas públicas de maneira isolada, com base na setorização e fragmentação (Wanderley; Martinelli; Paz, 2020). Assim, considerando o contexto abordado anteriormente, parto da compreensão de política pública atravessada por uma abordagem intersetorial.

Mariangela Wanderley, Maria Martinelli e Rosangela da Paz (2020), apontam a intersetorialidade enquanto uma estratégia para responder a fragmentação produzida pela setorização, pressupondo articulações horizontalizadas e transversalizadas, em busca de uma

compreensão da totalidade das questões sociais e das pessoas que demandam assistência pública. Dessa forma,

Podemos afirmar que o horizonte da intersetorialidade das políticas públicas consubstancia-se na melhora das condições de vida da população, na otimização e utilização dos recursos (financeiros, materiais e humanos) e nos ganhos de escala e de resultados (Wanderley; Martinelli; Da Paz, 2020).

No Brasil, a realidade de acesso a direitos, serviços e políticas públicas, especialmente no campo da saúde mental, é marcada por uma série de desafios. A falta de investimento adequado, a escassez de recursos e a má distribuição dos serviços resultam em uma significativa parcela da população sem acesso aos cuidados necessários para a promoção da saúde, sobretudo a saúde mental. Essa noção é destacada por Emanuele ao abordar as questões relacionadas às aproximações do debate em saúde mental

A gente não tem acesso a N direitos, a N serviços, a N políticas públicas, e eu acho que dentro delas, **uma delas é a saúde mental**, acho que... hoje... ... não sei se... não vou usar a palavra negligenciar não, mas eu acho que, é... eu diria que por conta desse contexto de **ausência de políticas**, né? **A gente vem de anos, a gente passou pelo menos 6 anos, né? num contexto muito ruim na perspectiva de políticas públicas, para nós povos pobres, negro e tal.** (trecho de entrevista, 2023)

Corroboro com a forma que Emanuele pontua o contexto enquanto “ausência” de políticas. Aqui, parto da compreensão que trabalhar com a ideia de ausência de políticas, reitera que embora elas existam formalmente, estas não são eficazes ou não estão sendo implementadas de maneira adequada para a resolução do que se propõem.

Assim, se faz necessário destacar as interconexões entre o desemprego, a pobreza, as dinâmicas de violência, as deficiências nas políticas assistenciais e o sucateamento do sistema de saúde público. Esses elementos contribuem para a criação e perpetuação de distâncias estruturais que dificultam o acesso aos serviços essenciais para as pessoas vulnerabilizadas. Essas barreiras não apenas impedem o acesso a determinados serviços, mas também reforçam as desigualdades existentes na construção social brasileira.

As dinâmicas de vulnerabilidade colocam essas pessoas em um perfil específico, especialmente quando se trata de saúde mental. Isso estabelece uma relação cíclica entre negligenciamentos, produção de vulnerabilidade e ocorrência de adoecimento, impulsionada por dinâmicas de opressão e violência que permeiam as histórias dessas pessoas.

Emanuele e Bárbara reforçam essa perspectiva ao discutirem o perfil das pessoas afetadas pela negligência estatal, especialmente no contexto da saúde mental. Conforme

mencionado pela interlocutora:

Tu pode falar muito melhor que eu, mas muito provavelmente a pauta do cuidado com a saúde mental, ela é uma pauta que demorou muito tempo e digo que talvez ainda demore, a ser algo considerado um direito para a população negra, né? (...) chamado de frescura ou de luxo, sabe? E aí, é também bem difícil a gente, enfim, pautar algo que historicamente nem era considerado ao que deveria ser investido para a população negra, mas acho que, enfim... é só olhar para os dados, a forma como a população negra vive, pra provar que na verdade somos nós que mais precisamos, né? desse tipo de cuidado e tal, mas... é isso, não por acaso somos nós que somos mais negligenciados, né? e que vamos ter os piores atendimentos nesse sentido, sabe? que vamos ter os atendimentos que não são atendimentos de cuidado, mas atendimento de repressão, de violência (Emanuele, trecho de entrevista, 2023)

Ao abordar a pauta da saúde mental, é destacado que essas pessoas têm, de fato, um perfil específico, evidenciando a negligência por parte do Estado em atender suas necessidades, reforçando a complexa conexão entre o projeto que vem sendo tocado nas políticas de saúde mental, as políticas negligentes do Estado e as experiências dessas comunidades, perpetuando um ciclo de vulnerabilização e adoecimento.

Nesse contexto, retomo a compreensão das políticas públicas enquanto dinâmicas intersetoriais. Essa abordagem destaca a necessidade de considerar a territorialidade na execução das políticas, uma vez que é no território que a intersectorialidade se materializa, sendo crucial para enfrentar a multidimensionalidade da pobreza e da segregação socioespacial, conforme apontado por Mariangela Wanderley, Maria Martinelli e Rosângela Paz (2020). Ao reconhecer a interconexão entre diferentes setores e territórios, as políticas públicas podem oferecer respostas mais eficazes e abrangentes às necessidades da população, especialmente daqueles que são mais vulnerabilizados, sobretudo no campo da saúde mental.

Como já apontado em outros momentos durante o trabalho, durante o contexto pandêmico, não apenas os projetos políticos em curso foram evidenciados, mas também a flagrante ausência de políticas públicas no Brasil. Nos encontros com as interlocutoras destacou-se a necessidade urgente sentida pelos movimentos feministas, tanto em nível local quanto nacional, de cobrar ações estatais diante da extrema fragilidade e sobrecarga do sistema de saúde e assistência. Emanuele ressalta essa dinâmica ao relatar: “o movimento vem exatamente, mais uma vez naquela coisa de fazer o que o Estado não faz, faz o que o Estado deveria fazer, de dar esse suporte, político, com organizações que deram suporte jurídico” (trecho de entrevista, 2023).

Neste cenário não foi diferente, diversas iniciativas emergiram no território, como

as campanhas de solidariedade e as ações promovidas pela Frente Ampla pela Renda Básica. Além disso, destacam-se as escutas atentas das companheiras de luta e organização coletiva, que se mobilizaram para atender demandas específicas.

Essa atuação prática se tornou crucial diante das carências deixadas pela falta de suporte estatal. Com a ausência ou inadequação das políticas públicas, os movimentos feministas assumiram um papel fundamental na proteção e assistência às comunidades vulnerabilizadas. Em meio à crise sanitária e social, as lacunas deixadas pelo Estado foram ampliadas, tornando evidente a necessidade de ações diretas e imediatas para garantir o acesso a recursos básicos, como alimentação, moradia e saúde.

A compreensão de Estado por Frantz Fanon possibilita reflexões importantes para entendermos a ausência de políticas como uma forma de fazer política. Para Fanon, “a montagem do aparato estatal se deu no entrelaçamento de práticas, hábitos, ações, instituições, disciplinas, valores e normas sociais aprendidas no cotidiano da colônia” (Pires, 2022, p. 10). Dessa forma, o Estado nasce e se mantém através de dinâmicas de opressão e violência, na medida em que o sistema capitalista opera sustentando-se a partir das dinâmicas coloniais.

A atuação do Estado como um instrumento de opressão que promove desigualdades e marginaliza grupos sociais, tem como um dos principais mecanismos de funcionamento a expropriação das chamadas vidas matáveis. Nesse sentido, a falta de políticas públicas adequadas não é apenas uma questão de negligência ou ineficiência, mas também uma estratégia deliberada de manutenção do *status quo* e controle. A ausência de ações estatais eficazes, especialmente em áreas como saúde e assistência social, pode ser interpretada como uma forma de exercício de poder e controle sobre os corpos e vidas daqueles que estão à margem do sistema, assim como é apontado por Bárbara e Emanuele em suas narrativas.

Portanto, as iniciativas emergentes da sociedade civil e dos movimentos sociais para suprir essas lacunas não são apenas respostas a falhas do Estado, mas também resistências ativas contra um sistema que os exclui e oprime. A perspectiva fanoniana acerca do Estado moderno, ajuda a entender a ausência de políticas como uma forma de fazer política, onde a omissão e a negligência são estratégias utilizadas para perpetuar a ideia de humanidade enquanto uma experiência exclusiva da branquitude, sendo essas ascendentes europeias, cisgêneros, heterossexuais, sem deficiências, burguês e cristão, como demarcado por Thula Pires (2022).

Essa ausência política, ou talvez a maneira como a política é estruturada, exerce um impacto significativo na saúde mental das comunidades marginalizadas, reforçando o lugar do não *ser*, conforme proposto por Nelson Maldonado-Torres (2019) em seu estudo sobre as dinâmicas da colonialidade do ser, saber e poder. Dentro dessa perspectiva, a dimensão da colonialidade de ser, através da perspectiva fanoniana, como propõe Nelson Maldonado-Torres, apresentam reverberações nas dimensões subjetivas, uma vez que a colonialidade promove mudanças e efeitos na construção subjetiva, a partir do referencial de humanidade branca.

Ao falarmos sobre experiências de cuidado em saúde mental ou a falta dele, Emanuele aponta para as experiências que remontam a lógica do encarceramento, especialmente para pessoas negras, reproduzindo uma lógica vivenciada por homens negros e mulheres negras, de “desumanizar, de violentar de todas as formas possíveis, acabando, inclusive, com a saúde mental dessas pessoas”. Instituições que, em tese, que deveriam oferecer cuidado e proteção, muitas vezes replicam estruturas prisionais, exacerbando ainda mais os problemas de saúde mental.

Quando a gente pensa nesses espaços para além do sistema prisional, mas que parecem prisões ou que funcionam como prisões, sabe? É... são em parte que de fato são pessoas negras que estão lá. A gente teve, recentemente assim, um... não sei se tu acompanhou um caso das Casas Abrigo daqui de Pernambuco, e aí eu acho que é a mesma lógica assim, né? E aí, pensando acho que especificamente quais mulheres que estavam naquele lugar. O que as mulheres falavam era: “a gente aqui está como se tivesse numa prisão. A gente já foi violentada, mas é como se eu estivesse sentindo que eu cometi o crime”, os relatos eram esses. Elas estavam num equipamento que era para garantir proteção, né? E aí, todos esses equipamentos que hoje funcionam nesse formato de prisão, a princípio deveriam garantir ou a proteção ou o cuidado, mas a lógica de funcionamento de fato é outra. E que são espaços que são utilizados de fato, pela maioria da população negra (Emanuele, trecho de entrevista, 2023).

Apesar de ser um equipamento público fundamental para a garantia da segurança de mulheres em situação de violência – representando um avanço para as políticas direcionadas a mulheres –, é essencial estar atento às lógicas que atravessam sua prática. Atuar a partir da antimanicomialidade exige não apenas a implementação de dispositivos alternativos, mas também a construção de uma nova perspectiva de atuação, ancorada em uma lógica outra, que rompa com a manicolonialidade⁴¹ (Passos; Pereira, 2017).

⁴¹ O conceito de manicomialidade, trabalho por Emiliano Camargo (2022), explora a relação intrínseca entre a estrutura manicomial e as expressões da colonização (material, simbólica ou do campo do saber). Ele destaca como esses dois sistemas se reforçam mutuamente, retroalimentando-se para manter e perpetuar a lógica colonial.

A superação da lógica manicomial no tocante ao cuidado requer não apenas a criação de tecnologias alternativas, mas uma mudança estrutural na forma como é compreendido e implementada a política de cuidado em saúde e em saúde mental. Nesse sentido, se faz necessária a problematização de práticas e modelos que, ainda que surjam como possibilidades, reproduzem tecnologias de cuidado a partir da dinâmica de segregação, indo em direção contrária às políticas de redução de danos enquanto horizonte de cuidado e das abordagens intersetoriais, se aproximando assim, de fazeres e saberes que constituem as Comunidades Terapêuticas.

As comunidades terapêuticas, muitas vezes promovidas como alternativas de tratamento, em sua maioria, são instituições de cunho religioso, voltado para pessoas usuárias de álcool e outras drogas, que caminham em direções contrárias “de uma série de experiências nacionais e internacionais de Redução de Danos e políticas intersetoriais”, como apontado por Rachel Passos e Melissa Pereira (2017, p. 111).

Sua orientação religiosa e a falta de regulamentação adequada podem comprometer ainda mais a saúde mental das pessoas, sobretudo de mulheres periféricas, negras, trans e travestis, tendo em vista que a prática de internação compulsória tem se feito recorrente com a justificativa de “cura” para comportamentos desviantes (Passos; Pereira, 2017). A dependência do financiamento público para essas instituições também enfraquece a política pública de saúde mental, desviando recursos que poderiam ser utilizados em abordagens, como por exemplo, na própria RAPS.

A inclusão das Comunidades Terapêuticas através da portaria nº 3088/2011 e o financiamento dessas instituições revelam a política instaurada sustentada na lógica manicolonial. A prática e a ideologia que permeiam as atividades nessas instituições remontam à lógica de catequização, onde a imposição de valores e padrões moralizantes reflete uma tentativa de “limpar” e “curar” as pessoas, negando-lhes sua história e identidade. Em conversas, Emanuele ressalta a compreensão construída acerca dessas instituições, como sendo:

as comunidades terapêuticas, para mim assim, é como se fosse uma atualização, fosse uma nova forma de se fazer aquele movimento de catequisar, de retirar, de mostrar que aquele sujeito não tem história, de que aquele sujeito entre aspas não tem alma, que era meio que a lógica com o tempo da colonização. E é um exercício muito semelhante assim, sabe? de

Essa conexão entre manicomialidade e colonialismo ressalta as interconexões fundamentais que sustentam ambas as estruturas, contribuindo para uma compreensão mais profunda dos sistemas de poder e dominação presentes na sociedade

limpar a história da pessoa, e que esse cristianismo, ele vai de fato lhe curar, vai lhe levar para um caminho melhor. Caminho melhor, que é um caminho, né? Muitas vezes pautado na discriminação, contra essas próprias pessoas. (trecho de entrevista, 2023)

Essa compreensão evidencia como as Comunidades Terapêuticas reproduzem uma narrativa colonizadora, que desconsidera a autonomia e a diversidade das experiências individuais, perpetuando assim uma lógica de dominação e exclusão, caracterizando-se enquanto atualizações manicomiais do cuidado. Ingrid Farias (2017) aponta a conexões entre a cultura punitivista e encarceradora como mais um mecanismo de sustentação mais novos modelos, seja com a justificativa da loucura ou a narrativa racista da criminalidade e delinquência.

A continuidade do financiamento dessas instituições e sua inserção nos equipamentos de saúde refletem a persistência do Estado em prosseguir com o desmantelamento da política de saúde mental, álcool e outras drogas. Tal decisão é emblemática de uma política de conciliação de classes que vem sendo instaurada, ao passo que também denota o crescente poder da influência fundamentalista religiosa na esfera pública. Essa abordagem, priorizando interesses econômicos em detrimento do bem-estar e da autonomia das populações marginalizadas, perpetua um ciclo de marginalização e exclusão.

Nesse contexto de desafios políticos e sociais, as prioridades de luta abraçadas pelo movimento englobam diversas áreas, desde a promoção da saúde básica territorial até o enfrentamento aos fundamentalismos que ameaçam os direitos das minorias. A discussão sobre as comunidades terapêuticas e o combate aos fundamentalistas religiosos emergem como elementos cruciais de uma agenda mais ampla de justiça social e transformação sistêmica. No entanto, é importante reconhecer que a definição de prioridades e estratégias de atuação enfrenta desafios significativos, especialmente devido à interseccionalidade das questões que afetam as mulheres, principalmente periféricas, negras, trans e travestis. Essa complexidade requer uma reflexão profunda sobre a necessidade de abordagens coletivas para enfrentar as múltiplas violências e traumas vivenciados

As prioridades de luta abraçadas pelo movimento abrangem diversas áreas, desde a promoção da saúde básica territorial até o enfrentamento aos fundamentalismos que ameaçam os direitos das minorias. A discussão sobre as comunidades terapêuticas e o combate aos fundamentalistas religiosos emergem como elementos cruciais de uma agenda mais ampla de justiça social e igualdade. No entanto, a definição de prioridades e estratégias

de atuação enfrenta desafios significativos devido à interseccionalidade das questões que afetam a comunidade negra. Essa complexidade exige uma reflexão profunda sobre a necessidade de abordagens coletivas para enfrentar as múltiplas violências e traumas vivenciados.

Nesse contexto, as interlocutoras apontam para a importância da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA) no desempenho de um papel vital no cenário do campo feminista, sobretudo para pensar as interconexões entre os campos da saúde mental, campo feminista e os atravessamentos do proibicionismo e os determinantes sociais raciais, de classe e de gênero. A RENFA promove um processo dialético entre as tensões e transformações necessárias para avançar nas lutas por justiça e liberdade. Bárbara relata a articulação dos movimentos na frente estadual na luta pela legalização do aborto, enfrentando propostas contrárias e barrando projetos que ameaçam direitos de pessoas que gestam, inclusive de mulheres negras e mulheres periféricas.

Ingrid Farias (2017), nos convoca a compreender as conexões entre os debates sobre o antiproibicionismo das drogas e o controle dos corpos. Ela destaca que essas ferramentas são utilizadas historicamente como formas de exclusão às dissidências de gênero. Assim como é possível perceber no relato de Emanuele:

As discussões que eu já tive, sobre a incidência na pauta da saúde mental, pensando a população negra, ela sempre esteve vinculada ou a perspectiva da criminalização dessa população por conta do uso de drogas, sempre teve vinculado a isso ou teve vinculada a esses outros fatores que atravessam a gente, sabe? Que a gente já falou (trecho de entrevista, 2023)

. Essa análise evidencia a necessidade de uma construção feminista que seja necessariamente antiproibicionista e antimanicomial, reconhecendo as interseccionalidades das lutas. Dessa forma, a conexão com a luta por saúde mental e a articulação com parlamentares tornam-se elementos fundamentais nesse contexto, fortalecendo a capacidade do movimento de alcançar mudanças concretas e significativas na sociedade.

Enquanto estratégia de articulação, o fortalecimento das relações com o Estado é uma estratégia crucial destacada por Bárbara. Ela ressalta a importância de manter uma postura crítica em relação ao Estado, mesmo ao engajar-se com autoridades governamentais. Isso destaca a necessidade de monitorar e responsabilizar as autoridades por suas ações e políticas, garantindo que reflitam verdadeiramente as necessidades e demandas das mulheres e das comunidades marginalizadas. A parceria estratégica com o Estado pode ser uma ferramenta importante para a promoção de mudanças sistêmicas e políticas que beneficiem

populações que historicamente foram excluídas e oprimidas.

Ao abordar a saúde mental na atuação dos movimentos feministas, é essencial analisar sua incidência política e a relevância de considerar as vidas dessas mulheres para definir prioridades. Os movimentos têm se destacado por sua capacidade de compreender as interseccionalidades das questões enfrentadas pelas mulheres cis, periféricas, negras, trans e travestis, reconhecendo que a saúde mental está intrinsecamente ligada a outras formas de violência e opressão que elas enfrentam.

Além disso, reconhecer a importância da saúde mental implica também enfrentar os desafios específicos relacionados ao acesso aos cuidados de saúde mental, dentro de uma compreensão coletiva e de articulações entre os marcadores sociais da diferença.

O racismo, o patriarcado e o capitalismo sistêmico influenciam diretamente na percepção e no acesso a esses cuidados, muitas vezes perpetuando barreiras que impedem que as mulheres recebam o apoio e o tratamento de que necessitam. Portanto, assim como pontuado por Emanuele e Bárbara, atravessadas por uma atuação galgada na construção popular, os movimentos feministas nas disputas por políticas públicas de saúde mental, álcool e outras drogas, se inserem de modo a pressionar e dar enquanto um processo contínuo os esforços de reivindicar a intersecção o projeto político social defendido pelos movimentos e as diversidades de mulheridades que os compõe (Farias, 2017).

As reflexões compartilhadas por Emanuele e Bárbara ressaltam a importância da atuação coletiva, destacando a necessidade premente de enfrentar as lacunas deixadas pelo Estado. A complexidade intrínseca das lutas revela uma interconexão profunda entre questões de gênero, raça e saúde mental, formando uma trama intrincada na busca por transformação estrutural. A atenção dedicada à interseccionalidade das lutas emerge como um elemento crucial na construção de uma perspectiva de atuação plural e coletiva, capaz de enfrentar as dinâmicas complexas que permeiam as políticas e estruturas sociais.

Ao reconhecer e abordar as interseções entre diferentes formas de opressão, o movimento não apenas amplifica suas demandas, mas também fortalece sua capacidade de moldar uma sociedade mais justa e inclusiva. Assim, fortalecer e ampliar os esforços coletivos em prol de uma sociedade mais justa delineiam um caminho necessário para a construção de um futuro emancipatório e em liberdade, incorporando o “movimento dialético entre luta por direitos, a vivência concreta dos mesmos e os processos de radicalização e acumulação de forças na luta antissistêmica” (Ávila; Ferreira, 2023).

8 INCONCLUSÕES E HORIZONTES

“O texto de pesquisa morre como escrita, mas renasce na ação dos leitores que passam a lhe conferir novos sentidos e significados”

– Nélia Macedo & Renata Flores (2012)

Inspirada no processo de aprender a desaprender (Mignolo, 2008), partindo da desobediência epistêmica reforçada por Vivian Matias Santos (2018), as reflexões aqui elaboradas não almejam ser conclusivas. É crucial reconhecer que o conhecimento não é simplesmente um produto estático, mas sim um processo contínuo e dinâmico, influenciado pelas minhas interações enquanto pesquisadora com as pessoas leitoras, interlocutoras e os contextos sociais. Nesse sentido, a perspectiva contracolonial e os feminismos decoloniais me inspiram na compreensão da elaboração de um estudo em aberto, de constante contato e compartilhamento, onde as narrativas e saberes são coconstruídos e reconstruídos em diálogo com diferentes perspectivas e experiências.

Dessa forma, refletir sobre minhas próprias implicações na pesquisa e como minha posição enquanto pesquisadora influenciou o trabalho, no exercício da pesquisa, implicou em reaprender o fazer em pesquisa, ancorado ao exercício da reflexividade, que perpassou todas as etapas das quais me propus a executar, entendendo meu corpo também como parte da pesquisa, me mantendo alinhada com as noções de pesquisa encarnada e situada, também através das minhas experiências (Scott, 1999; Haraway, 1995; Lugones, 2020; Neves & Nogueira, 2005).

Reconheço que, ao longo do tempo da pesquisa, desde sua concepção até o momento do agora, minha presença ativa e minhas escolhas metodológicas foram decisivas para a construção do conhecimento produzido até então. Essas reflexões e encontros me convidaram a reconhecer que a produção de conhecimento é apenas o primeiro passo em direção à mudança social, e que são as ações inspiradas por essa pesquisa que verdadeiramente transformam o mundo ao nosso redor.

Adotar uma perspectiva contracolonial exigiu e exige constantes reflexões sobre minha posição, revisitando e me refazendo neste lugar enquanto pesquisadora feminista antimanicomial e como isso poderia afetar as relações estabelecidas durante o trabalho de campo. O convite para uma prática contracolonial, portanto, não se limitou apenas à escrita acadêmica, mas permeou todas as etapas do processo de pesquisa, moldando minhas interações com as interlocutoras e influenciando os caminhos feitos durante o processo.

No diálogo com as interlocutoras, pude conhecer através do encontro com elas, a

complexidade das histórias compartilhadas sobre os movimentos feministas e de mulheres em Pernambuco, a saber, o Fórum de Mulheres de Pernambuco e a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco. A partir dos nossos encontros, pudemos construir caminhos que perpassaram desde as suas histórias e memórias sobre si, indo de encontro ao movimento social e ao campo feminista, onde atualmente, estão as duas em posições de coordenação de ambos os movimentos.

A memória transmitida por Bárbara revelou a continuidade de uma luta cravada desde 1989 pelo Fórum de Mulheres, remontando a história e expressando a ampliação e fortalecimento do movimento ao longo do tempo, até os dias atuais. Por outro lado, a emergência da Rede de Mulheres Negras em Pernambuco trouxe uma dimensão mais recente ao debate feminista de modo concreto, destacando a importância de uma análise multidimensional das experiências e da articulação com questões étnico-raciais.

Essas reflexões ampliaram minha compreensão sobre a história e a diversidade dos movimentos feministas, atentando para a influência dos debates contracoloniais, decoloniais e feministas negras (hooks, 2019; Carneiro, 2019; Passos; Pereira, 2017; Gonsalez, 2021; Lugones, 2014; Fanon, 2008), para uma outra leitura da realidade social das mulheres trans/cis e travestis brasileiras.

A partir da construção narrativa das histórias produzidas nos nossos encontros, foi possível visualizar os tensionamentos, as ações e as articulações desenvolvidas e/ou almeçadas por estes movimentos feministas no enfrentamento do esfacelamento de políticas públicas, sobretudo das políticas públicas de saúde mental, álcool e outras drogas no cenário pernambucano. Como foi possível perceber no capítulo anterior, as perspectivas de Bárbara e Emanuele convergem em uma compreensão ampliada da saúde mental, indo além das definições tradicionais para abranger aspectos emocionais, espirituais e comunitários.

Enquanto Emanuele destaca a importância da visão do "bem viver" da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, fundamentada na "Carta da Marcha das Mulheres Negras", Bárbara ressalta, a partir do feminismo popular, a interconexão entre saúde mental e outras dimensões da vida, como acesso a recursos básicos e condições sociais. Ambas enfatizam a necessidade de considerar a saúde mental em conjunto com fatores sociais, econômicos e políticos, defendendo políticas e programas que promovam o cuidado integral e o bem-estar das comunidades, alinhando-se com concepções desenvolvidas pela OMS e o Ministério da Saúde, mas extrapolando-as.

Ambas as compreensões ecoam os princípios da luta antimanicomial, que defende

uma abordagem holística e contextualizada da saúde mental, reconhecendo o papel das condições sociais e culturais no cuidado e promoção do bem-estar mental das pessoas. Apesar de essas compreensões constituírem a práxis feminista desses movimentos, as estratégias de cuidado e as aproximações com o campo da saúde mental propriamente dito se intensificaram a partir da necessidade latente que o contexto pandêmico da COVID-19 propiciou.

Nesse cenário, as iniciativas das campanhas de solidariedade e as estratégias de cuidado e fortalecimento entre os movimentos feministas e militantes, apontados pelas interlocutoras, foram fundamentais para enfrentar os impactos da crise sanitária. No entanto, também se evidenciou a dificuldade de manter o cuidado como elemento central de fortalecimento, tanto entre as militantes, bem como da população vulnerabilizada.

Conforme discutido no último capítulo, percebo que os desafios enfrentados na criação de uma política de autocuidado entre as militantes, bem como no debate sobre saúde mental como uma questão central, especialmente em sua incidência nas políticas públicas, estão intrinsecamente ligados à negligência histórica que permeia a prática política do Estado. O reconhecimento das “ausências” de políticas públicas de saúde mental, reforçam as decisões políticas do Estado, ancorados em uma prática do exercício do poder e vulnerabilização de pessoas, sobretudo pessoas negras, mulheres trans, cis e travestis.

A pandemia destacou a importância de fortalecer e expandir essas iniciativas de cuidado, ao mesmo tempo em que expôs as lacunas e desafios estruturais que persistem na garantia de políticas eficazes no tocante a saúde mental. A compreensão contracolônica se revelou como uma lente necessária para analisar essas questões, me permitindo reconhecer as dinâmicas de poder e de manutenção dos lugares que o Estado reforça que permeiam as estruturas sociais, através de uma política de ausências ou inadequações.

Compreender essas dinâmicas através da perspectiva contracolônica, implica na reivindicação não só da existência de políticas que verdadeiramente atendam as demandas populares, como também implica em repensar as formas de fazer política.

A reivindicação por políticas intersetoriais que abordem as diversas dimensões da saúde e do cuidado também se mostra essencial para enfrentar os desafios complexos que enfrentamos, especialmente no contexto local.

Apesar do histórico pernambucano ser vinculado a vanguardismos no tocante a disputas, resistências e incidência política, o cenário atual para políticas públicas de saúde mental, não parece oportunizar avanços, promovendo disputas acirradas no tocante a

concepções, tecnologias e dispositivos do cuidado em saúde mental. Isso não significa dizer que não exista tensionamentos, o que oportuniza salientar a necessidade de articulações entre movimentos sociais para pautar políticas públicas e avançar na construção de políticas que atendam às demandas da população.

Acrescento a essas articulações, também os espaços universitários e governamentais enquanto espaços de disputas e produções de outros caminhos possíveis, proporcionando através dessas coalizações, formas de romper com a lógica manicomial que circunscreve e estrutura as dinâmicas sociais. Ao unir forças e compartilhar experiências e conhecimentos, os movimentos, as universidades e as esferas governamentais, com os tensionamentos e disputas internos a essa relação, podem fortalecer suas reivindicações e influenciar decisões políticas que promovam o cuidado integral em saúde mental. Essas colaborações não apenas amplificam e fortalecem, mas também criam espaço para a co-criação de projetos outros que reflitam as necessidades e aspirações das comunidades.

Dessa forma, na proposição de um feminismo antimanicomial a partir das narrativas, a perspectiva do bem viver (Krenak, 2020), quando articulada com a noção de política intersetorial (Wanderley, Martinelli e Paz, 2020), sugere caminhos de ruptura com formas de existir e produzir políticas que historicamente têm mantido corpos em subalternidade. Ao adotar uma abordagem que valoriza o equilíbrio entre diferentes dimensões da vida, o bem viver desafia a lógica fragmentada que muitas vezes subjaz às políticas tradicionais.

Em vez disso, promove a integração e a interconexão entre diferentes áreas, reconhecendo a complexidade das experiências humanas e a interdependência entre os diversos aspectos do bem-estar. Essa abordagem intersetorial transcende as fronteiras disciplinares e setoriais, permitindo uma análise mais abrangente das causas subjacentes à vulnerabilização dos corpos e uma resposta mais eficaz e inclusiva por meio de políticas públicas.

Ao romper com paradigmas e promover uma visão integrada da saúde e do cuidado, a perspectiva do "bem viver", ancoradas no processo de descolonização, oferece a possibilidade de transformação radical nas estruturas sociais e políticas, contribuindo para o rompimento com uma sociedade capitalista e manicomial.

Assim como sinalizado pelas interlocutoras, também sinto a necessidade de aproximar essas discussões com os debates que giram em torno da solidariedade também como campo frutífero para repensarmos novas formas de construir espaços, saberes e

concepções, numa tentativa de produzir um mundo novo, desprendido das amarras coloniais do ser, saber, poder (Maldonado-Torres, 2019).

Reconheço que existem lacunas neste trabalho, que poderiam ser aprofundadas no processo de sua construção, porém assim como compreendo a construção do conhecimento numa dinâmica em aberto, também me entendo desta forma. Olhando para o futuro, vislumbro horizontes para a continuidade desta pesquisa. Entendendo que as reflexões aqui promovidas se conectam a outras, que podem vir a ser discutidas também por companheiras de campo do saber.

Ademais, é imperativo enfatizar as devolutivas para as interlocutoras e os movimentos. A conclusão desta etapa foi postergada pelas exigências do tempo acadêmico e os processos de trabalhos que atravessavam a vida das interlocutoras, que muitas vezes não acompanha os ritmos orgânicos dos processos construídos nas conversas e relações com o campo e as interlocutoras.

Portanto, coloco como central a escuta atenta das interlocutoras e das conversas para a elaboração de estratégias a partir da análise, visando intensificar a troca estabelecida e garantir uma construção entre nós sendo priorizadas na pesquisa, para pensarmos nos avanços de políticas e práticas no âmbito da saúde mental, articulando os saberes feministas e antimanicomiais.

Assim como o literatura de cordel foi porta de entrada e me possibilitou respiros durante a escrita acadêmica, penso no caminho da arte também como possibilidade para darmos continuidade ao processo que fora interrompido pelos tempos acadêmicos, também como espaço possível para produzir cuidado. Retomo a reflexão sobre a subversão do tempo cronológico colonial (Shapiro, 2016) e os embates com o tempo roubado e engessado, presentes nas dinâmicas de vida e institucionais.

Esta análise continua essencial, pois ao passo que encerro este ciclo, abre caminhos para desdobramentos no processo do doutorado, possibilitando uma ampliação e aprofundamento da compreensão das interseções das lutas sociais e das estratégias para a transformação social a partir da luta coletiva, agora versando sobre as articulações possíveis na incidência política entre os movimentos feministas e antimanicomiais pernambucanos, assim como preconizava o Manifesto de Bauru,

Nossa atitude marca uma ruptura. Ao recusarmos o papel de agente da exclusão e da violência institucionalizadas, que desrespeitam os mínimos direitos da pessoa humana, inauguramos um novo compromisso. Temos claro que não basta racionalizar e modernizar os serviços nos quais trabalhamos. (...) Lutar pelos direitos de cidadania dos doentes mentais

significa incorporar-se à luta de todos os trabalhadores por seus direitos mínimos à saúde, justiça e melhores condições de vida (Manifesto de Bauru, 1987).

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua nova**. São Paulo. n. 105, p. 15-46, 2018.

ADRIÃO, Karla Galvão. **Encontros do Feminismo: uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia**. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

_____. Caminhos e descaminhos do feminismo no Brasil contemporâneo e a construção deste livro. In: ADRIÃO, Karla Galvão. **Encontro com feminismos: políticas, teorias e ativismos**. 1. ed. Curitiba: Appris, cap. 1, p. 25-51, 2022

ALMEIDA, Weder; FIGUEIREDO, Angela. Colonialidade, produção do conhecimento e o lugar da universidade pública, 2020.

AMARANTE, Paulo. Saúde mental e atenção psicossocial. / Paulo. Amarante. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

AMARANTE, Paulo., NUNES, Mônica. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. **Ciênc. saúde coletiva**. v.23, n.6, p. 2067-2074, 2018.

ANGROSINO, Michael. Etnografia e observação participante. Tradução José Fonseca; consultoria, supervisão e revisão desta edição Bernardo Lewgoy. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANJOS, Vera Lúcia. A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL E A POLÍTICA DE SAÚDE COMO UMA DE SUAS EXPRESSÕES. **Revista direitos, trabalho e política social**, Cuiabá, v. 5, ed. 9, p. 10-35, jul./dez. 2019.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 229, 2000. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>

ARRUDA, Jalusa. Medicalização e controle dos corpos femininos na execução da medida socioeducativa de internação. In: PASSOS, R.; PEREIRA, M. (Orgs.) **Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. Cap. 9, p. 169-184

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Luta por direitos em perspectiva anti-sistêmica: reflexões a partir da práxis do movimento feminista. In: Cordeiro, Nathalia (org.). **Crítica feminista alargando a democracia**. Recife: Edições SOS Corpo, 2023

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, ed. 11, p. 89-117, ago. 2013.

BARBOSA, Davi; MOTA-PEREIRA, Fernanda. PESQUISAS EM EDUCAÇÃO BILÍNGUE: POR UMA ROSA-DOS-VENTOS QUE NAVEGUE AO SUL. **Revista de Letras Norte@mentos**, v. 16, n. 46, 2023.

BASAGLIA, Franco. Um problema de psiquiatria institucional: A exclusão como categoria sociopsiquiátrica. In: AMARANTE, P. (org.). **Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. cap. 2, p. 47.

BATISTA, Neisa Cristina. *et al.* Conversas no cotidiano: um dedo de prosa na pesquisa. In: SPINK, Mary Jane. *et al.* (org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. cap. 6, p. 97-122.

BRANDÃO, Elaine; CABRAL, Cristiane. Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de Covid-19 no Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Brasília, 2005

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, São Leopoldo, v. 3, ed. 2, p. 77-101, jan 2006.

BRITO, Hortênci; ORNAT, Márcio. POSICIONALIDADE: teoria e prática geográfica nas epistemologias Póscoloniais, Feministas e Queer. In: **7º Colóquio Mulher e Sociedade**, 2021, Ponta Grossa.

CAMPOS, Carmen; CASTILHO, Ela Wiecko; MACHADO, Isadora. Violência de gênero e pandemia. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, n. 2, 2022.

CARDONA, Milagros; CORDEIRO, Rosineide; BRASILINO, Jullyane. Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em psicologia social. In: SPINK, Mary Jane Paris *et al.* (org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, jul. 2014. cap. 6, pp. 129.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: ARRUDA, Angela *et al.* **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, jul./dez. 2019. cap. Interseccionalidades: pioneiras no feminismo brasileiro, p. 271- 293.

CARVALHO, Guilherme. Pensamento pós-colonial, gênero e poder em María Lugones: multiplicidade ontológica e multiculturalismo. **Trans/Form/Ação, Marília**, São Paulo, v. 45, p. 311-338, 21 fev. 2022

CHECCHI, Conrado. O bem viver: uma proposta para reaprender a sonhar com o mundo. MOTRICIDADES: **Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana**, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 250–263, 2021

COSTA, Alice; SARDENBERG, Cecília. TEORIA E PRÁXIS FEMINISTAS NA ACADEMIA OS NÚCLEOS DE ESTUDOS SOBRE A MULHER NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **Revista Feminismos**. Vol.2, N.2, Maio - Ago. 2014

CUENTRO, Ana Cecília. Autocuidado entre mulheres ativistas: tecendo resistências para a sustentabilidade da luta feminista. In: **Fazendo Gênero 12 – Lugares de Fala: Direitos, Diversidades, Afetos**. Florianópolis, 2021.

DAVID, Emiliano. **Saúde Mental e Racismo: saber e saber-fazer desnordeado na/para a Reforma Psiquiátrica Brasileira Antimanicolonial**. 2022. p. 207. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

DEZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, p. 432, 2006.

DORNELES, Dandara. PALAVRAS GERMINANTES – ENTREVISTA COM NEGO BISPO. **Identidade!**, São Leopoldo, v. 26, ed. 1, p. 14-26, jan./dez. 2021.

FALKEMBACH, Elza. Diário de campo: um instrumento de reflexão. *In: contexto e Educação*, nº 7, Juí: Injuí, 1987

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008

_____. Alienação e Liberdade. **Escritos Psiquiátricos**. São Paulo: UBU Editora, pp. 400, 2020.

FARIAS, Ingrid. Nem loucas, nem criminosas: “A resistência da luta feminista frente aos modelos de controle. *In: Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. p. 101-109.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. *In: Brandão CR (org.). Pesquisa Participante*. São Paulo: Editora Brasiliense. p.34-41, 1981.

FREITAS, Renata. Ciência e relações sociais no capitalismo: elementos para o debate. **Revista Sociais e Humanas**, v. 30, n. 2, 2017.

FÓRUM DE MULHERES DE PERNAMBUCO. Dossiê fórum de mulheres de Pernambuco para a comissão parlamentar mista de inquérito sobre a violência contra as mulheres. abr. 2012.

GALVÃO, Maria Cristiane; RICARTE, Ivan Luiz. REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA: CONCEITUAÇÃO, PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019.

GARCIA, Maurício; PEZZATO, Luciane; KINKER, Fernando. Pesquisar com: quem.: *In: MENDES, Rosilda; AZEVEDO, Adriana; FRUTUOSO, Maria (org.). Pesquisar com os pés: deslocamentos no cuidado em saúde*, 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2019.

GIL, Antônio. Como elaborar projetos de pesquisa, ed. 4. São Paulo: Editora Atlas, p. 5985, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1997

_____. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, p. 11, 9 jun. 2000.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. V. 16, n. 47, maio/ago, p. 333-512, 2011.

GONSALVES, Karolayne; GUIMARÃES, Ammanda. Políticas Públicas e Gênero: reflexões em períodos de pandemia. **Primeiros Escritos**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 249-259, 2021.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1987.

GROSGUÉL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25–49, jan. 2016

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 5, p. 07- 41, 1995.

HOOKS, bell. Teoria feminista: da margem ao centro. **Trad. de Patriota, Rainer**. São Paulo: Perspectiva, 2019

KILOMBA, Grada. A máscara: colonialismo, memória, trauma e descolonização. In: KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 33-46.

KRENAK, Ailton. Caminhos para a cultura do bem viver, Rio de Janeiro, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Estudos Feministas**. v. 3, n.22, p. 935- 952, 2014

_____. Colonialidade e Gênero. In: HOLLANDA, H. (Org.) **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Cap. 2, p. 84-95

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da Colonialidade e da Decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGUÉL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MARQUES, Camilla *et al.* O que Significa o Desmonte? Desmonte Do que e Para Quem?. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe2, 2019

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF, Dossiê: literatura, língua e identidade**, n.34, p.287-324, 2008

MONTUORI, Alfonso. Revisão criativa da literatura. *Journal of Transformative Education*, p. 2, 2005

MUYLAERT, Camila *et al.* Narrative interviews: an important resource in qualitative research. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, n. 2, p. 184–189, dez. 2014.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, p. 191, 2021.

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 18, n. 3, p. 408–412, set. 2005

NOGUEIRA, Matheus. **Movimentos sociais, neoliberalismo e saúde mental: a atuação do MNLA na manutenção dos direitos das pessoas com transtornos psíquicos**. Orientador: Deywisson Ronaldo Oliveira de Souza. 2021. 53 p. Monografia (Bacharel em Ciência Política) Universidade de Brasília, Brasília, 2021

OLIVEIRA, Thiago; CAETANO, Stella; LOUREDO, Fabio. Pode o sujeito subalterno falar nas pesquisas em Administração? *In*: XLVI Encontro da ANPAD – EnANPAD, Maringá, 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Declaração de Caracas. 2001. Recuperado de URL: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/saude-mental/declaracao_caracas>

PASSOS, Rachel. Mulheres e Reforma Psiquiátrica: o lado esquecido da história. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, p. 1-9, jul. 2011. Simpósio Nacional de História – ANPUH.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, p. 377–391, jul. 2014

PEREIRA, Melissa. Reflexões sobre mulheres e loucura. *In*: **Mulheres e loucura: narrativas de resistência**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, set. 2020. pp. 69

_____. Introdução. *In*: **Mulheres e loucura: narrativas de resistência**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, set., p. 19-37, 2020.

PEREIRA, Melissa.; PASSOS, Rachel. Luta antimanicomial, feminismos e interseccionalidades: notas para o debate. *In*: **Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira**. Rio de Janeiro: Autografia, p. 25-51, 2017.

_____. Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

PERNAMBUCO. LEI Nº 11.064, DE 16 DE MAIO DE 1994. Dispõe sobre a substituição progressiva dos Hospitais Psiquiátricos por rede de atenção integral à saúde mental, regulamenta a internação psiquiátrica involuntária e dá outras providências. Pernambuco, PE: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1994

_____. LEI Nº 16.675, DE 24 DE OUTUBRO DE 2019. Estabelece parâmetros de funcionamento das Comunidades Terapêuticas Acolhedoras no acolhimento voluntário de pessoas com problemas decorrentes do uso abusivo ou dependência de drogas. Pernambuco, PE: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2019

PEZZATO, Luciane *et al.* Diário: Uma política de registro. In: MENDES, Rosilda; AZEVEDO, Adriana; FRUTUOSO, Maria (org.). **Pesquisar com os pés: deslocamentos no cuidado em saúde**, 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2019.

PINTO, Isabella, *et al.* Atuação de estados e capitais no enfrentamento à violência contra as mulheres no contexto da covid-19 no Brasil. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2021.

PIRES, Thula. A linguagem da revolução: Ler Frantz Fanon desde o Brasil. In: FANON, Frantz, trad. FERREIRA, Ligia; CAMPOS, Regina. (org.). **Os Condenados da Terra**. 1ª ed, Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad y Modernidad-razionalidad". In: BONILLO, Heraclio (comp.). Los conquistados. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, p. 437-449, 1992. Tradução de wanderson flor do nascimento.

_____. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142

QUINTANS, Mariana; SILVA, Rafaelly; CASTRO SOBRINHO, Tatiana. Despejos e luta pelo direito à moradia na pandemia: resistências femininas na experiência da Ocupação Novo Horizonte. **Revista Direito e Práxis**, v. 13, n. 3, p. 1897–1916, jul. 2022.

RAMEH-DE-ALBUQUERQUE, Rossana. **Casas do Meio do Caminho: um relato da experiência de Recife na busca da atenção integral à saúde dos usuários de álcool, fumo e outras drogas**. — Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz. Recife: 221, 2008

ROCHA, Késia dos Anjos; OLIVEIRA, Érika Cecília Soares; BLEINROTH, Maria Laura Medeiros. Epistemologia é nóiz por nóiz: práticas feministas contracoloniais na Educação. **Revista Labor**, São Leopoldo, v. 1, ed. 27, p. 11-28, 8 jul. 2022.

ROCHA, Ana Luiza; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, Céli; GUAZELLI, César (org.). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, p. 1-123, 2008.

ROSA, Liane Serra da; MACKEDANZ, Luiz Fernando. A análise temática como metodologia na pesquisa qualitativa em educação em ciências. **Atos de Pesquisa em Educação**, [S. l.], v. 16, 2021. DOI: 10.7867/1809-0354202116e8574. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/8574>.

SANTOS, Emylle *et al.* Violência doméstica contra mulher e isolamento social durante os estágios iniciais da pandemia covid-19 em Pernambuco. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2021.

SANTOS, Vivian Matias DOS. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, p. 11, 2018.

SANTANA, Humberto. Encruzilhadas Epistemológicas: “acertando o conhecimento europeu ontem com uma pedra que atirei somente hoje”. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB**. v. 3, n. 6, jul – dez, 2018.

SARDETO, Alessandra.; BAZARGHI, Natalia; FERRAZZA, Daniele. Movimento feminista e antimanicomial: uma análise das lutas por direitos em uma sociedade capitalista-patriarcal. *Barbarói*, n. 58, p. 195-217, 26 jan. 2021

SAÚDE MENTAL, II Congresso Nacional de Trabalhadores em. Manifesto de Bauru (1987). **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 537–541, 2018.

SCOTT, Joan. Experiência. *In*: SILVA, Alcione; LAGO, Mara e RAMOS, Tânia (Orgs.). **Falas de Gênero**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 1999. p. 21-56

SILVEIRA, Ronie; HÜNING, Simone. A angústia epistemológica na psicologia. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 23, n. 4, p. 473-480, 2007.

SPIVAK, Gayatri. C. Pode o subalterno falar?. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

SHAPIRO, Michael. *Politics and Time*. Cambridge: Polity Press, 2016

VERGÈS, Françoise. Um feminismo decolonial. Tradução: J. P. DIAS, R. CAMARGO. 1. ed. São Paulo: Ubu editora, 2020. pp. 144

VASCONCELOS, Eduardo. Planejar a retomada da reforma psiquiátrica a partir de 2023, em todas as suas frentes, mas de olho crítico nos enormes desafios da conjuntura brasileira. *In*: DIAS, Marcelo (org.). **Políticas de saúde mental: desafios no Brasil pós-pandemia**. Curitiba: CRV, 2022.

VÍCTORA, Ceres; KNAUTH, Daniela; HASSEN, Maria. Método Etnográfico de Pesquisa. *In*: Víctora, Ceres; Knauth, Daniela; Hassen, Maria (org.). **Pesquisa qualitativa em saúde**. p. 53-55, São Paulo: Tomo Editorial, 2000.

WANDERLEY, Mariangela; MARTINELLI, Maria; DA PAZ, Rosangela. Intersetorialidade nas Políticas Públicas. *Serviço Social & Sociedade*, n. 137, p. 7–13, jan. 2020

ANEXOS/APÊNDICES

ANEXO I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa (**TRILHAS PARA UMA NOVA TRILHA: A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NA REIVINDICAÇÃO E FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL NA PANDEMIA DE COVID-19 NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE**), que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) (LAÍS CATARINE UMBELINO DOS SANTOS, Rua Dr. Rorenildo Rocha Leão, 75, cep: 50850-140 – (81) 99513-5409 e e-mail: lais.catarine@ufpe.br)

A pesquisa está sob a orientação de: KARLA GALVÃO ADRIÃO Telefone: (+33 6 33 80 78 57), e-mail (karla.galvao@ufpe.br).

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- **Descrição da pesquisa e esclarecimento da participação:** A história brasileira no tocante a políticas públicas é embriçada ao processo de reivindicações e luta por direitos sociais construído através dos movimentos sociais. No campo da saúde mental, essa realidade não foi diferente, a Reforma Psiquiátrica Brasileira se inicia e se fortalece a partir das denúncias e agendas pautadas pelos movimentos sociais, sobretudo dos trabalhadores. A implementação da Rede de atenção psicossocial (RAPS) e a construção dos serviços substitutivos, demarca de forma concreta os avanços no tocante às formas de cuidado, concepções e fazeres em saúde mental, partindo da impossibilidade de contenção e universalização das pessoas. Atrelando às questões sociopolíticas e conjunturais, em meio a escancaros de desigualdades sociais, retrocessos e disputas a partir do fortalecimento do sistema neoliberal no Brasil e no mundo, sobretudo no contexto da pandemia da Covid-19, esses serviços e a rede no geral, promovem na prática, rupturas com a lógica manicomial, pautada no controle, onde questões de gênero, raça, classe, sexualidade e território são latentes, sustentando o colonialismo, sobretudo o capitalismo. Assim, este estudo tem como **objetivo** analisar a atuação do Fórum de Mulheres de Pernambuco, da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e a incidência na reivindicação e fortalecimento de políticas públicas de saúde mental, álcool e outras drogas, na Região Metropolitana do Recife/PE (RMR), no contexto da Pandemia da COVID-19 para compreender através das narrativas das militantes, como tem se dado a atuação dos movimentos sociais na reivindicação dessas políticas, de maneira a construir redes de fortalecimento entre os movimentos feministas e antimanicomial, como também entre os movimentos e a Academia, na busca pela resistência dentro de uma política desmobilizadora e impeditiva no tocante às efetivações de Políticas Públicas, que ainda se instaura no contexto estadual. Para isso, serão realizadas entrevistas narrativas com pessoas participantes dos movimentos antes citados, sendo divididos em dois momentos: **1)** com a finalidade de conhecer esses movimentos, suas formas organizativas, quem os constrói atualmente e suas principais pautas; **2)** com o intuito de compreender se existem

e como se dão as articulações, os tensionamentos e as ações desenvolvidas entre os movimentos feministas e a Política Pública de Saúde Mental, álcool e outras drogas na RMR, bem como quais as estratégias traçadas desde o contexto pandêmico para combater o processo contrarreformista psiquiátrico na RMR, tendo em vista que os movimentos sociais antimanicomiais e os serviços são construídos historicamente majoritariamente por mulheres, seja no eixo enquanto trabalhadora da saúde mental e/ou pesquisadora, como também usuária e familiar. A saber, as entrevistas serão realizadas presencialmente com as participantes de cada movimento de modo individual, totalizando em 4 entrevistas (2 com cada movimento), em um tempo médio de 1h30min. Para **análise dos dados**, será utilizada a análise temática, de modo que é compreendida como ferramenta que possibilita identificar e analisar padrões temáticos nos dados que irão ser construídos através das entrevistas, entendendo o recurso linguístico como ferramenta de manifestação e produção da realidade, através das experiências, significados e eventos que constroem a narrativa de cada indivíduo, de modo coletivo e individual (ROSA; MACKEDANZ, 2021). Todos os encontros serão gravados mediante a autorização das pessoas participantes, sendo possível que a gravação seja pausada a qualquer momento, até mesmo interrompida, se for o desejo da participante. Você poderá não responder ao que quiser, a entrevista é uma construção nossa. Em casos de não querer mais dar continuidade ao processo, você sair da pesquisa a qualquer momento, para isso, deve comunicar a pesquisadora através do e-mail (lais.catarine@ufpe.br) ou do telefone/Whatsapp (81)995135409.

- **RISCOS:** As possibilidades de riscos que podem emergir no decorrer da pesquisa podem estar relacionadas ao desconforto devido a questão principal envolver experiências coletivas atravessadas por experiências individuais ou estresse ao participar da entrevista, sendo esses minimizados através do acolhimento e de uma construção entre a pesquisadora e a pessoa participante através do respeito e do comprometimento com a confidencialidade no processo. Outra forma de minimizar esses riscos, são os acordos prévios com a pesquisadora acerca dos locais que serão realizadas as entrevistas, que poderão ser interrompidas a qualquer momento e, caso haja necessidade, serviços de atendimento psicológico gratuitos serão indicados.

- **BENEFÍCIOS diretos/indiretos** para os voluntários: Contribuição para o desenvolvimento da discussão acerca das políticas públicas de saúde mental, com ênfase na Rede da Região Metropolitana do Recife, bem como suscitar a reflexão sobre a construção e o fortalecimento delas em uma conjuntura política local desmobilizadora e contrarreformista, tanto dos equipamentos de saúde, sobretudo saúde mental que tiveram sua construção pautada nos preceitos da Reforma Psiquiátrica, como também da Educação Brasileira. Sendo assim, a produção de materiais crítico-reflexivos acerca desse debate, contribui para as entidades públicas identificar quais lacunas existem e são criadas ao longo do tempo, podendo também gerar informações que ampliam o acesso aos serviços e a relevância da atuação dos movimentos sociais na luta por direitos sociais.

Esclarecemos que os participantes dessa pesquisa têm plena liberdade de se recusar a participar do estudo e que esta decisão não acarretará penalização por parte dos pesquisadores. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações em áudio das entrevistas), ficarão armazenados em um computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço Rua Dr. Rorenildo Rocha Leão, 75, afogados, pelo período de mínimo 5 anos após o término da pesquisa.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br).**

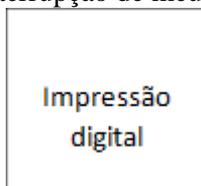
(assinatura do pesquisador)

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **TRILHAS PARA UMA NOVA TRILHA: A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NA**

REIVINDICAÇÃO E FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL NA PANDEMIA DE COVID-19 NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE,

como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).



Local e data _____

Assinatura do participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

ANEXO II – CARTA DE ANUÊNCIA

ANEXO 2.1.) Carta de Anuência do Fórum de Mulheres de Pernambuco



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos (o) a pesquisador (a) (**LAÍS CATARINE UMBELINO DOS SANTOS**), a desenvolver o seu projeto de pesquisa (**TRILHAS PARA UMA NOVA TRILHA: A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NA REIVINDICAÇÃO E FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL NA PANDEMIA DE COVID-19 NA REGIÃO**

METROPOLITANA DO RECIFE), que está sob a coordenação/orientação do (a) Prof. (a) (**KARLA GALVÃO ADRIÃO**) cujo objetivo é analisar a atuação do Fórum de Mulheres de Pernambuco, da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e a incidência na reivindicação e fortalecimento de políticas públicas de saúde mental, álcool e outras drogas, na Região Metropolitana do Recife/PE (RMR), no contexto da Pandemia da COVID-19), no FÓRUM DE MULHERES DE PERNAMBUCO.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Recife, em 09/10/2023.



Coordenação Colegiada da Região Metropolitana do Recife

Nome/assinatura e **carimbo** do responsável onde a pesquisa será realizada

ANEXO 2.2) Carta de Anuência da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos (o) a pesquisador (a) (LAÍS CATARINE UMBELINO DOS SANTOS), a desenvolver o seu projeto de pesquisa (**TRILHAS PARA UMA NOVA TRILHA: A ATUAÇÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NA REIVINDICAÇÃO E FORTALECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL NA PANDEMIA DE COVID-19 NA REGIÃO**

METROPOLITANA DO RECIFE), que está sob a coordenação/orientação do (a) Prof.

(a) (KARLA GALVÃO ADRIÃO) cujo objetivo é (analisar a atuação do Fórum de Mulheres de Pernambuco, da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e a incidência na reivindicação e fortalecimento de políticas públicas de saúde mental, álcool e outras drogas, na Região Metropolitana do Recife/PE (RMR), no contexto da Pandemia da COVID- 19), na REDE DE MULHERES NEGRAS PE PERNAMBUCO.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Recife, em 06/10/2023.



Coordenadora da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco

Nome/assinatura e **carimbo** do responsável onde a pesquisa será realizada

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Questões sociodemográficas

1. Qual seu nome? Como gostaria de se identificar na entrevista?
2. Quantos anos você tem e como se autodeclara em termos de raça/cor?
3. Onde reside? Possui filhas(os)?
4. Qual sua profissão? Tem alguma formação?
5. Possui alguma formação complementar?
6. Quanto tempo de experiência no movimento? Quanto tempo se dedica a ele e como se organiza nos eixos militância-casa-trabalho?

Questões orientadoras para a primeira entrevista

1. Qual a história que o movimento tem enquanto atuação e trajetória em Pernambuco?
2. Como vocês se organizam internamente como movimento social e quais as agendas defendidas?
3. Como se deu a atuação do movimento durante a Pandemia da COVID-19? As agendas permaneceram as mesmas nesse cenário?
4. Quais principais mudanças vocês perceberam nesse contexto?

Questões orientadoras para a segunda entrevista

1. O que o movimento entende por saúde mental?
2. Como tem se dado a atuação do movimento em relação a temática? (para a militância e para fora dela)
3. Como é percebida a articulação entre os movimentos feministas e as políticas públicas de saúde mental, álcool e outras drogas?
4. Quais as estratégias podem ser traçadas (ou são traçadas) pelo movimento para o fortalecimento do projeto da reforma psiquiátrica com o avanço contrarreformista no cenário da pandemia?
5. Para vocês qual seria o lugar da luta feminista na construção da reforma psiquiátrica e na luta antimanicomial?